CLUSTER AGRO-INDUSTRIAL DA ANDALUZIA E DO RIBATEJO

ESTUDO COMPARATIVO DOS FACTORES CRÍTICOS DE COMPETITIVIDADE DO CLUSTER AGRO-INDUSTRIAL DA ANDALUZIA E SUA EVENTUAL APLICAÇÃO AO CLUSTER DO RIBATEJO

agrocluster
RIBATEJO PORTUGAL

CLUSTER AGRO-INDUSTRIAL DA ANDALUZIA E DO RIBATEJO

ESTUDO COMPARATIVO DOS FACTORES CRÍTICOS DE COMPETITIVIDADE DO CLUSTER AGRO-INDUSTRIAL DA ANDALUZIA E SUA EVENTUAL APLICAÇÃO AO CLUSTER DO RIBATEJO

COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE
QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Apoio:
NERSANT
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

ÍNDICE

Sumário Executivo 7
Introdução 9
O Estudo 11

PARTE I . REGIÃO DA ANDALUZIA E REGIÃO DO RIBATEJO

Capítulo I - A Andaluzia 15
1.1. A Andaluzia 15
1.2. Polulação 15
1.3. Análise PEST 16
1.4. Infra-estruturas de apoio à actividade empresarial 20
1.5. Dinâmica Empresarial 21
1.6. Sectores de Actividade 22
1.7. O Sector Agro-Industrial da Andaluzia 25
1.7.1. Inovação e Internacionalização do Sector Agro-Industrial 26
1.7.2. Instrumentos Financeiros de apoio à actividade Industrial 27
1.7.3. SWOT do Sector 29
1.7.4. Estratégia definida para o Sector 30

Capítulo II - O Ribatejo 32
2.1. Caracterização 32
2.2. Polulação 33
2.3. Análise PEST 34
2.4. Infra-estruturas de apoio à actividade empresarial 36
2.5. Dinâmica Empresarial 39
2.6. Sectores de Actividade 40
2.7. O Sector Agro-Industrial do Ribatejo 42
2.7.1. Inovação e Internacionalização 44
2.7.2. Instrumentos Financeiros de apoio 45
2.7.3. SWOT 50
2.7.4. Estratégia definida para o Sector 52

PARTE II . ANÁLISE COMPARATIVA

Precipitação, Insolação, Temperaturas Médias, Mínimas e Máximas e Qualidade dos Solos 54
Produtividade das Principais Culturas e Output Industriais 60
Ofertas das Regiões 76
Produtos Líder 87
Custos: Água, Energia e Transportes 87
Água 87
Energia 91
Transportes 92
Os produtos Biológicos 93
Estruturas de Apoio à Promoção e Transferência de Tecnologia 97
Mercado e Custos de Acesso 97
Incentivo ao Investimento e Financiamento 99
Qualificação dos Empresários e da Mão de Obra 104
Investimento em Formação e Consultoria 104
Inovação e Internacionalização 105
Valorização de Subprodutos 107

PARTE III . PROPOSTAS DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA O SECTOR AGRO-INDUSTRIAL NO RIBATEJO

Principais Conclusões 110
Acções Prioritárias 110
Referências Bibliográficas 112
Equipa Técncnica 115

SUMÁRIO EXECUTIVO

A promoção do crescimento da actividade exportadora do país e o seu contributo para o aumento da competitividade e da produtividade da economia portuguesa, tem vindo a ser uma medida de orientação estratégica e política em vários sectores, com vista a aumentar a actividade das empresas através do alargamento das exportações.

O sector agro-industrial é um sector importante na economia portuguesa, representando um dos maiores sectores industriais, não só em Portugal com também na Europa.

O reconhecimento da importância do sector agro-industrial do Ribatejo como factor determinante para o crescimento da competitividade da economia regional, traduziu-se na necessidade de efectuar um estudo de benchmarking para o sector na região da Andaluzia.

Da análise efectuada a ambas as regiões para o sector agro-industrial conclui-se que o sucesso da região andaluza em muito é determinado pela organização do próprio sector largamente auxiliado pela acção do próprio governo regional.

A acção conjunta entre as empresas e o mundo académico permite sinergias que em muito auxiliam a actividade dos empresários do sector agro-industrial na Andaluzia.

Assim, face às boas práticas determinadas em relação ao sector agro-industrial andaluz, definiram-se estratégias possíveis para a orientação do caminho de desenvolvimento a seguir pelo sector no Ribatejo.

O presente estudo servirá assim como um possível guia de orientação para o desenvolvimento sustentado do sector agro-industrial no Ribatejo, servindo igualmente para definir uma estratégia para o sector a nível nacional.

INTRODUÇÃO

Reflectindo sobre a evolução económica vivida nos últimos anos, em 2010, o PIB português registou uma taxa de crescimento de 1,3 %. Esta taxa de crescimento positiva deveu-se, contudo, em grande parte, a factores excepcionais que relançaram as exportações e o consumo privado. A evolução dos preços e dos custos indicava claramente que Portugal não estava a impulsionar a competitividade a um ritmo suficientemente rápido para corrigir o défice da sua balança de transacções correntes.

A contracção da economia portuguesa em 2011 traduziu-se numa queda significativa da procura interna acompanhada por um crescimento insuficiente das exportações que se revela incapaz de contrabalançar o impacto do ajustamento dos níveis da procura por parte dos agentes económicos residentes, num quadro de desalavancagem do sector privado e de consolidação orçamental.

Num contexto de contracção e de uma possível estagnação da actividade económica surge a necessidade de encontrar as melhores soluções e as medidas adequadas a adoptar por forma a assegurar um futuro de crescimento e garantir a prosperidade económica e social.

Dada a actual conjuntura económica e financeira, ensombrada pelo défice e pela dívida, torna-se premente basear o crescimento económico nas valências internas e desenvolver acções que envolvam a promoção da inovação, a internacionalização, a exportação, a diferenciação no produto e no serviço adicionando, assim, valor acrescentado ao produto final.

Conscientes da necessidade de adoptar soluções concretas que permitam estimular o crescimento económico, tem-se verificado a implementação de medidas estruturais emanadas através da identificação dos principais problemas e vantagens comparativas apresentadas pelas regiões no sentido de as conduzir ao sucesso económico.

Tal como sucede a nível nacional, também as regiões, conscientes das suas características endógenas, estão a identificar e a implementar políticas de curto, médio e longo prazo que lhes permitam comercializar desenvolver o que de melhor aí é produzido.

O Ribatejo não é alheio a este esforço nacional e assume desde há muitos anos um papel preponderante em vários sectores. O sector agro-alimentar, a construção civil, a madeira e mobiliário, a metalomecânica e os minerais não-metálicos destacam-se pela sua performance contribuindo em grande parte para o crescimento da região.

Assim, e dada a importância dos sectores atrás referidos no crescimento regional, torna-se vital reforçar as actividades de inovação e internacionalização nestas áreas, visto serem estas as condições que sustentam o aumento da competitividade e que determinam o sucesso das empresas e de outras organizações da região.

O estudo que agora apresentamos tem como objectivos gerias:

- Realizar um diagnóstico ao nível do cluster agro-industrial da região da Andaluzia e do Ribatejo;
- Comparar as duas regiões relativamente às actividades do cluster agro-industrial;
- Identificar as boas práticas da região andaluza susceptíveis de serem aplicadas no Ribatejo.

Assim, segmentámos o estudo em três partes. Na Parte I procedemos à análise das duas regiões tendo em consideração as suas características geográficas, sociais, económicas e políticas. Na Parte II, tendo em consideração as ilações retiradas da caracterização regional anterior, iremos proceder à comparação das regiões em análise de forma a perceber quais as vantagens comparativas de uma região face à outra. Finalmente, na Parte II enunciamos as propostas de acções prioritárias para o sector Agro-Industrial no Ribatejo.

As próximas páginas irão tentar perceber quais os factores diferenciadores da região da Andaluzia que a conduziram ao sucesso económico em detrimento de outras regiões.

Explicitada a intencionalidade do estudo, é então notório que o mesmo se encaminha para a adopção do método de pesquisa de terreno, também conhecido por outras expressões, entre as quais o "estudo de caso" accionando diferentes técnicas de pesquisa entre as quais se destacam a análise documental, a observação directa e a entrevista.

O ESTUDO

O ramo da agro-indústria é um dos mais prósperos e com melhores perspectivas de futuro devido à mudança dos hábitos alimentares dos consumidores que motivam a oferta a colocar produtos mais inovadores, com mais qualidade e de mais rápida preparação no mercado.

Tanto em Portugal como em Espanha, existem regiões que se destacam dentro do sector agro-industrial. O Ribatejo tem desempenhado um papel preponderante no panorama nacional português, e, no país vizinho, na região da Andaluzia a agro-indústria tem-se revelado um sector estratégico no crescimento da economia regional.

O presente trabalho tem o objectivo de servir de base a uma análise de um sector que não deverá ser negligenciado, um sector capaz de gerar rendimento, de criar valor acrescentado em termos de marca e produtos nacionais e postos de trabalho.

Apesar da situação económica actual não ser favorável, torna-se urgente perceber qual a melhor forma de ultrapassar os bloqueios existentes criando soluções que passem pela diferenciação e internacionalização.

Foram considerados, no âmbito do presente estudo, para o sector das Indústrias Alimentares, os subsectores alimentar e das bebidas que nas diferentes regiões apresentam CAEs diferentes como se pode verificar nos quadros abaixo.

FIGURA 1 – CAE SECTOR AGRO-INDUSTRIAL – PORTUGAL

Sector	Descrição
101	Abate de animais, Preparação e Conservação de carne e de produtos à base de carne
103	Preparação e Conservação de Frutos e de Produtos Hortícolas
104	Produção de óleos e gorduras animais e vegetais
105	Indústria de Lacticínios
106	Transformação de cereais e Leguminosas; Fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins
107	Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha
108	Fabricação de outros produtos alimentares
109	Fabricação de alimentos para animais
110	Indústria das bebidas

FIGURA 2 – CAE SECTOR AGRO-INDUSTRIAL - ESPANHA

Sector	Descrição
4	Indústria Cárnea
6	Preparação e Conservação de Frutas e Hortícolas
7	Azeites e Gorduras
8	Produtos Lácteos
9	Moagem, Amidos e Féculas
10	Panificação e Massas
11	Açucar, Café, Chá e Infusões e Produtos Amiláceos

12	Outros Produtos Alimentares
13	Alimentação para animais
14	Fabricação de bebidas
15	Produção de água engarrafada e bebidas aromatizados ou açucaradas

No estudo teremos em consideração estas actividades económicas por forma a identificar os factores críticos de sucesso da região da Andaluzia e perceber quais as barreiras ao crescimento da região do Ribatejo.

Parte I

Região da Andaluzia e Região do Ribatejo

CAPÍTULO I - A ANDALUZIA

1.1. Caracterização Geográfica

Com 87.591 Km 2 de superfície, a Andaluzia representa 17,3% de Espanha, sendo a região mais meridional da Europa. Constituída em Comunidade Autónoma desde 1982, faz fronteira com Portugal a Oeste, a Noroeste com a Estremadura, com Castilla La Mancha a Norte e com Múrcia a Este.

Situada entre a Europa e África, a Andaluzia é o ponto de encontro do Oceano Atlântico e do Mar Mediterrâneo.

Na Andaluzia, a diversidade de paisagens e acidentes geográficos que a compõem, conferem-lhe uma diversidade tal que gera uma variedade de formas que vão desde o Vale de Guadalquivir, passando por paisagens vulcânicas do Deserto de Tabernas até à Serra Nevada.

O rio da Andaluzia é o Guadalquivir. Desde o seu nascimento a Este até à sua foz, no Oeste. O rio Guadalquivir é fonte de vida ao longo do seu curso transversal através do território andaluz. Vários afluentes que nascem nas serras que o acompanham, vertem no rio o excesso de água proveniente de numerosas albufeiras que aí existem.

Apesar da importância e influência do vale do Guadalquivir, 50% do território é montanhoso em maior ou menor grau. A Serra Nevada constitui o mais elevado pico montanhoso, com cumes a situarem-se acima dos 3.400 m. Em apenas 40 Km, passa-se de uma paisagem de montanha para uma paisagem singular nas margens do Mar Mediterrâneo, com um litoral de cerca de 900 Km.

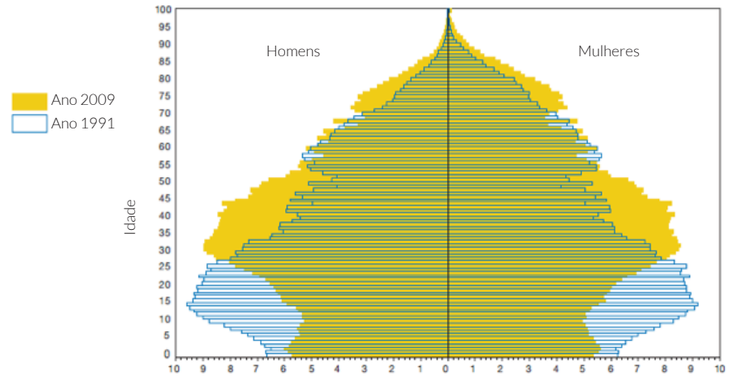
A Andaluzia é constituída por 8 províncias: Almería, Cádiz, Córdoba, Granada, Huelva, Jaén, Málaga e Sevilha. Estas províncias, por sua vez, dividem-se em 770 municípios.

Figura 3 – Mapa da Andaluzia

1.2. População

A estimativa efectuada pelo Instituto Nacional de Estatística (Espanha) aponta para uma população residente de 8.370.975 habitantes na Andaluzia, representando cerca de 17,8% da população residente em Espanha e uma densidade populacional de 92 hab/Km2, superior à média nacional de 89 hab/Km2.

Ao longo dos últimos dez anos, a Andaluzia conheceu um crescimento populacional significativo, com um aumento da população residente em cerca de 1.000.000 de habitantes. No entanto, este crescimento é acompanhado por um envelhecimento da sua população.



Fonte: INE - IEA, Censos 1991. INE, Revisão do PadrãoMunicial de Habitantes a 1 de Janeiro de 2009

Figura 4 – Pirâmide da População da Andaluzia – Anos 1991 e 2009

FIGURA 5– INDICADORES DE POPULAÇÃO EM ESPANHA / ANDALUZIA

Indicadores	Espanha	Andaluzia
População (milhões) (2008)	47,2	8,4
PIB per capita (EUR preços correntes) (2008)	23.457	18.150
Densidade Populacional (por Km²) (2008)	89,0	92,0
Investimento em I&D em % em PIB (2007)	1,3	1,0
Investimento Privado em I&D em % em PIB (2007)	0,7	0,4
Investimento Público em I&D em % em PIB (2007)	0,2	0,2
Investimento Unversitário em I&D em % em PIB (2007)	0,3	0,4
% da População Activa com Ensino Secundário (2008)	20,7	16,8
% da População Activa com Ensino Superior (2008)	29,8	24,9
Peso da Indústria de Alta Tecnologia no Emprego Total	4,8	2,0
População Activa (milhares) (2008)	31.143	5.562
Taxa de Emprego (2008)	65,1	56,6
Taxa de Desemprego (2008)	11,3	17,8
Taxa de Desemprego Jovem(2008)	18,1	23,3

Fonte: OCDE - Base de dados Regionais

Ao longo dos últimos anos, o nível de escolaridade na Andaluzia aproximou-se da média nacional, no entanto, e apesar dos esforços efectuados, ainda persistem diferenças que a afastam dos valores médios nacionais, em particular no que respeita ao número de pessoas com educação pós escolaridade obrigatória.

O grande fluxo de imigrantes com baixos níveis de escolaridade fruto do crescimento de sectores que não exigem mão-de-obra qualificada será uma das principais causas deste aumento.

Por outro lado, o abandono escolar é também um dos mais elevados da Espanha, em cerca de 38%, sendo um indicador de que a Andaluzia ainda se encontra numa fase de transição para uma sociedade baseada no conhecimento.

1.3. Análise PEST

Ainda com o propósito de melhor perceber as dinâmicas da região andaluza, debruçamo-nos neste ponto sobre os factores Políticos, Económicos, Sociais e Tecnológicos - análise PEST, que tem por objectivo o estudo e avaliação das variáveis externas à Região.

O "P" do PEST (Political and Legal Aspects)

A fim de definir a estratégia da Região, analisaremos de forma breve os aspectos políticos e legais da Andaluzia.

A Andaluzia e o seu estatuto de autonomia originaram um governo da região, uma Junta da Andaluzia, um Parlamento da Andaluzia e o Tribunal Superior de Justiça da Andaluzia. O órgão executivo é o Conselho de Governo da Andaluzia.

O Parlamento da Andaluzia é a instituição andaluza na qual se encontra o poder legislativo da comunidade autónoma. O Parlamento de Andaluzia foi instaurado a partir da redacção do Estatuto de Autonomia.

Actualmente as funções principais do Parlamento da Andaluzia são: exercer o poder legislativo de Andaluzia; controlar a acção executiva da Junta da Andaluzia; aprovar os orçamentos e eleger o Presidente da Junta da Andaluzia.

Em termos políticos a Andaluzia é uma região autónoma inserida num país estável que possui a forma de monarquia parlamentarista.

Sendo do conhecimento geral a dependência do sector agro-industrial da União Europeia, os factores políticos são da maior importância. A Andaluzia, tendo um governo regional, melhor poderá estabelecer a ligação entre as necessidades da região e as orientações da União Europeia. Os subsídios fazem normalmente parte do orçamento da empresa agrícola e uma mudança na orientação estratégica da Política Agrícola Comum tem grandes implicações em todo o sector.

O "E" do PEST (Economic Aspects)

A estabilidade económica é um ponto fundamental para que se possam desenvolver cenários e estratégias realistas e exequíveis.

A economia Andaluza é a terceira maior economia de Espanha no que diz respeito ao PIB. Para produção de rendimento o sector terciário é o mais importante com o turismo a destacar-se dos restantes, sendo este o primeiro, em Espanha, no que concerne à receita.

FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS

unidade: M€

	2004	2009
Andaluzia		
Produto Interno Bruto a preço de Mercado**	117,4	146,2
Índice de volume do PIB	116	129
VAB**	105,0	134,9
Remuneração de assalariados	55,9	...
Excedente Bruto de Exploração/Rendimento Misto Bruto	48,5	...
Andaluzia		
Produto Interno Bruto a preço de Mercado**	29,8	1.051,2
Índice de volume do PIB	4,8	122,9
VAB**	31.143	976,2
Remuneração de assalariados	65,1	511,1
Excedente Bruto de Exploração/Rendimento Misto Bruto	11,3	463

Fontes: IEA, Contabilidad regional anual de Andalucia. Base 2000. Serie 2000-2008
Fontes: IEA, Contabilidad regional trimestral de Andalucia. Base 2000
Fontes: IEA, Contabilidad Nacional de España. Base 2000 - Serie 2000-2008
Fontes: IEA, Contabilidad Nacional Trimestral de España. Base 2000
*Estimativa
**Preços correntes

A Andaluzia é rica em recursos minerais como carvão, chumbo, cobre, ferro, quartzo, prata, mármore e também exporta sal a partir de Cádiz e Huelva.

Os recursos pesqueiros estão quase esgotados e a indústria está pouco desenvolvida, exceptuando a do turismo, que é a mais rentável.

O sector primário, apesar de ser o que menos contribui para o VAB da economia, ainda é de grande importância em relação a outros sectores produtivos. A importância é crescente quando comparado com o sector primário de outras economias ocidentais, que foi reduzida ao mínimo. O sector primário produz 8,26% do total regional e emprega 8,19% da população.

No contexto europeu a Andaluzia supera 14 dos países membros da União Europeia em termos de extensão e 11 dos países em termos de população. A superfície da Andaluzia é semelhante à de países como a Áustria, Portugal, República Checa ou Hungria, sendo a sua população muito aproximada à de países como a Áustria e a Suécia.

O "S" do PEST (Social-cultural Aspects)

A sociedade e a cultura local têm grande influência na condução e no desenvolvimento dos negócios, em Espanha e consequentemente na Andaluzia.

A maior parte dos espanhóis são pessoas educadas segundo a Religião Católica e os valores familiares são muito importantes, a região Andaluza não é excepção.

A população da Andaluzia tem um estilo de vida muito mais relaxado que qualquer outra Região Espanhola ou da Europa. Por exemplo, a maioria dos negócios fecha entre as 13h00m e as 17h00m para ser feita a siesta. Esta grande pausa durante o dia permite que as famílias se reúnam para almoçar, permitindo, assim, que os seus membros passem mais tempo juntos.

Uma das características dos espanhóis, e também dos andaluzes, é que são muito tradicionalistas. Os costumes de há muitos anos como o flamenco e as touradas são, ainda hoje, extremamente relevantes. Há praças de touros na

maior parte das principais cidades e o flamenco está permanentemente presente em bares, tablados ou teatros. Os métodos tradicionais de elaboração de vinho mantêm os costumes antigos, continuando a ser respeitados actualmente. Para criar a maioria da grande variedade de comidas que é possível encontrar nos restaurantes, são usadas as receitas espanholas tradicionais.

Os espanhóis adoram, celebram e gozam a vida e aproveitam todas as oportunidades para o fazer. Em Espanha, encontra-se uma agenda cheia de grandes festas durante todo o ano. As gentes das pequenas povoações e das cidades vestem-se com os seus trajes tradicionais e celebram as festas até ao princípio da madrugada. Todo isto acompanhado com uma grande variedade de comidas, vinhos, sangria e cerveja.

Há alguns séculos, a Espanha era um grande império. Tinha numerosas colónias em todo o mundo e o castelhano ainda é falado nas nações independentes que existem naqueles territórios. Foi considerado um país subdesenvolvido

até meados do século XVIII, mas posteriormente teve um rápido desenvolvimento económico. Actualmente, a Espanha é uma nação próspera com uma economia bem desenvolvida, baseada no turismo e na indústria. Em 1986, entrou na União Europeia.

Antigamente, a Espanha era um local para onde os idosos de outros países vinham gozar as suas reformas nas regiões com sol. Actualmente, os jovens que fogem da vida moderna e stressada das grandes capitais mudam-se para aqui para viver uma vida mais tranquila. O estilo de vida na Andaluzia tem muito mais para oferecer. Gente simpática, um clima excelente, paisagens espectaculares e um estilo de vida muito relaxado.

O “T” do PEST (Technological Aspects)

A tecnologia é um factor fundamental em qualquer ramo de actividade e em qualquer região do mundo.

A região Andaluza tem investido em grande escala nas novas tecnologias, quer no que diz respeito à investigação e desenvolvimento, quer no que diz respeito à produção de tecnologia de ponta.

Pela sua especial relevância, cabe citar a importância da tecnologia no sector agro-industrial. A Andaluzia é uma referência mundial nas tecnologias de agricultura intensiva e sob plástico e de processamento posterior da produção, com especial relevância na engenharia genética de sementes e plantas, tecnologias do ciclo integral da água para utilização agrícola, cultivos hidropónicos, equipamento de estufas e plásticos agrícolas. Ainda com raiz no sector agro-industrial, a investigação em Biotecnologia é de extrema importância. Com origens muito enraizadas na actividade agrícola e ganadeira, o sector da biotecnologia encontra-se actualmente diversificado para outros campos, com especial destaque para as ciências da saúde, sendo de realçar que é a região espanhola pioneira na investigação com células-mãe.

Existe ainda um forte investimento na tecnologia aeronáutica e nas tecnologias de informação e comunicação com a instalação de um importante número de empresas nacionais e internacionais com centros de I&D em TIC dedicadas ao desenvolvimento de software ou hardware que desenham o panorama do dinamismo que este sector tem na Andaluzia.

É ainda de sublinhar o impulso que é dado por outros sectores, tais como as indústrias de actividades ambientais e os serviços, em especial os relacionados com o turismo ou a indústria química, também com um grande potencial na região.

1.4. Infra-estruturas de Apoio à Actividade Empresarial

As infra-estruturas ligadas aos transportes têm uma função muito importante nas sociedades modernas e, em concreto, no contexto regional a dotação de uma adequada rede de infra-estruturas constitui um elemento fundamental para o aumento da competitividade e a melhoria do bem-estar social.

Poderá não ser possível estabelecer um vínculo entre o desenvolvimento económico e as infra-estruturas de transportes existentes, no entanto, é inegável que uma economia com uma dotação insuficiente ao nível das referidas infra-estruturas será penalizada quanto ao seu possível crescimento económico.

No sentido de optimizar as questões relacionadas com a movimentação de bens, mercadorias e pessoas, nos últimos anos a Andaluzia tem realizado importantes esforços no sentido de dotar o território de infra-estruturas que lhe permitam a convergência com as regiões mais desenvolvidas da Europa.

Para além de contar com a ligação a Madrid através da rede de alta velocidade de Sevilha, Córdoba e Málaga, a Andaluzia dispõe de uma rede rodoviária com mais de 24.600 Km.

Ao nível do transporte aéreo, a Andaluzia dispõe de seis aeroportos civis, três dos quais internacionais: o de Málaga por onde passam mais de 12 milhões de passageiros por ano, o de Sevilha e o de Almería. Os restantes três, de carácter nacional localizam-se em Jerez de la Frontera, Granada e Córdoba.

A Andaluzia possui também 36 portos. Dos referidos, 18 dedicados à pesca e 28 contam com instalações náutico-desportivas. O porto de Algeciras destaca-se dos restantes, sendo o primeiro porto do Mediterrâneo no que se refere ao trânsito total de contentores.

A Andaluzia conta também com uma importante rede ferroviária que liga os principais centros regionais entre si. O comboio de alta velocidade une as cidades de Sevilha e Madrid e torna-se uma das linhas mais utilizadas, com mais de 58 milhões de passageiros desde a sua inauguração no final de 2006.

Podemos afirmar que a Andaluzia conta com uma rede de infra-estruturas de comunicação que a liga rapidamente não só ao resto de Espanha, mas, principalmente, ao resto do mundo.

Para além das infra-estruturas anteriormente referidas, será importante enunciar outras de igual relevância e que desempenham um papel preponderante no apoio às empresas na região andaluza.

Os parques tecnológicos funcionam como instrumentos de aproximação da ciência e da tecnologia às empresas e ao mercado de trabalho através da criação de postos de trabalho altamente qualificados que servem de base ao desenvolvimento ao nível local e mesmo regional.

O incentivo à criação de empresas em incubadoras e parques tecnológicos permite a sobrevivência de novos empreendimentos que assim beneficiam do apoio formal das estruturas mencionadas.

O Parque Tecnológico da Andaluzia situa-se em Málaga e oferece um conjunto de infra-estruturas de alto nível: um heliporto, corpo de bombeiros, controlo de acesso, central de alarmes, vigilância por circuito fechado de televisão e segurança industrial.

O Parque Tecnológico da Andaluzia tornou-se numa mistura de empresas de variados tamanhos, obtendo um equilíbrio perfeito entre as grandes multinacionais, as Universidades e as pequenas empresas inovadoras.

Além da entidade referenciada, existem na Andaluzia, outras entidades vocacionadas para o desenvolvimento económico. Assim, face ao exposto enumeramos as mais relevantes:

- IDEA – *Agencia de Innovación de Desarrollo de Anadalucia*. Foi considerado um instrumento fundamental na promoção da inovação na sociedade andaluza, através da concessão de incentivos às empresas, da gestão de projectos e programas da *Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa* e da construção de infra-estruturas industriais e tecnológicas.

  Agencia de Innovación y Desarrollo de Andalucía IDEA
  CONSEJERÍA DE ECONOMÍA, INNOVACIÓN Y CIENCIA

- INVERCARIA – *Inversión y Gestión de Capital Riesgo de Andalucia, S.A.U.* – Trata-se de uma sociedade mercantil que surge por da iniciativa da *Consejeria de Innovación, Ciencia y Empresa* e dedica-se ao desenvolvimento de acções de capital de risco, à gestão de instrumentos financeiros e de outros fundos. A INVERCARIA constitui uma ferramenta estratégica para impulsionar acções com vista ao desenvolvimento económico da Andaluzia, prestando apoio à criação e consolidação de empresas inovadoras.

  INVERCARIA
  Inversión y Gestión de Capital Riesgo de Andalucía, S.A.U.
  CONSEJERÍA DE ECONOMÍA, INNOVACIÓN Y CIENCIA

- EXTENDA – *Agencia Andaluza de Promoción Exterior* – Trata-se de um instrumento do Governo Regional para apoiar a internacionalização das empresas andaluzas.

  extenda
  AGENCIA ANDALUZA DE PROMOCIÓN EXTERIOR

Para além das entidades públicas atrás referidas, outras tantas entidades contribuem positivamente para auxiliar as empresas andaluzas no caminho do crescimento económico.

A *Confederación de Empresários de Andalucia (CEA)* tem como missão contribuir para o crescimento da economia andaluza, aumentando a competitividade das empresas, promovendo a inovação e a melhoria da produtividade.

A par com a *Confederación de Empresarios de Andalucia*, existem confederações, federações e associações a nível provincial que têm como objectivo **representar as empresas da província e as suas organizações** perante todas as entidades públicas ou privadas, **fomentar o crescimento das empresas, colaborar com o desenvolvimento económico da província** promovendo a iniciativa privada, **prestar serviços que as empresas necessitam** em colaboração com os seus organismos, **defender as empresas da província** relativamente a problemas que afectem sectorialmente o território e **promover o conceito de empresa privada como motor de desenvolvimento económico e progresso social.**

Existem ainda na Andaluzia e com expressão bastante significativa, entidades organizadoras de feiras com cariz internacional com o objectivo de promover e divulgar produtos e empresas regionais. Das mais importantes destacam-se a FIBES – Palacio de Congressos y Exposiciones de Sevilla e a FYCMA – *Palacio de Ferias y Congresos de Málaga.*

1.5. Dinâmica Empresarial

As modernas economias de mercado baseiam a sua sustentação e crescimento na capacidade real da sua sociedade civil de participar e inovar. Podemos mesmo afirmar que o potencial para o progresso de qualquer território está intimamente ligado às facilidades que a iniciativa privada encontra para poder desenvolver as suas actividades num ambiente de concorrência. São as iniciativas geradas que configuram as empresas como instrumentos capazes de transformar a actividade económica desenvolvida num território em mais riqueza, emprego, bem-estar e progresso social.

O conhecimento da estrutura empresarial é assim fundamental para poder desenhar e desenvolver uma qualquer estratégia de futuro.

Em 2009 a Andaluzia ocupava o terceiro lugar no ranking regional segundo o número de empresas activas, atrás da Catalunha, uma região de ampla tradição empresarial e ligeiramente atrás de Madrid, centro nevrálgico do país.

FIGURA 7 – Nº DE EMPRESAS POR REGIÃO (2009)

Sector	Descrição
CATALUNHA	619.624
MADRID	511.804
ANDALUZIA	510.072
VALÊNCIA	362.544
GALÍCIA	201.263
PAÍS BASCO	172.152
CASTELA E LEÃO	170.626
CANÁRIAS	139.381
CASTELO LA MANCHA	134.479
MÚRCIA	95.636
ARAGÃO	93.283
BALEARES	91.826
ASTÚRIAS	71.853
EXTREMADURA	67.181
NAVARRA	43.282
CANTÁBRIA	39.611
LA RIOJA	23.525
CEUTA E MELILLA	7.388

Fonte: Agencia de Innovación y Desarollo de Andalucia

Até à chegada da crise em meados de 2007, a Andaluzia apresentava-se como uma das principais regiões espanholas que registava um maior crescimento em termos de unidades empresarias que aí se instalavam. Não obstante, a partir de 2008, e acompanhando o panorama nacional, verificou-se uma diminuição do número de empresas activas.

Quando se relaciona o número de empresas com a população residente no sentido de obter a densidade empresarial de cada território, a comunidade andaluza situa-se ligeiramente abaixo da média nacional.

Numa perspectiva sectorial, e quanto ao peso empresarial, a Andaluzia situa-se abaixo da média nacional em sectores como a construção ou a indústria, enquanto, no sector do comércio supera claramente os registos médios.

No que se refere ao tamanho das empresas segundo o número de trabalhadores, em Espanha cerca de 95% são microempresas, empregando menos de 10 trabalhadores. As pequenas e médias empresas representam os principais actores na vida empresarial espanhola um pouco por todas as regiões e a Andaluzia não é excepção.

1.6. Sectores de Actividade

A Andaluzia é hoje uma economia em franco crescimento, com os três sectores tradicionais, o Turismo, a Agricultura e Pecuária e os Vinhos a obter dimensão e projecção mundial. A região, beneficiando dos fundos comunitários, alcançou um crescimento exemplar, tendo mesmo obtido até ao ano 2000 um crescimento do seu rendimento médio per capita de cerca de 5 pontos percentuais (em Simon Sosvilla-Rivero, "El impacto de los Fondos Europeos en la Economia Andaluza: 1989-2013").

Beneficiando de uma costa com mais de 900 km de extensão e de um território montanhoso com características únicas na Península Ibérica, a oferta de turismo na Andaluzia pretende satisfazer tanto os consumidores de sol e mar como de desportos de inverno. A nível do turismo, a Região Andaluza destaca-se das demais sendo mesmo reconhecida como o principal destino do turismo interno espanhol.

Málaga, Marbella e hoje também Cádis, Almería e Huelva estão associadas à praia, ao golfe e aos desportos náuticos e apresentam-se como o destino de muitos veraneantes. O turismo cultural está ligado a Sevilha, Córdoba e Granada e o turismo de inverno direccionado para Granada e a Serra Nevada.

Trata-se efectivamente de uma multiplicidade de produtos que permitem à Andaluzia oferecer aos seus visitantes uma variedade de actividades que conduzem ao sucesso da região.

Relativamente à agricultura salienta-se a produção de azeite com especial importância na região de Córdova, hoje líder mundial na produção e engarrafamento, e as frutas com especial peso na região de Almería.

No que respeita à actividade vitivinícola, esta tem a sua base na zona de Cádiz, em especial no Porto de Santa Maria e Jerez de la Frontera.

Na pecuária destaca-se a produção de porco de pata negra na região de Jabugo (Huelva) e a sua transformação e cura para produção de presuntos e enchidos, sector que assume também a liderança mundial.

Com origens muito enraizadas na actividade agrícola e ganadeira, o sector da biotecnologia está concentrado na produção agrícola, representando cerca de 60% da actividade total do sector.

Para além dos sectores tradicionais, existem outros sectores com um grande potencial de crescimento e sobre os quais o Governo Regional tem dedicado os seus esforços no sentido da sua promoção e desenvolvimento.

A Andaluzia representa a segunda maior região espanhola nas vendas do sector aeronáutico onde se destaca o fabrico de componentes e a montagem final de aviões, sendo exemplo da sua boa performance a participação em programas como o do AIRBUS A380, ou o futuro A350, assim como o novo avião de transporte militar A400M.

Outro sector com potencial de crescimento na Andaluzia é o sector das energias renováveis. A Andaluzia dispõe de um elevado potencial para o aproveitamento de fontes de energia renovável, destacando-se a energia eólica e a solar.

As características climáticas e orográficas que a Andaluzia detém fazem das energias renováveis uma indústria estratégica na região.

O Governo andaluz, ciente da importância deste sector como fonte de crescimento regional, propôs no Plano Andaluz de Sustentabilidade Energética 2007-2013 uma reorientação do modelo energético existente com base numa reorientação dos recursos energéticos autóctones.

Os recursos renováveis disponíveis aliados à capacidade de inovação fazem do sector das energias renováveis, especialmente a fotovoltaica, a eólica, a solar, a térmica e a biomassa, uma referência tanto na utilização destes tipos de energia como na tecnologia de equipamentos e instalações para a sua produção.

Por último, far-se-á referência a um outro sector pujante na economia andaluza: o sector das Tecnologias de Informação e Comunicação. Trata-se efectivamente de um sector bastante dinâmico sendo prova disso a instalação de um importante número de empresas nacionais e internacionais com centros de I&D em Tecnologias de Informação e Comunicação dedicadas ao desenvolvimento de software e hardware na Região Andaluza.

1.7. O Sector Agro-Industrial na Andaluzia

Na Andaluzia, o sector agro-alimentar representa cerca de 21% do VAB, tendo mais de 6.000 empresas do sector alimentar e vendas de 14.000 milhões de euros. As empresas do sector agro-alimentar da Andaluzia representam 15% das empresas do sector em Espanha sendo a 2ª região em produção final. Este sector contribui com cerca de 52.000 empregos e representa 20% do total da indústria da Andaluzia.

Dentro da estrutura económica da Andaluzia, o complexo sector agro-alimentar constitui um pilar fundamental, por um lado devido ao peso e posição que ocupa na referida estrutura e, por outro lado, pelas vantagens e potencialidades que apresenta.

Trata-se também do principal sector exportador da economia andaluza e desempenha um importante papel no equilíbrio territorial ao localizar grande parte das suas empresas em zonas rurais.

Não obstante, ela encontra-se sujeita a profundas e constantes mudanças muito em função da internacionalização da economia, dos avanços tecnológicos, da concentração da procura nas grandes cadeias de distribuição e, sem dúvida, das crescentes exigências dos consumidores.

Atrás da Catalunha, a Andaluzia é a comunidade autónoma mais representativa da Agro-Indústria espanhola, representando 14% do emprego e do volume de negócios. Para além do seu sucesso a nível nacional, dentro da própria estrutura produtiva andaluza, a Indústria agro-alimentar é o primeiro sector de actividade tendo em consideração o volume de emprego e a segunda por volume de negócios, segundo dados da Encuesta Industrial de Empresas para 2008 e que a seguir se apresentam.

FIGURA 8 – PRINCIPAIS INDICADORES DA INDÚSTRIA AGRO-ALIMENTAR EM ESPANHA (2008)

	Emprego			Volume de Negócioso			VAB por Trabalhador (milhares de €)	
	Nº de Trabal-hadores	% Total Indústr	% Agro-Indústria Espanha	VN (Mil-hões de €)	VN % Total Indústria	VN % Agro-Indústria em Espanha	Agro-Indústria	Total Indústria
ANDALUZIA	52.505	20,6	13,6	14.435,5	21,6	14,3	48	53
ARAGÃO	11.383	10,7	3,0	3.308,9	12,0	3,3	43	59
ASTÚRIAS	9.030	14,3	2,3	2.162,4	14,4	2,1	56	73
BALEARES	5.054	17,7	1,3	1.018,0	19,2	1,0	50	61
CANÁRIAS	11.037	27,0	2,9	1.732,2	16,3	1,7	48	62
CANTÁBRIA	5.840	15,9	1,5	1.275,6	14,3	1,3	43	60
CASTELA E LEÃO	37.505	25,2	9,7	9.512,0	24,9	9,4	59	65
CASTELO LA MANCHA	24.253	20,5	6,3	8.168,6	26,8	8,1	63	60§
CATALUNHA	78.526	14,1	20,4	23.698,6	16,5	23,4	58	62
VALÊNCIA	34.068	10,8	8,8	8.207,9	12,7	8,1	57	49
EXTREMADURA	11.343	34,5	2,9	2.398,7	35,4	2,4	35	50
GALIZA	28.602	16,6	7,4	7.497,0	17,9	7,4	43	59
MADRID	20.205	8,5	5,2	4.484,5	6,8	4,4	52	69
MÚRCIA	20.298	26,2	5,3	4.628,7	27,3	4,6	46	49
NAVARRA	12.303	16,7	3,2	2.762,0	13,8	2,7	52	66
PAÍS BASCO	15.135	6,8	3,9	3.746,5	6,1	3,7	56	68
LA RIOJA	8.254	27,8	2,1	2.253,3	37,3	2,2	67	61
ESPANHA	385.343	15,3	100,0	101.272,5	16,1	100,0	53	60

Fonte: Analistas Económicos de Andalucia, EncuestaIndustrial de Empresas 2008 (INE) e Ministerio de Medio Ambiente, Medio Rural y Marino

Espanha é um mercado extremamente competitivo, caracterizado por uma forte concorrência das próprias empresas locais e estrangeiras, pelo que é necessária uma abordagem agressiva e persistente na estratégia de implantação no sector da Agro-indústria: a Andaluzia é uma referência mundial nas tecnologias de agricultura intensiva, sob plástico e de processamento posterior da produção, com especial relevância na engenharia genética de sementes e plantas, tecnologias do ciclo integral da água para utilização agrícola, cultivos hidropónicos, equipamento de estufas, plásticos agrícolas.

1.7.1. Inovação e Internacionalização do Sector Agro-Industrial

A análise do posicionamento internacional de uma região permite estabelecer uma avaliação comparativa da performance da região no seio de espaços territoriais mais vastos, reter as dinâmicas competitivas da região desenhadas nas suas relações com o exterior e abordar o potencial da região enquanto motor de projecção do espaço nacional no seio de espaços mais envolventes, bem como apurar as debilidades regionais mais marcantes susceptíveis de condicionar a performance competitiva regional nas suas interacções externas.

Deste modo, procede-se em seguida à análise das especificidades da estrutura de fluxos de comércio internacional da região da Andaluzia com vista a abordar um conjunto de informações essenciais para avaliar a situação económica interna e a posição competitiva externa da região.

FIGURA 9– PRINCIPAIS CLIENTES DA ANDALUZIA

País	Valor	%
FRANÇA	1.890	10,2%
PORTUGAL	1.818	9,8%
ITÁLIA	1.769	9,6%
ALEMANHA	1.660	9,0%
REINO UNIDO	1.054	5,7%
ESTADOS UNIDOS	803	4,3%
PAÍSES BAIXOS	720	3,9%
BÉLIGICA	643	3,5%
MÉXICO	643	3,5%
GIBRALTAR	614	3,3%
Total	18.472	100%

Fonte: AICEP 2010

FIGURA 10 – PRINCIPAIS FORNECEDORES DA ANDALUZIA

País	Valor	%
NIGÉRIA	2.703	11,6%
ARGÉLIA	2.281	9,8%
IRÃO	1.832	7,9%
ARÁBIA SAUDITA	1.805	7,8%
ITÁLIA	1.005	4,3%
FRANÇA	936	4,0%
CHINA	840	3,6%
ALEMANHA	798	3,4%
PAÍSES BAIXOS	729	3,1%
PORTUGAL	700	3,0%
Total	23.218	100%

Fonte: AICEP 2010

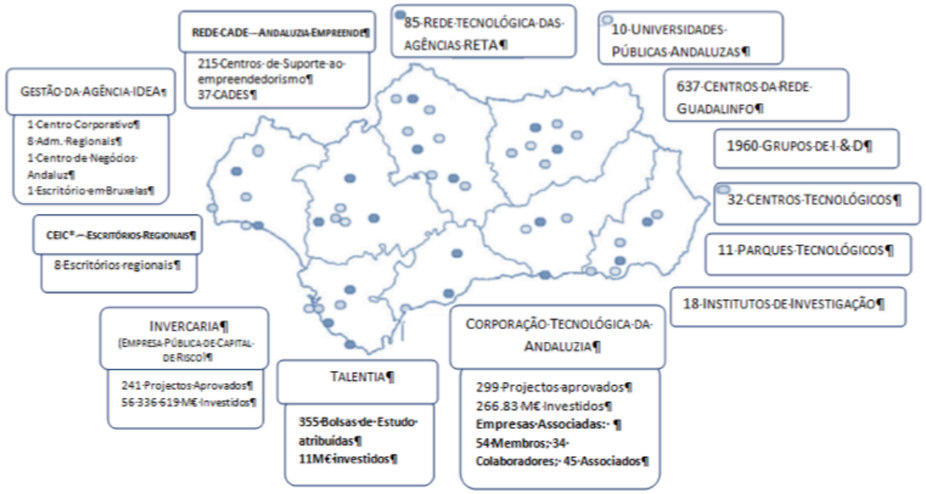
A análise do posicionamento da Andaluzia no espaço nacional, no que concerne à sua estrutura de relações de comércio internacional, permite verificar que a região evidencia uma grande intensidade importadora e exportadora, colocando-se ao nível da média nacional.

Apesar da tendência de crescimento verificado tanto a nível das importações como das exportações, é possível confirmar que a intensidade importadora da região é, no entanto, mais expressiva que a intensidade exportadora da mesma.

Nos últimos anos, a Comunidade Autónoma Andaluza tem realizado esforços importantes no sentido de se dotar das infra-estruturas, de equipamentos de inovação e tecnologia que lhe permitam aumentar a competitividade da sua economia e favorecer a convergência ao nível das principais regiões europeias.

Para alcançar este objectivo de internacionalização e inovação, a Andaluzia trabalha em duas vertentes: favorecendo o processo de internacionalização das empresas Andaluzas e promovendo de maneira ampla os atractivos da Andaluzia para a captação de potenciais investidores estrangeiros.

Desta forma, a Região Andaluza criou uma série de infra-estruturas que apoiam as empresas na sua estratégia de inovação e de internacionalização, conforme se verifica no mapa abaixo.



*Consejería de Empresa, Innovación y Ciencia

Figura 11 – O sistema de Inovação da Andaluzia

1.7.2. Instrumentos Financeiros da Apoio à Actividade Industrial

A política regional tem estado no centro das políticas da U.E., e tem por objectivo essencial a coesão económica e social. A sua acção baseia-se na solidariedade financeira que permite a transferência de parte do orçamento comunitário para as regiões mais desfavorecidas. Desta forma, as regiões da União com atrasos de desenvolvimento ficaram melhor preparadas para enfrentar essas dificuldades e tirar pleno partido das oportunidades do mercado europeu.

O apoio financeiro prestado pela União Europeia no âmbito da sua política regional é calculado em função do nível de desenvolvimento das regiões e do tipo de dificuldades com que estas se deparam.

Diz-se que uma região está abrangida pelo Objectivo 1 (de acção prioritária) quando o Produto Interno Bruto por habitante é inferior a 75% da média comunitária.

A Andaluzia tem a classificação de Região Objectivo 1 dentro da União Europeia, o que lhe permite dispor de um quadro próprio de incentivos ao investimento, para além dos incentivos que se aplicam a todo o território espanhol, sendo ambos compatíveis e complementares.

Neste contexto, o "Programa de Incentivos à Inovação e ao Desenvolvimento Empresarial", programa a cargo da IDEA – Agência de Inovação e Desenvolvimento da Andaluzia é um programa de incentivos financiado pela "Subvención Global Innovación-Tecnologia-Empresas de Andalucia 2007-2013" e co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, incorporada no FEDER 2007-2013 e tem por objectivos: direccionar o sistema de incentivos para a actividade económica na Andaluzia para a inovação, favorecer a inserção da Andaluzia na sociedade do conhecimento e fomentar o uso das TIC's, simplificar e agilizar a gestão de incentivos através um só órgão gestor (a agência IDEA) e um procedimento único de tramitação e apoiar de forma considerável os sectores considerados estratégicos (aeronáutica, agro-indústria, biotecnologia, TIC's e sectores emergentes, metalomecânico, sector energético e ambiental).

Assim, em 2010, a Junta da Andaluzia lançou, através da IDEA, novos instrumento de apoio à actividade produtiva para os sectores considerados estratégicos segundo um conceito de fundos reembolsáveis dos quais se destacam: a iniciativa JEREMIE *Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises*, *o Fondo de Apoyo del Desarrollo Empresarial*, *o Fondo de Economía Sostenible*, *o Fondo para el impulso de las energías renovables y la eficiencia energética*, *o Fondo de Generación de Espacios Productivos*, *o Fondo para Emprendedores Tecnológicos e o Fondo de Apoyo a las Industrias Culturales*.

Para além dos já referidos anteriormente, existem outros instrumentos de apoio igualmente relevantes: empréstimos do BEI –Banco Europeu de Investimento- no sentido de financiar projectos de investimento na Andaluzia com fundos desta instituição financeira. O objectivo seria estabelecer uma linha de empréstimos directos da IDEA para financiar projectos de investimento que cumpram os critérios de selecção do BEI apresentados por pequenas e médias empresas.

Para além dos referidos, existem muitos outros instrumentos de apoio à actividade económica na Andaluzia:

O acordo de colaboração entre a Agencia de *Innovación y Desarollo de Andalucia* e diversas entidades financeiras que operam na Andaluzia para canalizar financiamento às PME, no valor de 300 milhões de euros até 2013;

O *Programa de Fomento de Naves Industriales* realiza um trabalho de apoio ao empresário andaluz que passa pela gestão e concessão de incentivos às empresas, pela gestão de projectos e programas da *Consejería de Economía* e pela construção de infra-estruturas industriais e tecnológicas;

O Cheque Inovação no valor máximo de 9.000 euros foi criado para melhorar a actividade empresarial e a competitividade das PME´s e deverá servir para adquirir serviços de consultoria em inovação, para a melhoria de processos produtivos, assistência para desenvolvimento de novos produtos, comércio electrónico e elaboração de um plano comercial ou uma estratégia de marketing. Esta medida, co-financiada no âmbito do FEDER incorpora-se na *Orden de Incentivos para el Fomento de la Innovación y el Desarrollo Empresarial de Andalucía 2008-2013*;

Electromobility En+ retrata o apoio da IDEA para a promoção de projectos de I&D e de electro-mobilidade sendo gerida por um consórcio de 13 países e regiões da União Europeia;

O Acordo ENISA-IDEA pretende financiar pequenas e médias empresas da área da Inovação na Andaluzia com o objectivo de ampliar e melhorar o apoio financeiro às mesmas. Este será dotado com 15 milhões de euros a cargo do Fundo Tecnológico;

Os programas de ajuda a empresas viáveis com dificuldades conjunturais na Andaluzia está a cargo da *Agencia de Innovación y Desarrollo de Andalucía IDEA* e tem como objectivo prestar a liquidez necessária a empresas viáveis que atravessam problemas conjunturais de forma a garantir o funcionamento da empresa até que se elabore um plano de reestruturação para a mesma. Tem também como objectivo tornar possível que a empresa recupere a sua posição no mercado e, portanto, a sua competitividade e viabilidade a longo prazo;

Gozando de um sistema regional de incentivos muito eficiente, face ao reconhecimento da região como Região Objectivo 1, são muitas as vantagens competitivas que a Andaluzia dispõe face às demais regiões, tornando-a o local ideal para investir.

1.7.3. SWOT do Sector

Tendo por base a pesquisa bibliográfica efectuada e uma análise documental detalhada, apresenta-se neste ponto a análise SWOT através da qual se pretendem evidenciar as principais forças e fraquezas, oportunidades e ameaças que se colocam ao cluster agro-industrial da Andaluzia.

O conjunto dos elementos indicados nos diferentes conjuntos da matriz SWOT indica, transversalmente, a situação actual nas áreas da produção, transformação e comercialização do sector e em que aspectos ou características fundamentais dessas áreas é necessário actuar.

FIGURA 12 – ANÁLISE SWOT – ANDALUZIA – PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS

Pontos Fortes	Pontos fracos
Existência de produtos de marcas conhecidas	Desequilíbrio na utilização da Inovação no sector
Produtos com características próprias e únicas das regiões onde são produzidos	Estrutura dual do sector com empresas muito grandes e muito pequena a fazer concorrência entre si
Na maioria dos sectores, há um pequeno número de empresas regionais suficientemente grande para a competição	Fraca capacidade industrial, a capacidade e quantidade produtiva oferecida pelo sector primário não se adequam às capacidades industriais
Conhecimento profundo dos gostos dos consumidores	Falta de diferenciação dos produtos com orientação para as necessidades de mercado.
Capacidade de potenciar o mercado interno Andaluz e Espanhol	Condicionantes muito fortes a montante prejudicando o abastecimento de certos segmentos
Baixa dependência da opção energética do petróleo	Dificuldades em conseguir preços competitivos nos sectores e subsectores que estão inseridos
Expansão natural do mercado no sector, como resultado da adesão à U.E	Crescente introdução de produtos estrangeiros no mercado
	Debilidade da estrutura financeira das empresas
	Baixa produtividade do sector
	Dependência da Investigação e Desenvolvimento externo
	Baixa qualificação literária dos Recursos Humanos
	Baixa capacidade de gerar valor acrescentado e, consequentemente, capacidade limitada para contribuir para o crescimento global da economia espanhola

FIGURA 13 – ANÁLISE SWOT – ANDALUZIA – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Oportunidades	Ameaças
Tamanho das explorações agrícolas	Diminuição da procura de alguns produtos
Possibilidade de encontrar novos nichos de mercado, com a chegada de novos hábitos alimentares, dando a possibilidade das microempresas se especializarem	A necessidade de realizar as novas regulamentações ambientais vai significar um esforço adicional para o sector
Tendência de substituir os produtos mais elaborados com muita transformação por novos produtos, menos elaborados, de qualidade superior, cria novas expectativas para o crescimento do sector	Aumento da competitividade de produtos agrícolas provenientes de países terceiros do Mediterrâneo
A internacionalização da economia PME está bem posicionada para atender segmentos específicos de mercados que a sua política de globalização não pode obter as grandes empresas.	A excessiva regulamentação governamental está a causar reclamações de produtos comparativamente aos produtos feitos em outros lugares
A abertura da Europa Oriental e a estabilidade política e económica crescente dos países latino-americanos oferecem uma oportunidade para a internacionalização das empresas andaluzas	A maioria das empresas nacionais são familiares com as limitações que isso implica
Sistema de transporte regional que proporciona uma série de vantagens à industria agro-alimentar tornando-a mais competitiva e mais próxima para outros mercados	Em alguns sectores há uma influência negativa das condições acordadas no âmbito da PAC sobre o fornecimento de matérias-primas
Disponibilidade de recursos financeiros. A indústria alimentar andaluza está numa posição privilegiada para obter financiamento privilegiado para os seus projectos (via subsídios) (lei de incentivos regionais e convenções instituições andaluzas / financeiros para apoiar as PME)	
O Plano de Desenvolvimento Económico Andaluz, inclui uma estratégia específica para a racionalização da indústria de alimentos a fim de preservar as vantagens competitivas que a região tem.	
Localização estratégica da Andaluzia fornece e mantém um grande potencial para enfrentar os processos de transformação da produção agrícola na região do Mediterrâneo.	

As políticas utilizadas pela Região da Andaluzia até agora originaram um crescimento diferenciador, sendo que foi feito um grande investimento no empreendedorismo e na ligação entre o ensino superior e o desenvolvimento de novos nichos de mercado no sector da agro-indústria.

1.7.4. Estratégia Definida para o Sector

O sector agro-industrial é um sector estratégico em qualquer modelo socioeconómico. A sua importância básica na sociedade e o seu elevado peso na economia são factores que impulsionam os agentes públicos a intervir continuadamente no sistema de forma a garantir o seu funcionamento regular e eficiente.

O Conselho da Agricultura e Pescas da Junta da Andaluzia, no exercício das suas competências e atribuições, tem como missão planificar, dirigir e executar planos e programas relativos à indústria agro-alimentar. Assim, no sentido de alcançar os objectivos definidos para o sector, foi definido um Plano Estratégico com horizonte 2013, integrador das diferentes iniciativas de apoio, portador de novas orientações que visem melhorar as capacidades do sector de forma a garantir que as empresas agro-industriais da Andaluzia consigam competir com êxito num cenário económico mundial.

O Plano da Agro-indústria Andaluza é fruto da concertação entre os diferentes agentes económicos e sociais (incluindo o apoio de algumas Centrais Sindicais) e a Junta da Andaluzia e define-se sob uma tripla orientação: o mercado, a geração de valor acrescentado em todas as fases da cadeia agro-alimentar e a produção em sectores em que a agro-indústria andaluza é mais competitiva.

O enfoque no mercado justifica-se porque até à data, as políticas de apoio à agricultura na Andaluzia tem-se concentrado em produzir em qualidade. A modernização do sector na Andaluzia, fruto de um grande esforço investidor dos últimos anos, tem permitido melhorar sensivelmente os níveis de qualidade dos produtos oferecidos, pelo que são cada vez mais as empresas que se destacam pelo diferencial de qualidade dos seus produtos e pelos inovadores métodos de elaboração. O desafio actual consiste em **orientar** essa **produção de qualidade**, tendo em consideração a procura do **mercado** em cada momento. Trata-se de conhecer e antecipar as tendências no que respeita às necessidades e gostos dos consumidores, os seus comportamentos de compra e explorar as potencialidades dos mercados definidos como objectivo.

Para complementar com a estratégia anterior, é cada vez mais necessário apostar em **introduzir valor acrescentado em toda a cadeia** agro-alimentar desde a produção à transformação. Foi nas primeiras etapas do processo que os investimentos na melhoria da qualidade foram mais significativos. O esforço realizado deverá ser complementado com a adaptação da produção às necessidades dos consumidores, oferecendo cada vez mais produtos inovadores capazes de distinguir os produtos andaluzes da restante concorrência. Depois de avaliada a produção será necessário introduzir melhorias ao nível da distribuição. A correcta colocação dos produtos ao nível do consumidor final é também um importante instrumento diferenciador e que potencia o sucesso. **Melhorar o trabalho de comercialização, gerar e reter valor acrescentado em todo o processo, implementar um controlo efectivo na venda dos produtos andaluzes, e desenhar políticas de promoção e acções de comunicação e marketing mais eficientes ajudam a promover a qualidade da oferta andaluza.**

Dada a existência de diferenças entre os vários subsectores que constituem o sector agro-industrial na Andaluzia, no que respeita ao seu posicionamento, necessidades, recursos e capacidades, será de extrema importância **caracterizar e segmentar os diferentes subsectores de forma a planificar e apoiar eficiente e adequadamente cada um deles**. Para tal, as chaves de sucesso de forma a atingir o objectivo centram-se no Investimento, na Formação e Qualidade e na Estabilidade de emprego.

CAPÍTULO II – O RIBATEJO

2.1. Caracterização

Criada como província em 1936, mas extinta como tal na Nova Constituição de 1976, a região do Ribatejo situa-se no Centro do território de Portugal continental, ficando em contacto com a Estremadura, a oeste e a sul, a Beira Litoral, a norte, a Beira Baixa, a nordeste, e o Alentejo, a leste e sul.

Nesta região ficam situados os concelhos de Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Rio Maior, Torres Novas, Santarém, Sardoal, Tomar, Salvaterra de Magos e Vila Nova da Barquinha. Ao todo fazem parte da região do Ribatejo 22 concelhos e 201 freguesias.

Figura 14 – Mapa do Ribatejo

O Ribatejo é cortado a meio pelo rio Tejo no sentido Nordeste-Sudoeste. O relevo é uniforme, predominando as formas baixas e planas, com altitudes inferiores a 200m.

A temperatura média anual oscila nos 16ºC, sendo a média das máximas de 22,4ºC e das mínimas de 9,9ºC. A precipitação média anual é de 700mm. As águas são drenadas até ao Tejo por vários afluentes como o Zêzere, o Alviela, o Asseca e o Alenquer, na margem direita, e o Alpiarça, o Muge e o Sorraia, na margem esquerda.

Região de excelentes aptidões agrícolas, pratica-se a Noroeste uma agricultura intensiva e variada, ficando a Sudoeste a exploração extensiva, onde os vários campos alternam com os sobreiros. Os campos ribeirinhos, alagados no Inverno, devido às cheias, produzem trigo, milho, arroz, tomate, vinho e produtos hortícolas; as suas pradarias alimentam touros e cavalos. Nas outras áreas, ainda húmidas, cultivam-se o milho e produtos hortícolas e nas mais secas, trigo, vinho e oliveiras. As suas principais indústrias são as alimentares, de cimentos, de produtos químicos, de montagem de automóveis, de metalurgia, de curtumes e de madeiras.

2.2. População

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a população residente no Ribatejo em 2010 apontava para cerca de 487.042 habitantes, representando 4,6% da população residente em Portugal.

Ainda de acordo com o Anuário Estatístico de Portugal para o ano de 2010, poderemos verificar que o Ribatejo apresentava uma densidade populacional de 69,8 habitantes por Km2 abaixo da média nacional que se situa nos 115,4 hab/Km^2.

Para além das características apresentadas, será importante fazer a caracterização da população residente no Ribatejo tendo em consideração o género, a idade e o nível de escolaridade.

Assim, em 2010, 51,3% da população residente em Portugal seria do sexo feminino e a faixa etária com maior relevância situa-se na faixa dos 25 aos 64 anos.

Conforme se pode verificar no gráfico abaixo, na maior parte dos concelhos a população estagnou ou aumentou, destacando-se, no crescimento populacional, os concelhos de Ourém, Benavente, Cartaxo, Rio Maior e Salvaterra de Magos.

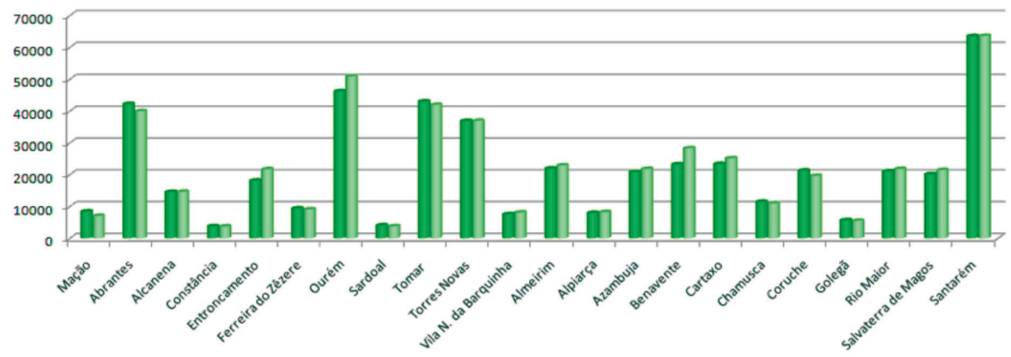


FIGURA 15– POPULAÇÃO RESIDENTE NO RIBATEJO ENTRE 2001 E 2008

2.3. Análise PEST

Com base num estudo qualitativo tendo como apoio o cenário em factores políticos (P), económicos (E), sociais (S) e tecnológicos (T). A análise destas dimensões, dificilmente quantificáveis, aliada a outros métodos de análise ambiental, por exemplo a análise SWOT, de uma região, possibilita a compreensão de ambientes complexos e em permanente mudança.

O "P" do PEST (Political and Legal Aspects)

Portugal tem um governo de maioria, via coligação, o que possibilita estabilidade política; a política económica tem sido seguida com os padrões impostos pela União Europeia.

O sistema governativo português é composto por três órgãos que têm diferentes funções no panorama nacional.

O Presidente da República é o Chefe de Estado e é eleito por sufrágio universal para um mandato de cinco anos, e exerce uma função de fiscalização sobre a actividade do Governo. Tem o poder de promulgar ou vetar leis aprovadas na Assembleia da República ou decretos-lei aprovados pelo Conselho de Ministros, e de pedir a apreciação da sua constitucionalidade.

A Assembleia da República é eleita para um mandato de quatro anos e neste momento conta com 230 deputados, eleitos em 22 círculos plurinominais em listas de partidos. Os círculos correspondem aos 18 distritos de Portugal continental, mais 2 círculos das Regiões autónomas (Açores e Madeira) e por fim, 2 círculos para os portugueses emigrados na Europa e fora da Europa. A região do Ribatejo elege cerca de 15 deputados.

O Governo é chefiado pelo primeiro-ministro, que é por regra o líder do partido mais votado em cada eleição legislativa e é convidado nessa forma pelo presidente da República para formar Governo.

O governo é quem propõe a política nas diversas áreas como a economia, saúde e educação.

Portugal, em termos de justiça tem os tribunais que julgam segundo a constituição e a legislação existente.

No que diz respeito ao meio empresarial Portugal tem políticas comerciais definidas com base nos pressupostos e padrões da União Europeia, as quais têm como objectivo potenciar a exportação e a forte presença das marcas e produtos portugueses nos mercados externos.

O "E" do PEST (Economic Aspects)

Em 2008 e 2009, o desempenho da economia portuguesa foi fortemente condicionado por um enquadramento externo particularmente desfavorável. A crise financeira nos EUA que teve início na segunda metade de 2007 e que rapidamente se alastrou aos restantes países do mundo, provocou restrições ao financiamento, um aumento do clima de incerteza e um abrandamento das economias a nível global.

Este contexto desfavorável determinou uma inversão na tendência de retoma da economia portuguesa, assistindo-se à desaceleração do crescimento do PIB em termos reais (variação nula em volume em 2008 e uma contracção de -2,6% em 2009), reflectindo um abrandamento da procura externa líquida, que resultou da diminuição das exportações de bens e serviços, uma desaceleração da procura interna e uma quebra do investimento.

Os preços (taxa de inflação; taxa de desemprego;) e quantidades (PIB; taxa de juro, crédito concedido, balança comercial), continuam a apresentar valores com impacto negativo para os portugueses ano pós ano.

Em matéria de finanças públicas, foi mantida uma trajectória de ajustamento orçamental e de consolidação das contas públicas, tendo em vista um crescimento económico sustentado e a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos.

Foram adoptadas várias medidas de carácter transversal, não apenas do lado da redução da despesa, mas também do lado da receita, com o défice público a situar-se nos 9,1% do PIB em 2010 (redução de 1 p.p. face a 2009).

Num contexto de elevada incerteza nos mercados financeiros, dos efeitos negativos da subida do risco da dívida soberana elevando o risco de crédito e condicionando o acesso a financiamento no mercado interbancário, o sistema financeiro conseguiu resistir e apresentar bons resultados nos testes de resistência "stress tests" a que foram submetidos os 4 maiores bancos portugueses, juntamente com 87 instituições financeiras europeias, realizados em 2010.

O "S" do PEST (Social-cultural Aspects)

Portugal é um país maioritariamente católico e com os valores da família bem presentes. Porém os estilos de vida de hoje levam a que cada vez mais os pais passem menos tempo com os filhos e que em compensação tenham uma maior preocupação com o local e actividades que os mesmos possam ter durante o dia.

Portugal em termos sociais tem tido um crescimento produtivo significativo, o qual não é suficiente para assegurar a manutenção de toda a máquina administrativa. A médio prazo o crescimento e qualificação profissional têm sido uma mais-valia crescente, mas ainda não suficiente para atingir os patamares praticados na maioria dos restantes países europeus.

Uma das questões muito levantadas em termos sociais é o envelhecimento populacional que tem de ser combatido de alguma forma, estando cada vez mais o número de activos a reduzir.

O "T" do PEST (Technological Aspects)

As infra-estruturas ligadas ao sector das telecomunicações foram, nos últimos anos, substancialmente melhoradas e modernizadas permitindo a Portugal situar-se numa confortável posição entre os seus parceiros europeus.

A liberalização das redes fixa e móvel e a entrada no mercado português de novos operadores de telecomunicações, aumentou a concorrência, melhorou a qualidade e reduziu as tarifas cobradas.

Com o advento das redes móveis de 3ª geração, o acesso à Internet em banda larga e a distribuição de TV passaram a ser disponibilizados aos clientes das redes móveis. Portugal é o 4º país na Europa em termos do acesso em banda larga com mais de 10 Mbps e tem 3ª maior taxa de penetração de banda larga móvel da Europa.

Actualmente, em Portugal as redes de satélite são sobretudo utilizadas para prestar serviços de distribuição de TV.

De acordo com a ANACOM, desde 2000 e até 2009, o nº de meios físicos utilizados pelos consumidores para aceder aos serviços de comunicações electrónicas tem crescido, em média, cerca de 6,2% ao ano, tendo atingido 21,7 milhões de acessos em 2009. Esta evolução foi, sobretudo, determinada pelas redes móveis (crescimento de 10,5%/ano). Ao contrário, a rede fixa tradicional tem visto o seu peso diminuir – entre 2000 e 2009 diminuiu, em média, cerca de 3,5%/ano e em 2009, a queda foi de 4%.

Na rede de fibra óptica, no final de 2009 existiam em Portugal 1,1 milhões de acessos instalados e cerca de 35 mil

clientes e as redes de TV por cabo eram utilizadas, no mesmo período, por 56 mil clientes.

Tem vindo a ser desenvolvida uma importante campanha de aproximação das populações às novas tecnologias (incluindo Internet) e um esforço na disponibilização por parte do sector público dos mais diversos tipos de serviços por via electrónica, procurando assim contribuir para facilitar a actividade dos cidadãos e das empresas. Portugal ocupa hoje o 1º lugar no ranking europeu dos Serviços Públicos Online (segundo o Relatório eGov Benchmark 2010), o que revela o sucesso da iniciativa Ligar Portugal.

2.4. Infra-estruturas de Apoio à actividade empresarial

O desenvolvimento de infra-estruturas regionais é crucial para o crescimento económico e para o desenvolvimento sustentável.

É notória a importância de uma boa rede de infra-estruturas no crescimento das regiões e que funcionem a todos os níveis. São elementos que potenciam a inovação e a criação de novas empresas, que motivam a oferta e promovem o crescimento. Sem uma boa rede de infra-estruturas seria também impossível a promoção dos produtos e serviços.

Podemos afirmar que uma boa rede de infra-estruturas económicas gera um aumento da produtividade, o que, por sua vez, conduzirá a um aumento da competitividade ao nível empresarial.

O Ribatejo, consciente da importância de tais meios, tem dotado a região de uma importante rede de infra-estruturas capazes de apoiar os empresários nas suas decisões.

Existe, assim, um importante conjunto de infra-estruturas das quais se destacam:

- NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, caracterizada por uma forte actividade empreendedora desenvolveu, desde a sua constituição, um grande número de iniciativas profícuas no desenvolvimento da capacidade do tecido empresarial do distrito, conseguindo mesmo afirmar-se como a principal associação empresarial do Ribatejo. Prova disso é a sua estrutura organizativa que conta com as principais empresas da região, estando mesmo representadas nos seus corpos sociais. Esta infra-estrutura, localizada em Torres Novas, apresenta-se como instrumento privilegiado para promover o tecido empresarial da região.

NERSANT
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

- TAGUSVALLY – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo, é a entidade gestora e promotora do Pólo Tecnológico do Vale do Tejo que oferece às empresas e aos intervenientes económicos da região um conjunto de infra-estruturas de acolhimento e serviços no sentido de apoiar e promover a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico promovendo a ligação das empresas com instituições académicas e científicas locais, nacionais e internacionais. Em suma, a Tagus Valley,com a sua sede em Abrantes, representa um instrumento importante de apoio às PME da região através de acções de inovação e internacionalização.

TAGUS VALLEY
TECNOPOLO DO VALE DO TEJO

- Parques de Negócios do Vale do Tejo – Distribuídos pelos concelhos do Cartaxo, Fátima/Ourém, Santarém, Torres Novas e Rio Maior, os parques de negócios apresentam-se como um instrumento de competitividade territorial no Vale do Tejo, oferecendo espaços de excelência e integrando serviços de apoio às empresas que ali se posicionam. Os serviços oferecidos contribuem para o desenvolvimento económico e empresarial da região e para um ordenamento equilibrado na instalação das actividades económicas.

Parques de Negócios do Vale do Tejo

- DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, SA – Localizada em Santarém, é uma incubadora de empresas, com especial enfoque na prestação de serviço às empresas através da criação, expansão, modernização e desenvolvimento de pequenas e médias empresas, visando a promoção do desenvolvimento económico dos distritos de Santarém e Leiria. Presta serviços de tutoria e acompanhamento, consultoria e formação e de apoio às empresas na obtenção de financiamento externo.

DET
Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, SA

- CIN.IPT O Centro de Incubação de Ideias e Negócios do Instituto Politécnico de Tomar é uma estrutura informal que visa contribuir para o fomento de iniciativas empresariais inovadoras e para o desenvolvimento de produtos inovadores de interesse quer para o Instituto quer para a região em que se encontra inserido. O CIN tem como objectivos promover uma cultura de inovação, qualidade e empreendedorismo assente num estreito relacionamento entre o meio empresarial e o meio académico promovendo a criação de empresas spin-offs.

cin.ipt Centro de Incubação de Ideias e Negócios

- OTIC.IPT - Entidade mediadora nas relações que se estabelecem entre os diversos actores na sociedade com a finalidade de identificar e promover a transferência e desenvolvimento de ideias e conceitos inovadores dos laboratórios para as empresas contribuindo para um crescente desenvolvimento económico, social e empresarial da região e país, promovendo a cultura da Inovação Tecnológica e da Sociedade de Informação e do Conhecimento.

otic.ipt

- Centro de Actividades Pólo de Investigação da Quinta da Fonte Boa – Faz parte do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P. e tem como missão prestar apoio especializado à investigação, experimentação e desenvolvimento nas áreas da produção, reprodução animais, nomeadamente no que concerne à gestão de infra-estruturas e meios de uso comum.

- Laboratório de Inovação Industrial e Empresarial do Instituto Politécnico de Tomar - Trata-se de um projecto I&D para as áreas da mecânica, electrónica, automação e robótica, que resulta de uma parceria entre a Câmara de Abrantes, o Instituto Politécnico de Tomar e a Tagusvalley, em colaboração com a NERSANT. O projecto pretende dar respostas às necessidades de desenvolvimento de novos produtos e processos das empresas da região.

- INOV.LINEA – O Centro de Transferência e Tecnologia Alimentar enquadra-se na política de desenvolvimento do Pólo Tecnológico do Vale do Tejo e pretende ser um pólo de suporte para o sector agro-alimentar em Portugal. O Inov.Linea tem como principais objectivos responder às necessidades tecnológicas do país e as suas áreas de actuação situam-se ao nível dos processos industriais e da inovação de produtos e processos.

Não directamente envolvidos na actividade empresarial, as instituições de ensino e o trabalho aí desenvolvido em prol da formação dos indivíduos, dotando-os de competências necessárias ao mundo do trabalho, destacamos também as infra-estruturas de ensino e de formação. O Ribatejo detém uma rede de infra-estruturas de ensino que se estende pela totalidade da região e é composta por 363 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 468 escolas do ensino básico e 43 escolas do ensino secundário.

Ao nível do ensino superior existem 10 estabelecimentos de ensino repartidos pelos concelhos de Rio Maior, Santarém, Abrantes, Tomar e Torres Novas. Alguns destes estabelecimentos de ensino têm vindo a desenvolver acções de cooperação com o tecido empresarial da região.

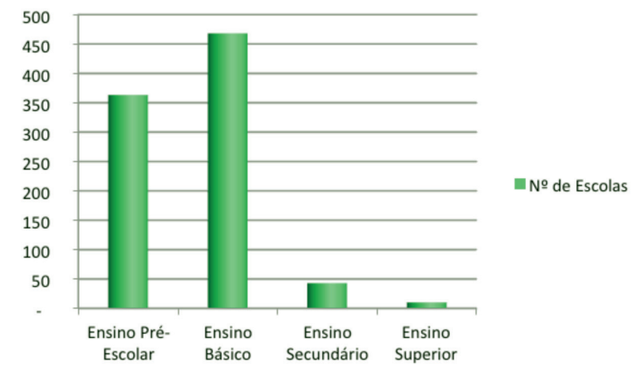


Figura 16 – Infra-estruturas de ensino no Ribatejo

2.5. Dinâmica Empresarial

O número de empresas em Portugal tem vindo a aumentar nos últimos anos, mas os distritos não crescem uniformemente. As regiões têm mostrado melhores ou piores resultados fruto grandemente do empenho do tecido empresarial que o define.

São hoje muitas as empresas que escolhem o Ribatejo para estabelecer a sua actividade. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística – Sistema de Contas Integradas, existiam no Ribatejo em 2009, 42.304 empresas, das quais 40.550 tinham menos de 10 trabalhadores.

Apesar do vasto número de empresas, o ano de 2009 ficou marcado por uma desaceleração do crescimento empresarial que se tinha verificado ao longo dos últimos anos, acompanhando, no entanto, a tendência nacional.

No que respeita à dimensão média das empresas, a evolução tem sido, no entanto, constante ao longo do tempo. Em 2009, 95,9% do tecido empresarial no Ribatejo era representado por empresas de dimensão reduzida com menos de 10 trabalhadores ao seu serviço.

Olhando para a estrutura do tecido empresarial no Ribatejo, verifica-se que o sector mais dinâmico é sem dúvida o sector do "Comércio por Grosso e a Retalho", representando cerca de 12.000 empresas em 2009. A "Construção" e a "Indústria Transformadora" também se destacam das restantes, sendo representadas por 4.831 e 3.199 empresas, respectivamente.

Não obstante o facto do tecido empresarial português ser caracterizado na sua grande maioria por PME, tal não significa que não existam no Ribatejo empresas de grande dimensão e com um peso importante na economia nacional, contribuindo de forma positiva para o aumento da produtividade e do emprego.

Destacamos de seguida as 10 melhores empresas segundo o ranking efectuado pelo jornal "O Ribatejo", na sua edição de 11 de Agosto de 2011, e que nos permite verificar que várias são as fontes geradoras de riqueza na região ribatejana.

FIGURA 17 – AS 10 MELHORES EMPRESAS DE 2010

N.º	Nome da Empresa	Concelho	Posição /Ranking
1	CAIMA-INDÚSTRIA CELULOSE	Constância	10
2	TAGUSGÁS	Santarém	34
3	RODOVIÁRIA DO TEJO	Torres Novas	16
4	MITSUBISHI FUSO TRUCK EUROPE	Abrantes	5
5	PETTROIBERICA	Ourém	3
6	JM. CORDEIRO	Santarém	23
7	JJ. LOURO PEREIRA	Santarém	13
8	IMPORTE - COMÉRCIO INTERNACIONAL	Alcanena	26
9	STR - SOCIEDADE DE TABACOS DO RIBATEJO	Chamusca	25
10	COMAVE DO ZÊZERE	Ferreira do Zêzere	42

2.6. Sectores de Actividade

Juntamente com os tradicionais sectores de actividade ligados à exploração agrícola, florestal e mineral, outros sectores encontram uma forte visibilidade contribuindo de forma positiva para o crescimento da região como um todo. Entre eles destacamos o sector automóvel, a metalomecânica e a construção civil.

AGRICULTURA E AGRO-INDÚSTRIA

Vamos agora dissertar sobre a agricultura na região, não só pela sua relevância, mas também porque constitui um dos enfoques deste estudo. A agricultura tem especial relevância na Lezíria do Tejo.

A Lezíria do Tejo constitui uma das mais importantes regiões do país do ponto de vista agrícola, possuindo solos de elevada aptidão que possibilitam uma predominância de usos do solo do tipo agrícola e florestal.

No que respeita às principais culturas da região, serão de mencionar os cereais para grão e as culturas hortícolas, sobretudo o tomate. Será ainda importante destacar alguns produtos regionais como o arroz (com Indicação Geográfica Protegida), o vinho (com Denominação de Origem Controlada do Vinho Regional Ribatejano) e o azeite (com Denominação de Origem Protegida de Azeites do Ribatejo).

Merecem ainda referência as actividades de pecuária, ligadas não só à suinicultura como à criação extensiva de gado bovino e cavalar, conduzindo à importância de produtos regionais como o Cavalo e o Touro.

No que respeita à exploração florestal, a Lezíria do Tejo destaca-se pela presença de uma importante área de montado de sobro (que permite o desenvolvimento da fileira da cortiça), além de espécies como o pinheiro bravo, o pinheiro manso (que permite o desenvolvimento da indústria de transformação de frutos secos) e a azinheira.

Temos vindo a enumerar os produtos agrícolas produzidos na região podendo referir também que paralelamente cresce o sector agro-industrial que tem desde há muito um importante peso na economia do Ribatejo.

Ao longo dos últimos anos esta indústria tem sabido aproveitar as suas especificidades e inovar, dando assim resposta às novas necessidades e expectativas quer do consumidor quer da sociedade.

Por exemplo, quer o tomate quer a beterraba sacarina ou o arroz permitiram um importante desenvolvimento da fileira agro-industrial da Lezíria do Tejo, a par da indústria da transformação de carnes, da transformação de frutos secos e da indústria de bebidas.

O sector agro-industrial, nas últimas décadas, sofreu uma verdadeira revolução para conseguir responder aos novos desafios. Se inicialmente funcionava num mercado com pouca concorrência e sem grandes exigências de higiene e segurança, com a abertura da economia à escala global, foi necessário fazer modificações nas estruturas produtivas para minorar os efeitos das suas actividades no ambiente, dando cumprimento a uma legislação ambiental cada vez mais exigente.

Por outro lado, soube introduzir, de forma generalizada, sistemas de garantia da qualidade e da segurança dos alimentos, certificando as suas empresas e adoptando sistemas de controlo de pontos críticos (HACCP).

A indústria agro-alimentar é o maior sector produtivo na União Europeia, representando uma facturação de 840 biliões de euros em 2005.

Consciente das potencialidades apresentadas pelo sector e tendo em consideração as condições naturais existentes na região, o Ribatejo, pela mão dos seus empresários, criou o Cluster Agro-industrial do Ribatejo com o objectivo de desenvolver a colaboração e cooperação entre empresas e entidades relacionadas com o sector, encorajando a reestruturação competitiva, assegurando dessa forma uma ampla participação das entidades directamente relacionadas com o sector nos circuitos comerciais, nacionais e internacionais.

Apesar das características edafo-climáticas serem transversais a toda a região ribatejana, a maior concentração de empresas ligadas ao sector agro-industrial situa-se em Almeirim, no Cartaxo, em Coruche e Rio Maior.

INDÚSTRIA AUTOMÓVEL

A actividade automóvel desenvolve-se na Região através de actividades de fundição, tratamento de metais e produção de componentes. Este é um dos principais sectores de exportação da Região.

INDÚSTRIA CURTUMES

A indústria de curtumes é uma das mais antigas actividades conhecidas do homem. Cedo se radicou no concelho de Alcanena, com métodos muito originais. Embora inicialmente ligado à indústria do calçado, registou-se nos últimos anos um esforço das empresas para a diversificação para outros sectores, tais como: automóvel, mobiliário e moda.

A Europa é um interveniente importante no comércio internacional de curtumes, fornecendo 25 por cento da produção mundial de couro e um dos maiores e mais dinâmicos mercados de consumo de artigos de couro. No entanto, para que o sucesso se perpetue, as fábricas deverão manter-se na linha da frente do desenvolvimento tecnológico, sendo indispensável que participem continuamente em actividades de I&D.

INDÚSTRIA DE CORTIÇA, MADEIRAS E RESINAS

A Região do Médio Tejo concentra uma considerável área da floresta nacional. Desta forma, nesta fileira destaca-se a produção de cortiça (a cultura do sobreiro é predominante) e a produção de madeiras para serração e de resinas.

Paralela à produção florestal surge a exploração e comercialização de outros produtos como as lenhas e as pinhas e a possibilidade de uso múltiplo dos terrenos através de actividades como a silvopastorícia, a caça, a apicultura e diversas actividades de lazer.

INDÚSTRIA METALOMECÂNICA

O sector da metalomecânica é caracterizado como um dos sectores-chave do ponto de vista estratégico para a região do Ribatejo. Trata-se de um sector dinamizado na sua grande maioria por microempresas que facilmente se adaptam às necessidades dos clientes.

Representando algum peso no contexto regional, as actividades desenvolvidas nesta área fornecem um vasto conjunto de componentes a outros sectores, promovendo, de forma integrada, o crescimento contínuo do Ribatejo.

INDÚSTRIA CONSTRUÇÃO CIVIL

Outro sector importante e que deverá ser considerado será o sector da construção civil. Apesar da crise ter tornado visível a fragilidade de muitas empresas, ainda são muitas as que estão ligadas ao sector e que constituem o tecido empresarial da região. Convém referir que o sector da construção civil se divide em três grandes subsectores: a promoção imobiliária, as actividades especializadas de construção e a engenharia civil.

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS

A exploração dos recursos geológicos, particularmente das rochas ornamentais e depósitos minerais é uma das actividades que apresenta alguma relevância no contexto regional. Impulsionado pelo boom que o sector da construção civil conheceu nas últimas décadas, a extracção e tratamento de minerais não metálicos representa um sector com potencial de crescimento.

SECTOR DOS SERVIÇOS

No sector dos serviços, as actividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços na área do turismo destacam-se das demais, sendo as principais actividades geradoras de emprego do sector.

Terra de castelos, mosteiros e igrejas que falam da história, de cidades e vilas que foram paços reais, onde merecem destaque a riqueza etnográfica, o folclore e a gastronomia, o Ribatejo tem enormes potencialidades turísticas, que ainda estão, nalguns casos, por explorar.

A estratégia turística definida pela estrutura regional de turismo, que representa 14 concelhos numa faixa territorial que se estende de Azambuja a Abrantes, assenta na rota do vinho e nos certames mais emblemáticos, como a Feira Nacional da Agricultura e o Festival Nacional de Gastronomia, de Santarém, e a Feira Nacional do Cavalo, da Golegã.

2.7. O Sector Agro-industrial no Ribatejo

Na sua concepção mais moderna e alargada, hoje em dia, o sector agro-alimentar estende-se a toda a cadeia alimentar. A fileira agro-industrial, centrada nos produtos que derivam das culturas agrícolas da região do Ribatejo concentrará o seu estudo nos produtos Cárneos, Frutos e Hortícolas, Gorduras Animais e Vegetais e Bebidas sem álcool.

A caracterização do sector Agro-industrial do Ribatejo terá como base a análise de cada Classificação da Actividade Económica (CAE) no que diz respeito ao grupo em que está inserido ao nível da Tabela de CAE na Secção C, Divisões 10 – Indústrias Alimentares e 11 – Industria de Bebidas.

Assim sendo, far-se-á a análise global do sector tendo em consideração os seguintes grupos:

101 – Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne

103 – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas

104 – Produção de óleos e gorduras animais e vegetais

105 – Indústria de lacticínios

106 – Transformação de cereais e Leguminosas; Fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins

107 – Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha.

108 – Fabricação de outros produtos alimentares

109 – Fabricação de alimentos para animais

110 – Indústria das bebidas

Com uma vasta superfície agrícola utilizada (SAU), de 258 mil ha., cerca de 7% da do território nacional, e com uma área florestal de 160 mil ha., perto de 17% da nacional, o distrito de Santarém possui inegáveis condições naturais para o desenvolvimento das actividades agrícolas, florestais e pecuárias.

Tendo em consideração o tipo de culturas praticadas na superfície agrícola utilizada, verifica-se a existência de diferentes possibilidades de exploração do solo. Assim, enquanto que as chamadas culturas temporárias representavam só 35% da superfície agrícola utilizada no Médio Tejo, na Lezíria, aproveitando as características dos seus solos, ocupavam cerca de 70% da mesma superfície. Em contrapartida, as denominadas culturas permanentes, representavam 65% da área agrícola utilizada do Médio Tejo, valor muito superior ao que se verificava na Lezíria. Esta concepção diferenciada das práticas agrícolas existentes nas duas sub-regiões, marca, decididamente, duas estruturas socioculturais distintas no território distrital.

Um outro factor diferenciador do sector agro-industrial do Ribatejo, reside no tamanho das explorações. Se a nível nacional a média é de 1 ha ou menos, na região do Ribatejo as explorações têm valores médios de 3.5 ha. (INE – Estatísticas agrícolas 2009 – dados relativos a Ribatejo e Oeste).

De um modo geral, e tendo em conta as potencialidades dos tipos de aproveitamento agrícola, pode-se considerar que na região existem condições bastante favoráveis para a vinha, cereais praganosos de sequeiro, culturas oleaginosas e proteaginosas, para o milho e para o arroz, e ainda para a oliveira, a fruticultura e a horticultura. Importa referir ainda que em todo o ordenamento cultural da Região do Ribatejo, a produção de forragens, quer nos regadios, quer nos sistemas de sequeiro, desempenha um insubstituível papel na rotação do ciclo produtivo.

Quanto aos produtos extraídos, e em termos nacionais, são produzidos em terrenos ribatejanos cerca de 50% dos horto-industriais, 41% dos hortofrutícolas, 22% do vinho, 16% dos hortícolas, 15% dos cereais, 27% da cortiça e 10% da madeira e resina. (INE – Estatísticas Agrícolas 2009 – Dados relativos a Ribatejo e Oeste).

Na produção pecuária, o distrito de Santarém destaca-se, em termos qualitativos, pela excelência dos seus efectivos bovino (15% do efectivo nacional) e equíno, que lhe outorgam a primazia entre as regiões portuguesas da festa taurina com valor simultaneamente lúdico e económico.

No que diz respeito aos recursos humanos do sector, apenas 6% dos produtores obtêm o rendimento exclusivamente da actividade da sua exploração agrícola (menos 2 pp. do que em 1999), enquanto que 84% declara que o seu rendimento é formado maioritariamente por outras origens (mais 14 pp. do que em 1999). De referir ainda que 64% dos produtores agrícolas declaram receber pensões e reformas. (INE – Estatísticas agrícolas 2009 – dados relativos a Ribatejo e Oeste).

Da conjugação de todos estes elementos, é evidente o considerável peso que o sector agrícola possui nesta região do Ribatejo, nomeadamente a sua vertente agro-industrial que, inegavelmente, poderá vir a desempenhar a função

de "motor" do processo de desenvolvimento da região. Isto, claro está, se para além do aproveitamento das suas reconhecidas potencialidades endógenas, forem de vez assumidos e resolvidos colectivamente, um conjunto de problemas estruturais que, na prática, se têm traduzido numa manifesta incapacidade em algumas das produções agrícolas, pecuárias ou silvícolas se desenvolverem correctamente e atingirem produtividades competitivas, como se pode verificar no esquema que a seguir se apresenta.

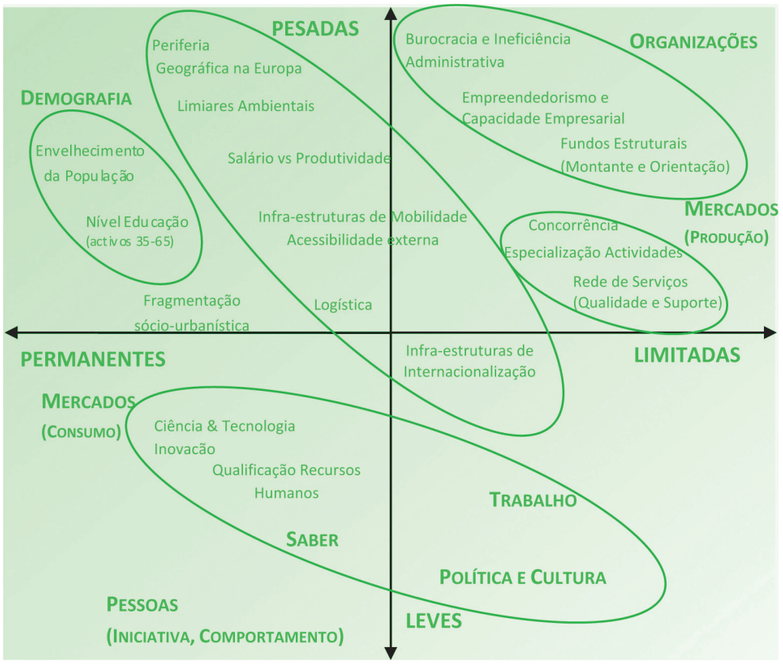


Figura 18 – Principais restrições e condicionamento do desenvolvimento económico e social do Ribatejo

Inquestionavelmente o Ribatejo é uma região agrícola por excelência. No entanto, para uma maior valorização do seu contributo na agricultura portuguesa, **torna-se necessário** e urgente **a criação no sector agrícola regional de condições específicas que conduzam à diversificação da produção, ao aumento do produto e da produtividade e à modernização das tecnologias e métodos organizativos do processo produtivo.** Estas modificações devem basear-se em **uma estratégia de desenvolvimento sustentado, tendo em atenção a interligação e a complementaridade da actividade produtiva do sector agrícola com a indústria e o turismo da Região.**

2.7.1. Inovação e Internacionalização

Internacionalizar é um desígnio nacional e não deixa ninguém de fora, nem mesmo os sectores tradicionais da economia, como a agricultura e o agro-alimentar. O objectivo é ultrapassar vários constrangimentos, gerados por limitações passadas e presentes do próprio mercado doméstico e pela actual conjuntura económica e financeira, ganhando lastro e crescendo pelo reforço da presença - via exportação ou investimento directo - noutras geografias.

Como um importante instrumento, a inovação na internacionalização permitirá ao sector exportador do agro-alimentar desenvolver capacidades e aumentar a competência individual de cada empresa a fim de fazer crescer as vendas e consequentemente permitir o sucesso nacional e uma presença internacional.

A determinação do perfil de especialização internacional de uma região apresenta enorme relevância no sentido de permitir abordar os sectores determinantes no estabelecimento de relações comerciais da região com o exterior.

Em Portugal, no que diz respeito à inovação, é impressionante o desenvolvimento que ocorreu neste período, em sectores de referência como a vinha e o vinho, o olival e o azeite, ou a hortifruticultura.

A inovação tecnológica está presente nos equipamentos nas adegas e lagares, na colheita mecânica e nas vinhas e olivais, bem como no aparecimento de novos produtos e serviços como a quarta gama de fruta e vegetais e os produtos geneticamente modificados. Mas não são as únicas. No mesmo período ocorreram inovações a todos os níveis, incluindo nos processos (olivais super-intensivos, sistemas de rastreabilidade, sistemas de gestão da qualidade e segurança alimentar) e ao nível organizacional (consolidação de empresas, instalação de multinacionais em Portugal). No conjunto, o impacto de todo este processo de mudança foi enorme, com impactos a nível da produção, da transformação e, naturalmente, dos consumidores.

No sector oleícola houve um investimento enorme na área da produção, particularmente em olivais intensivos e super-intensivos, e o aparecimento de novos lagares com grande ambição e/ou dimensão. No sector vitivinícola houve um crescimento enorme da área de produção, com o aparecimento de novos viticultores, e foram criadas centenas de novas adegas, em todo o país. Naturalmente, e como é do conhecimento generalizado, são as novas empresas (ou os novos negócios em empresas já existentes) que constituem o principal estímulo à inovação.

Mas a inovação não acontece por si só. A maior mudança que ocorreu neste período foi a das pessoas, das mentalidades e das atitudes. No sector agrícola e agro-industrial, nomeadamente em Portugal, esta mudança foi possivelmente mais lenta, particularmente nos sectores mais tradicionais e dependentes de apoios públicos, embora se tenham verificado igualmente alterações notáveis.

2.7.2. Instrumentos Financeiros de Apoio

A operar cada vez mais à escala global, as empresas necessitam de instrumentos de apoio que lhes permitam crescer e desenvolver-se face aos constrangimentos naturais que vão surgindo fruto da concorrência agressiva que os mercados oferecem.

Conscientes das dificuldades apresentadas, as economias nacionais dotadas de importantes instrumentos permitem oferecer aos seus agentes económicos as necessárias ajudas. E porque muitas vezes as assimetrias começam ao próprio nível regional, também a este nível existem meios disponibilizados ao serviço do crescimento homogéneo.

Porque não podemos falar de crescimento económico sem esquecermos os contextos em que as transacções

ocorrem, a União Europeia e o espaço económico por ela oferecido constituem um importante ponto de partida para esta análise e que, por esse motivo, não poderá ser negligenciado.

No espaço europeu, a persistência de desigualdades ente as economias dos países que a constituem levou a União Europeia à criação de uma política regional comunitária, com vista a reduzir as diferenças entre regiões, de modo a criar uma comunidade assente na coesão.

Para conseguir tornar a comunidade num espaço sólido e coeso, a política regional trabalha em duas áreas fundamentais: no acompanhamento e apoio de políticas regionais ao nível de cada estado membro e na integração da dimensão regional nas políticas comuns nos vários sectores.

No Quadro Comunitário em vigor, as verbas dos fundos estruturais organizam-se segundo três objectivos fundamentais: convergência, competitividade regional e emprego e cooperação territorial.

Nos últimos anos, Portugal tem sido um dos beneficiários do Fundo de Coesão, sendo as suas regiões abrangidas pelo Objectivo 1 (com excepção da região de Lisboa e, desde 2007, a Madeira e o Algarve). Estes fundos têm permitido um crescimento da riqueza, em termos de convergência económica e social.

Actualmente em vigor, o Quadro de Referência Estratégico Nacional é um pacote financeiro que até 2013 transferirá para Portugal cerca de 21,5 mil milhões de euros. Assim para o período de 2007-2013, fundos estruturais e de coesão ficarão ao serviço de várias regiões portuguesas, sendo que, ao nível dos fundos estruturais, apenas algumas regiões serão consideradas elegíveis.

Em 2007, Portugal ocupava o penúltimo lugar no ranking da criação de riqueza per capita na Península Ibérica na comparação com regiões de Espanha. No entanto, e apesar dos esforços realizados, as assimetrias regionais dentro do próprio território português são notórias: as regiões mais competitivas estão integradas na região de Lisboa ou por ela polarizadas e a inexistência de competitividade ligadas a um conjunto de regiões que "fica para trás" de forma mais ou menos expressiva.

No âmbito territorial, o Ribatejo está integrado na NUTS II – Centro e na NUTS II - Alentejo, sendo por isso abrangido, no âmbito do QCAIII, pelos Planos Operacionais da Região Centro e Alentejo.

Para contrariar os efeitos da crise financeira internacional, cuja profundidade e extensão se agravaram seriamente a partir do último trimestre de 2008, o Governo aprovou o programa orçamental designado por Iniciativa para o Investimento e o Emprego (IIE), que representa o contributo nacional neste esforço anti-cíclico coordenado de âmbito europeu.

FINANCIAMENTO PÚBLICO

APOIO INDIRECTO

Para apoiar a criação de novas empresas, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) criou o programa FINICIA, que fornece acesso ao financiamento e ajuda na obtenção de capital de risco ou de crédito com garantia.

As Linhas de Crédito PME Investe têm como objectivo facilitar o acesso das PME ao crédito bancário, nomeadamente através da bonificação de taxas de juro e da redução do risco das operações bancárias através do recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia Mútua que suportam até 50% do capital em dívida.

O Turismo de Portugal, I.P., no âmbito dos protocolos PME Investe, criou linhas de crédito específicas para o sector do turismo, destinadas à realização de investimento e ao reforço dos capitais permanentes das empresas.

Participa, igualmente, nas Sociedades de Garantia Mútua, com vista a facilitar a prestação de garantias em condições mais favoráveis às empresas do turismo.

O Departamento de Informação do Turismo de Portugal, através do Gabinete de Apoio ao Empresário em Turismo, presta todo o apoio e esclarecimentos necessários às empresas que pretendam investir no sector do turismo.

O Programa PME Segura visa reforçar os mecanismos de seguro de créditos através do apoio ao nível das garantias, disponibilizadas pelo sistema nacional de Garantia Mútua ou directamente pelo Estado, permitindo às empresas aceder em condições mais favoráveis aos instrumentos de seguro de crédito disponibilizados pelas empresas seguradoras nacionais.

APOIO DIRECTO

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) tem um programa de apoio a iniciativas locais de emprego. Os novos empresários podem obter dois anos de financiamento garantido para operações empresariais.

O IEFP também fornece financiamento para a contratação de pessoal com programas de formação profissional, tais como o programa de estímulo à oferta de emprego.

O Turismo de Portugal, I.P., através de verbas próprias, disponibiliza duas linhas de apoio distintas destinadas às empresas do turismo: a Linha de Crédito ao Investimento no Turismo (Protocolos Bancários) para investimentos de criação, requalificação e modernização, e a Linha II - Apoio a Eventos para Projecção do Destino Portugal, integrada no Programa de Intervenção do Turismo (PIT).

O Departamento de Informação do Turismo de Portugal, através do Gabinete de Apoio ao Empresário em Turismo, presta todo o apoio e esclarecimentos necessários às empresas que pretendam investir no sector do turismo.

O Portal da Empresa fornece informações sobre operações de fusão que podem ter direito a benefícios fiscais.

Para a internacionalização, foram desenvolvidos vários instrumentos financeiros: a AICEP Portugal Global oferece benefícios fiscais ; e o Fundo para a internacionalização das empresas portuguesas foi criado pelo governo português e várias instituições financeiras que pretendem participar em projectos de internacionalização.

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foi introduzido um programa chamado Qualificação PME - sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME, para apoiar diversos projectos de investimento, incluindo a internacionalização.

A criação de empresas de base tecnológica é apoiada pela Iniciativa NEOTEC da Agência de Inovação.

O Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA) foi criado em 2008 para apoiar as pequenas e médias empresas, com o objectivo de reforçar o financiamento de projectos orientados para a inovação.

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o Sistema de Incentivos à Inovação foi criado para apoiar os investimentos de inovação centrados na produção de novos bens, serviços e processos.

Como o espaço económico europeu é cada vez mais um só mercado, o número de empresas com as quais se tem de competir é cada vez maior e a diferenciação é mais difícil. Por isso, para o fortalecimento da posição competitiva da sua empresa, o Sistema de Incentivos Fiscais à I&D (SIFIDE) apoia o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D).

A investigação industrial e/ou o desenvolvimento pré-concorrencial também são apoiados por um sistema de incentivos à modernização empresarial, que visa reforçar a produtividade e a competitividade.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) gere o programa de bolsas que financia projectos de investigação.

As empresas que enfrentam dificuldades financeiras podem obter ajuda do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), através do seu Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização Empresarial (SIRME), que tenta integrar essas empresas em estruturas de maior dimensão.

As empresas em processo de requerer a insolvência podem usar o procedimento extrajudicial de conciliação (PEC) do IAPMEI para negociar com os credores. É necessário apresentar uma minuta de requerimento, assim como um Plano de Negócios para cinco anos.

ACESSO A FINANCIAMENTO DA UE

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), os sistemas de incentivos ao investimento empresarial da Agenda da Competitividade foram flexibilizadas pela introdução de medidas destinadas a dar resposta à actual crise económica e financeira. Tais medidas visam a impulsionar o relançamento da economia europeia e adaptar as condições e regras do QREN de apoio ao investimento às exportações e à criação de emprego.

Este diploma permite aumentar as taxas de incentivos, respeitando os limites comunitários aplicáveis, e estabelecer condições mais favoráveis no adiantamento dos projectos aprovados.

O Sistema de Incentivos ao Investimento das Empresas do QREN é um dos instrumentos fundamentais das políticas públicas de dinamização económica, designadamente em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional.

A gestão dos Sistemas de Incentivos envolve a articulação entre entidades nacionais e regionais, repartida da seguinte forma: Gestão Nacional (projectos promovidos por médias e grandes empresas) e Gestões Regionais – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve (projectos promovidos por micro e pequenas empresas).

Os Regulamentos Específicos de cada um dos Sistemas de Incentivos subordinam-se ao conjunto de normas estabelecidas no Enquadramento Nacional de Sistemas de Incentivos ao Investimento nas Empresas.

Tendo presente os diferenciados estádios de desenvolvimento e grau de inserção no mercado global, foram criados três Sistemas de Incentivos.

O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas visa a intensificar o esforço nacional de I&DT e criar novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Cientifico e Tecnológico (SCT).

O Sistema de Incentivos à Inovação visa à inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento.

O Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME visa à promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa no mercado global.

Os apoios previstos nos Sistemas de Incentivos serão potenciados através de instrumentos complementares, como as Estratégias de Eficiência Colectiva de base territorial ou sectorial ou as Acções Colectivas.

FINANCIAMENTO PRIVADO

Uma Sociedade de Capital de Risco (SCR) é uma forma de financiamento da actividade empresarial, através de capitais próprios, com um horizonte de médio e longo prazo, mediante a entrada de um sócio, normalmente minoritário, mas empenhado no sucesso da empresa que, por isso, acompanhará de forma activa, vocacionada para o apoio a empresas sem acesso ao mercado de capitais, com relevo para as PME.

Uma operação de capital de risco consiste na tomada de uma participação minoritária no capital social de uma empresa, assegurando suporte financeiro ao seu desenvolvimento. O objectivo é a valorização da empresa, para que a sua participação possa, a médio/longo prazo, ser alienada por um preço compensador.

Os Fundos de Investimento Imobiliários Turísticos caracterizam-se pela realização de operações de aquisição e de arrendamento de imóveis afectos à actividade turística, permitindo a separação entre a propriedade e dos activos imobiliários e a gestão hoteleira.

Este tipo de operações disponibiliza às empresas a liquidez necessária ao desenvolvimento de novos projectos, reduzindo o seu esforço financeiro para níveis adequados à sua dimensão, permitindo que direccionem as suas competências para a gestão do negócio.

As organizações de apoio às empresas dispensam aconselhamento sobre a maneira de obter financiamentos.

Para além dos programas e incentivos apresentados anteriormente, o PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, assenta a sua actuação em quatro pilares fundamentais:

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Os principais objectivos desta medida são:

- Incentivar o desenvolvimento de sinergias e dimensão nos investimentos e o potencial induzido pela inovação e orientação para o mercado;
- Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras;
- Contribuir para a valorização das empresas de produção agrícola de transformação e de comercialização de produtos agrícolas;

- Promover a renovação do tecido empresarial agrícola;
- Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho.

Para alcançar estes objectivos estabeleceram-se um conjunto de mecanismos por forma a disponibilizar incentivos diferenciados e ajustados aos vários tipos de agricultores, agentes, empresas e indústrias, bem como à sua inserção em fileiras estratégicas ou não estratégicas, não se aplicando ao sector das florestas que tem uma medida própria.

A medida Inovação e Desenvolvimento Empresarial é operacionalizada através das seguintes acções:

- Modernização e Capacitação das Empresas;
- Investimentos de Pequena Dimensão;
- Instalação de Jovens Agricultores.

SUSTENTABILIDADE DO ESPAÇO RURAL

Destina-se a compensar os agricultores da perda de rendimento e dos custos adicionais resultantes das desvantagens para a produção agrícola nas zonas de montanha e nas zonas com desvantagens naturais.

Tem como principais objectivos:

- Contribuir para a utilização continuada das terras agrícolas;
- Manutenção da paisagem rural;
- Conservação e a promoção de sistemas de exploração agrícola sustentáveis.

A medida Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas é operacionalizada através das seguintes acções:

- Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura;
- Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura.

DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS

Promover a diversificação da economia para actividades não agrícolas e aumentar o emprego nas zonas rurais, de acordo com uma estratégia definida para territórios locais alvo de abordagem LEADER.

Para atingir este objectivo estabeleceu-se uma intervenção específica nestas zonas, que contribua para a diversificação e desenvolvimento de actividades económicas criadoras de riqueza e de emprego permitindo fixar população e aproveitar recursos endógenos transformando-os em factores de competitividade.

Esta intervenção terá em atenção a existência de outros instrumentos de política com incidência no mesmo território e far-se-á de acordo com uma estratégia de desenvolvimento local (EDL), elaborada pelos agentes locais organizados em parceria (GAL).

A medida Diversificação da Economia e Criação de Emprego será concretizada através de três acções:

- Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola;
- Criação e Desenvolvimento de Microempresas;
- Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer;
- Conhecimento e competências.

Implementar um instrumento que promova e reforce a capacidade de resposta do sector às mudanças tecnológicas e científicas desenvolvidas ou a desenvolver, promovendo a sua inovação de forma dinâmica e eficaz, privilegiando o recurso a parcerias que incluam os produtores, as empresas a jusante, as entidades de I&D, os centros tecnológicos e outros com actividades relacionadas, numa óptica de produto, de sector ou de território.

Os seus objectivos são:

- Promover o desenvolvimento da inovação através de práticas de cooperação entre os diversos agentes das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as actividades produtivas, adequando-se às necessidades do sector, à melhoria do desempenho das empresas e à incorporação dos resultados nos produtos a oferecer ao consumidor;
- Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, potencializando e optimizando os apoios em áreas complementares como a modernização produtiva, a qualificação ou os serviços prestados.

Esta medida destina-se:

- PME ou empresas que tenham menos de 750 empregados ou um volume de negócios inferior a 200 milhões de euros, que se dediquem à produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas incluídos no anexo I do Tratado ou de produtos florestais;
- Pessoas colectivas públicas ou privadas com atribuições ou actividades nas áreas de investigação e desenvolvimento;
- Pessoas singulares que exerçam actividade agrícola, actividade silvícola ou que se dediquem à transformação ou comercialização de produtos agrícolas incluídos no anexo I do Tratado ou produtos florestais;
- Associações e cooperativas dos sectores agrícola, florestal e agro -alimentar;
- Centros operativos e tecnológicos agrícolas ou florestais.

2.7.3. Análise SWOT

O diagnóstico do sector agro-alimentar do Ribatejo, associado ao conhecimento da realidade da região e a participação em estudos e projectos diversificados de carácter local e regional, permitem, de uma forma genérica, identificar um conjunto de debilidades e potencialidades para o sector agro-alimentar em termos das suas capacidades tecnológica e de inovação.

No sector agro-alimentar, a inovação depende em grande medida da capacidade de fazer face a um conjunto de alterações que, nos nossos dias, genericamente, caracterizam os mercados destes produtos. Em primeiro lugar, os relacionados com o facto dos mercados alimentares estarem saturados e da alteração do comportamento dos consumidores: preferências, estilos de vida, ocasiões e padrões de consumo, decréscimo da proporção das despesas com a alimentação, aumento da proporção de alimento consumido fora de casa, aumento do poder de compra e maior preocupação com a qualidade, a segurança e as implicações dos alimentos para a saúde. Por outro lado, as modificações estruturais ao nível do retalho: elevado nível de concentração, poder negocial, financeiro e concorrencial conduziram a uma clara transferência de poder da agro-indústria para a distribuição e na adaptação dos consumidores a novos sortidos, preços e serviços. De referir ainda o processo de globalização e a diminuição dos níveis de suporte para muitos produtos agro-alimentares no âmbito da Organização Mundial de Comércio e ainda as diferentes actividades associadas a projectos geradoras de sinergias entre os sectores agro-alimentar e outros como o turismo convencional, turismo rural e gastronómico e o ambiente: manutenção da paisagem e sustentabilidade dos espaços e sistemas rurais.

Neste contexto, a inovação depende da flexibilidade das empresas para operarem em mercados em constante mutação, da sua capacidade para responder às novas necessidades e exigências dos distribuidores e dos consumidores e também da percepção de qualidade e segurança alimentar destes últimos. Tendo como base o diagnóstico efectuado, foi realizada uma análise SWOT do sector agro-industrial na região do Ribatejo, que permitirá obter algumas orientações ao nível das suas potencialidades, constrangimentos, vulnerabilidades e problemas.

FIGURA 19 – ANÁLISE SWOT – RIBATEJO – PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS

Pontos Fortes	Pontos fracos
Elevada variedade de produtos oferecida	Fraca capacidade de negociação das pequenas e médias empresas face à distribuição
Produtos com características próprias e únicas das regiões onde são produzidos	Tecnologia de produção desactualizada
Existem na região Instituições de Ensino Superior especializadas na Indústria agro-alimentar	Fraca capacidade empresarial
O sector tem um grande peso na economia regional	Tecido produtivo muito atomizado e sem grupos económicos nacionais de relevo
Observa-se que o consumidor procura a qualidade e diferenciação	Condicionantes muito fortes a montante prejudicam o abastecimento de certos segmentos
Emergem produtos Gourmet, outrora produtos regionais, que promovem o Turismo Regional	Desconhecimento dos mercados de destino
	Reduzida dimensão de produção que inviabiliza o abastecimento regular com determinados mercados de destino.
	Baixo grau de associativismo
	Reduzida qualificação dos recursos humanos uma reduzida sensibilização para questões como a inovação.
	Existem lacunas ao nível da Promoção e Marketing
	Observa-se uma concorrência agressiva de actores externos
	Verifica-se uma limitada propensão para o estabelecimento e parcerias entre os actores

FIGURA 20 – ANÁLISE SWOT – RIBATEJO – OPORTUNIDADES, AMEAÇAS

Opurtunidades	Ameaças
Criação de um adequado posicionamento em certos segmentos produtivos com mercados bem específicos e delineados (ex: promoção de produtos com características únicas)	Falsificação de produtos exportados
Apesar da complexidade do sector agro-industrial existe a oportunidade de exploração das tendências internacionais, através de um dinamismo de novos mercados e desenvolvimento de novos produtos, bem como de melhores redes de distribuição	Elevado grau de proteccionismo em alguns países de destino fora da UE, caso do Brasil, muitas vezes encobertos por medidas sanitárias
Melhoria das práticas de gestão	O alargamento da UE a novos países, acordos no seu âmbito e no da OMC e a concorrência internacional daí resultante constituem uma forte ameaça se não se souber contornar as dificuldades.

As dificuldades administrativas e burocráticas que as deficiências da administração pública colocam às actividades transformadoras, em particular as relativas aos processos de licenciamento, constituem um custo de transacção elevado nesta área.

As maiores dificuldades detectam-se na área comercial. A maior parte das empresas agrícolas e agro-industriais organiza e promove a área comercial. Geralmente, as empresas não elaboram planos de comercialização dos produtos que produzem e não definem estratégias de marketing, recorrendo ainda pouco às tecnologias de comunicação e de informação.

Globalmente, o sector da indústria agro-alimentar apresenta uma fraca dinâmica inovadora ao nível da formação e desenvolvimento dos recursos humanos e o fraco envolvimento em projectos de investigação e desenvolvimento.

2.7.4. Estratégia definida para o Sector

Como já referido anteriormente, o sector agro-industrial tem um importante peso na economia regional do Ribatejo mostrando-se mesmo um sector dinâmico à escala nacional. Reconhecer a sua importância permitirá adequar as estratégias de crescimento às suas necessidades efectivas.

Neste contexto, por iniciativa dos empresários da região, conhecedores dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças do sector no Ribatejo, surge o Cluster Agro-Industrial do Ribatejo, disponibilizando ferramentas tecnológicas, organizando acções de divulgação e estabelecendo mecanismos de prospecção em rede para recolha de informação estratégica a nível nacional e internacional.

Porque a produção de bens de consumo agro-industriais de elevada qualidade permitiu o reconhecimento do sector agro-industrial a nível nacional e internacional, a aposta na aplicação de novas tecnologias, a criação de novas empresas relacionadas e de novas abordagens ao mercado foram considerados pontos fundamentais para a estratégia de crescimento do sector.

Nesse sentido, foram definidos para o sector agro-industrial alguns objectivos capazes de o conduzir ao sucesso esperado:

- Fomentar o **reconhecimento das marcas regionais a nível nacional e internacional**;
- Produzir **bens inovadores e de qualidade** ímpar não descurando as necessidades impostas pelo mercado;
- Certificar que a produção se baseie em **matérias-primas e metodologias sustentáveis**;
- Asseverar a **cooperação entre os vários actores do Cluster** de forma a criar sinergias, principalmente a nível tecnológico;
- Promover a **utilização de recursos nacionais** dentro da estratégia delineada; partilhar recursos de forma a criar infra-estruturas em benefício comum;
- Apostar na **I&D** como forma de garantir a modernização tanto de produtos, técnicas ou equipamentos;
- Alavancar outros **sectores estratégicos associados ao sector agro-industrial**.

Uma vez determinados os objectivos, a estratégia definida para o sector agro-industrial assenta em sete pilares fundamentais:

- **Aumentar a produção** e rentabilidade das empresas;
- **Melhorar a sustentabilidade e posição competitiva** das empresas do sector pela captação de capital humano qualificado;
- **Criar novas empresas**, com particular enfoque nas empresas de base tecnológica;
- **Aumentar as exportações de produtos agro-industriais**, fruto dos avanços tecnológicos a introduzir, dos novos produtos, e da estratégia de criação de marcas;
- **Melhorar a imagem internacional e nacional dos produtos do sector/região**;
- **Cooperar com outros sectores**, evoluindo para uma oferta de soluções para a área de criação animal, novos produtos e integração crescente com novos equipamentos, permitindo aproveitar as oportunidades geradas pelo forte desenvolvimento tecnológico que se começa a assistir nestas áreas;
- **Diversificar mercados**, com enfoque para o desenvolvimento de soluções inovadoras em áreas emergentes de elevado crescimento.

Parte II
Análise Comparativa

Ao longo da caracterização e desenvolvimento deste estudo foram analisados sob vários aspectos os pontos comuns e os divergentes entre as regiões do Ribatejo e da Andaluzia.

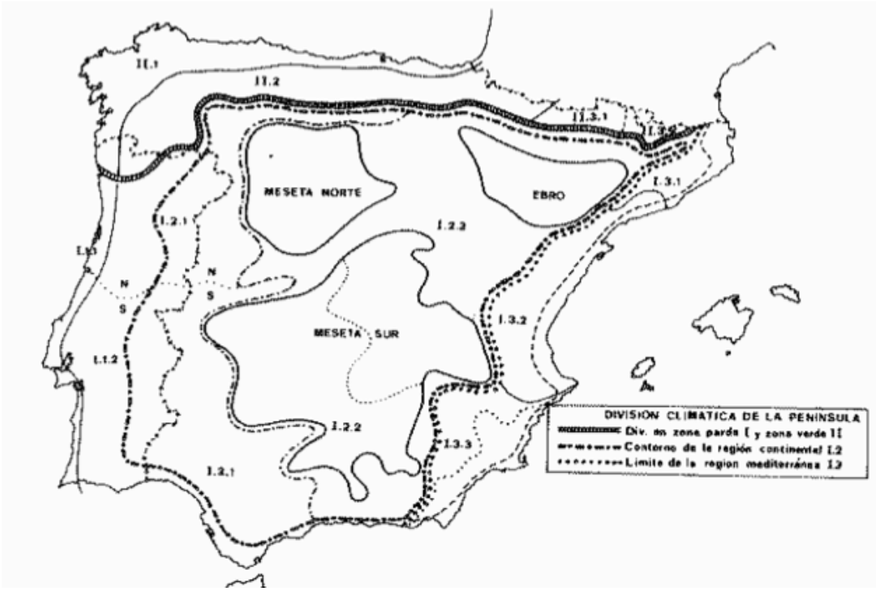
PRECIPITAÇÃO, INSOLAÇÃO, TEMPERATURAS MÉDIAS, MÍNIMAS E MÁXIMAS E QUALIDADE DOS SOLOS

Para compreender as diferenças entre as 2 regiões, será igualmente importante comparar as condições climáticas e os solos que as constituem.

Para a delimitação dos distintos tipos de clima da Península Ibérica utiliza-se a classificação climática de Köppen. Esta classificação, apesar de ter sido definida há cerca de 100 anos, continua a ser uma das classificações mais utilizadas em estudos climatológicos de todo o mundo.

A classificação de Köppen define distintos tipos de clima a partir dos valores médios mensais da precipitação e da temperatura. Para a delimitação dos distintos climas estabelecem-se intervalos de temperatura e precipitação baseados principalmente na sua influência sobre a distribuição da vegetação e da actividade humana (Essenwanger, 2001).

O tipo climático da região do Ribatejo é claramente continental mas com influência atlântica devido à fácil penetração de ar marítimo a Ocidente enquanto a Oriente a crista quartezítica do Ródão e a Serra de São Mamede protegem a região das características extremadas vindas do interior da península Ibérica. No Inverno é frequente os fundos aluviais apresentarem mínimos mais reduzidos que os planaltos, aumentando as probabilidades de ocorrência de nevoeiro e geada.



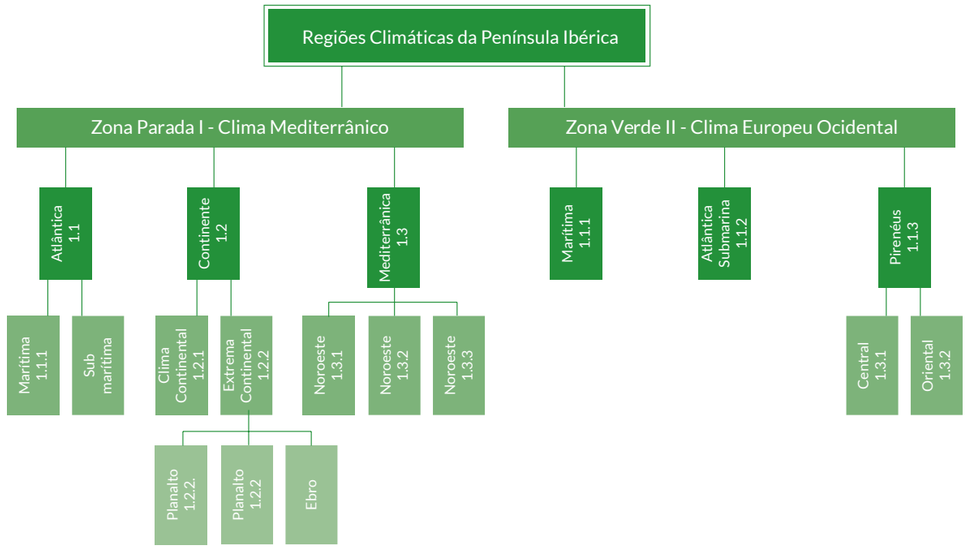


Figura 21 - Regiões Climáticas da Península Ibérica

Tendo por base a divisão das regiões climáticas da Península Ibérica, a **Região do Ribatejo** inclui-se no clima mediterrâneo de feição atlântica sub-marítima.

A heterogeneidade da sub-região em função dos acidentes de relevo e do acentuar dos efeitos da continentalidade de Oeste para Este. O gradiente térmico é vincado pelas diferenças de latitude e altitude sendo que, no Verão, os vales mais protegidos são particularmente quentes e secos e as terras mais altas apresentam temperaturas mais suaves. No Inverno, a continentalidade faz-se sentir paulatinamente para o interior, alternando o estado de tempo entre os dias com nebulosidade, elevada precipitação e temperaturas moderadas e os dias de céu limpo, secos e relativamente frios.

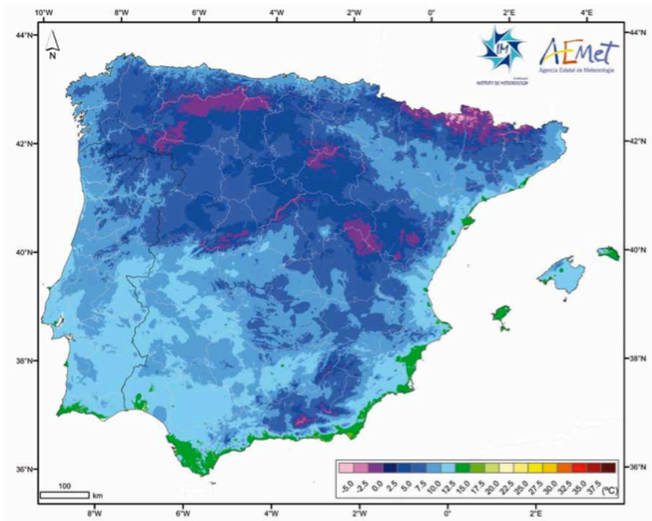


Figura 22 - Média da temperatura mínima do ar na Península Ibérica e Ilhas Baleares (1971-2000)

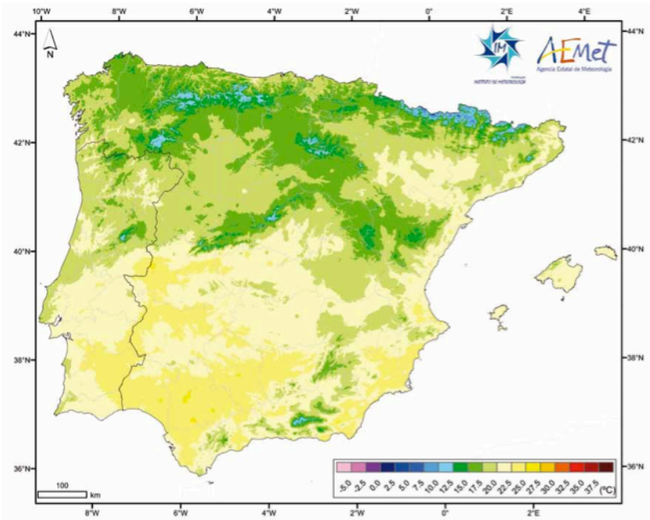


Figura 23 - Média da temperatura máxima do ar na Península Ibérica e Ilhas Baleares (1971-2000)

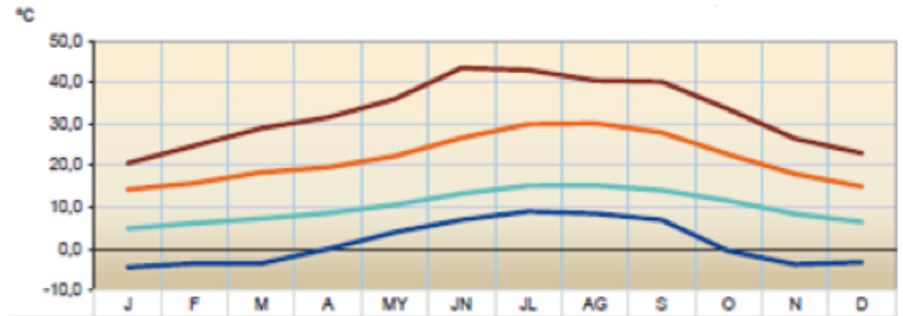
A precipitação média anual na Península Ibérica apresenta uma distribuição geográfica muito variada.

Os valores mais elevados ocorrem acima dos 2 200 mm e observam-se nas áreas montanhosas do noroeste de Portugal Continental (Serra do Gerês), no noroeste de Navarra e em algumas áreas do sudoeste da Galiza próximas das "Rias Baixas", em Espanha. Os valores mais baixos registam-se no sueste de Espanha, nas províncias de Almeria e Múrcia, no sul de Alicante, com precipitações médias anuais inferiores a 300 mm. Nas zonas próximas do cabo de Gata (Espanha) as precipitações são ainda mais baixas, inferiores a 200 mm.

As precipitações médias mensais variam ao longo dos anos, com uma notável sazonalidade que é mais forte na metade sul peninsular e menor no nordeste de Espanha e com uma clara diminuição das precipitações no Verão. O mês mais chuvoso na Península é Dezembro. Os valores mais altos de precipitação média nesse mês ocorrem no noroeste de Portugal e em Espanha no sudoeste da Galiza, com mais de 300 mm, enquanto que os mais baixos, com valores entre 10 mm e 20 mm ocorrem no sueste de Espanha (províncias de Almeria, Múrcia e Alicante) e em algumas zonas de Teruel.

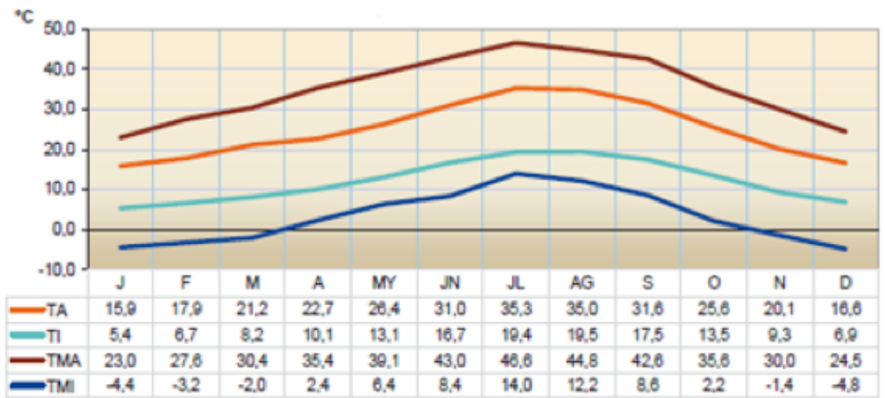
O mês mais seco em toda a Península é Julho, e neste mês os valores mais elevados de precipitação média, superiores a 150 mm, registam-se em Espanha, nas áreas de maior altitude do norte da Catalunha e norte de Navarra e em algumas áreas do País Basco; enquanto que os mais baixos, com valores médios mensais inferiores a 5 mm, se verificam no sul de Portugal (Baixo Alentejo e Algarve) e no sul de Espanha (Andaluzia, sul de Estremadura, Múrcia e sul de Valência). Em relação ao número de dias com precipitação superior a 1 mm, os valores mais elevados registam-se em áreas do norte de Espanha, em especial no norte de Navarra, nordeste do País Basco e áreas costeiras do noroeste da Galiza, onde supera os 150 dias por ano. Os valores mais baixos, com menos de 30 dias por ano, registam-se nas províncias de Múrcia e Almeria no sueste de Espanha.

Os valores médios mensais mais baixos da temperatura mínima do ar (< −2,5 °C), ocorrem nos meses de Dezembro a Fevereiro (período do Inverno) nas áreas de maior altitude e os valores mais altos (> 17 °C) ocorrem nos meses de Julho e Agosto, no litoral sul de Portugal (Algarve), em quase toda a faixa litoral de Espanha e nas regiões da Estremadura, Andaluzia, oeste de Castela-La Mancha, sul de Madrid e nas Ilhas Baleares que ocorrem mais dias com temperatura mínima inferior ou igual a 0 °C. Na Primavera e nas províncias referidas, ocorrem ainda bastantes dias de geada, enquanto que, no Outono já é menos frequente e no Verão é inexistente. O número de dias no ano com temperatura mínima superior ou igual a 20 °C apresenta máximos, superiores a 60 dias em Espanha, em particular em quase toda a faixa litoral, mas também em algumas províncias Espanholas da Andaluzia, da Estremadura, de Castela-La Mancha e de Aragão e também nas ilhas Baleares. Os menores valores (1 a 2 dias) ocorrem no litoral centro de Portugal e em algumas províncias Espanholas das regiões da Galiza, Astúrias e de Castela e Leão.



	J	F	M	A	MY	JN	JL	AG	S	O	N	D
TA	14,3	15,8	18,4	19,6	22,3	26,7	30,0	30,2	28,0	22,7	18,0	15,0
TI	4,9	6,2	7,3	8,6	10,6	13,3	15,2	15,3	14,1	11,6	8,4	6,5
TMA	20,6	24,8	29,0	31,6	36,0	43,5	43,0	40,5	40,2	33,6	26,5	23,0
TMI	-4,4	-3,5	-3,5	0,0	4,0	7,0	9,0	8,5	7,0	-0,5	-3,7	-3,2

Figura 24 – Temperatura Santarém – 1971-2000



	J	F	M	A	MY	JN	JL	AG	S	O	N	D
TA	15,9	17,9	21,2	22,7	26,4	31,0	35,3	35,0	31,6	25,6	20,1	16,6
TI	5,4	6,7	8,2	10,1	13,1	16,7	19,4	19,5	17,5	13,5	9,3	6,9
TMA	23,0	27,6	30,4	35,4	39,1	43,0	46,6	44,8	42,6	35,6	30,0	24,5
TMI	-4,4	-3,2	-2,0	2,4	6,4	8,4	14,0	12,2	8,6	2,2	-1,4	-4,8

J, F, M, A, MY, JN, JL, AG, S, O, N, D

Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro

TA - Temperatura Média da máxima

TI - Temperatura Média da mínima

TMA -- Temperatura máxima absoluta

TMI - Temperatura mínima absoluta

Figura25 – Temperatura Sevilha – 1971-2000

Pode definir-se o solo como a camada superficial da Terra, substrato essencial para a biosfera terrestre, que desempenha como principal função ser suporte e fonte de nutrientes para a vegetação e, como tal, base de toda a cadeia alimentar. Constituído por minerais, matéria orgânica, organismos vivos, ar e água, o solo contribui com um sistema complexo e interactivo na regularização do ciclo hidrológico, nomeadamente através da sua capacidade de transformação, filtro e tampão.

É no solo que se situam os aquíferos que abastecem a maioria das populações com água potável. Por tudo isto o

solo pode ser visto como "organismo vivo" onde a actividade biológica determina o seu potencial. A estrutura do solo depende do tratamento que recebe, e a produtividade das culturas agrícolas e longevidade da sua bioestrutura reflectem a sua adequação.

Situado no Centro de Portugal, o Ribatejo, com uma vasta superfície agrícola utilizada (SAU), de 258.000 ha., cerca de 7% da nacional e com uma área florestal de 160.000 ha., perto de 17% da nacional, possui inegáveis condições naturais para o desenvolvimento das actividades agrícolas, florestais e pecuárias.

O principal acidente orográfico existente no Ribatejo é a Serra de Aires e Candeeiros, delimitando o que podemos chamar de Alto e Baixo Ribatejo e em termos hidrográficos o Rio Tejo, pela sua dimensão e pela sua regular irregularidade (cheias) continua a condicionar, umas vezes para o bem outras para o mal, as actividades agrícolas da Região.

O maior rio da Península Ibérica, estendendo-se ao longo de 1009 quilómetros, nasce na Serra de Albarracim, a 1593 metros de altitude, em Espanha, e desagua no oceano Atlântico, por um largo estuário com cerca de 260 km2, alguns quilómetros adiante de Lisboa, em S. Julião da Barra. Depois de atravessar o planalto de Castela-a-Nova e a Extremadura espanhola, entre desfiladeiros e vales apertados, entra em Portugal. Antes disso, faz fronteira entre Espanha e Portugal através do troço internacional do Tejo, com uma extensão de cerca de 50 km. As margens são rochosas e abruptas e o vale estreito (por exemplo, Portas do Ródão).

O leito está cheio de penedias, cascalho e algumas ilhas como a do Castelo de Almourol. De Abrantes até à foz, o Tejo corre nas planícies ribatejanas, onde deposita nateiros de grande fertilidade e provoca inundações catastróficas. O Tejo termina por um amplo e fundo estuário, que forma o mar da Palha e se aperta a 10 km da foz. Na margem direita do estuário situa-se a cidade de Lisboa.

A área da sua bacia hidrográfica é de 79 800 km2, dos quais 24 900 são em Portugal. O escoamento anual na foz do rio Tejo é, em média, de 17 080 hm3, sendo 6 200 hm3 em Portugal e o restante em Espanha. Estima-se que a bacia hidrográfica do rio Tejo, em território nacional, apresente uma capacidade total de armazenamento de recursos hídricos na ordem dos 2750 hm3, em regime regularizado. Na bacia hidrográfica do rio Tejo é nítido o contraste entre os afluentes da margem norte, com elevadas disponibilidades de recursos hídricos em regime natural, e os afluentes da margem sul, bastante pobres em recursos hídricos.

Em território português o Tejo recebe da margem esquerda o Sever, o Sorraia e o Almansor que, à excepção do primeiro, são rios de planície com as mesmas características do Tejo na sua secção inferior.

Da margem direita o Tejo recebe os rios Erges, Ponsul, Ocreza, Zêzere, Alviela e Maior, que descem da montanha, quase todos de carácter torrencial, sendo o mais importante o Zêzere, que tem a sua origem na serra da Estrela - o maior centro de dispersão das águas do território português.

Quinta bacia hidrográfica, em área, dos rios da Europa Comunitária, a bacia do Tejo coloca-se na terceira posição na Península Ibérica, a seguir às do Douro e do Ebro, mas é a que maior expressão assume no território português.

Cobrindo uma superfície de cerca de 80.629 Km2, no seu total, dos quais 24.800 Km2 (29,8%) em Portugal, a bacia do Tejo apresenta-se como um largo corredor no centro-oeste da Península, com cerca de 700 Km e largura média da ordem dos 120 Km.

Figura 26 - Bacia hidrográfica do rio Tejo

Nesse corredor de 700 Km de extensão instala-se o curso principal do Tejo, com cerca de 1 100 Km, dos quais 230 em Portugal e 43 de fronteira.

Praticamente toda a bacia é de morfologia complexa, com uma rede hidrográfica aberta entre serranias com identidade morfológica própria ou contrafortes dos maciços do contorno montanhoso da bacia.

As zonas planas ou pouco acidentadas são raras e de menor expressão em área, excepto, já na parte portuguesa, a jusante da confluência com o Zêzere, com as Lezírias e os Terraços do Tejo, ligando com a bacia do Sorraia também ela aplanada.

Figura 27 - Bacia hidrográfica do rio Tejo em Portugal

No seu percurso longitudinal, a partir da nascente a cerca de 1.600 m de altitude, o rio Tejo desce rapidamente cerca de 1.000 m em 130 Km, aproximadamente até à confluência com o Guadiela. Atravessa depois a planura de Castela-a-Nova com declive médio muito mais suave, para se acentuar de novo entre Talavera e Alcantara e decrescer até à foz.

Os grandes afluentes do rio Tejo na vertente direita – o Erges, o Aravil, o Pônsul, o Ocreza e o Zêzere – drenam a zona do Maciço Hispérico, acidentada, montanhosa, com pluviosidade elevada, se for excluída a área oriental da Beira Baixa.

Na vertente esquerda, e sul, a estrutura hidrográfica da bacia é totalmente diferente. Apenas têm algum relevo, com cursos transversais ao rio Tejo, o Sever e a Ribeira de Nisa, drenando formações antigas, logo no troço de entrada do Tejo em Portugal. Mais para jusante, apenas algumas pequenas ribeiras drenam de sul para norte para o Tejo.

O rio Tejo é omnipresente na paisagem ribatejana e um dos responsáveis pelo clima, pelo solo e consequentemente, pela fertilidade da região.

Os solos variam consoante a proximidade do rio. O campo ou lezíria são zonas muito produtivas que se situam à beira-rio. Na planície do campo têm presença os férteis Aluviões Quaternários, de grande espessura efectiva e texturas, variando entre arenosa, franca e argilosa.

Na margem direita do Tejo, depois dos solos junto ao rio, situa-se a zona do bairro. É constituída por solos mais pobres e de origem calcária e argilosa, dispostos em terrenos mais irregulares entre montes e planícies.

Da margem esquerda do Tejo às regiões do sul próximas do Alentejo localiza-se a zona designada charneca. De relevo pouco acentuado, a charneca configura-se com os solos originados no período Pliocénico – são solos arenoso, pobres, muito heterogéneos e com frequente presença de impermes e calhau rolado.

Do ponto de vista da agricultura, o campo, ou a lezíria, é a zona mais fértil e rica. É a área preferencial das grandes culturas anuais: o milho, o trigo, o girassol e o arroz. Também nela se cultivam plantas de ciclo mais curto como o melão e o tomate. No bairro predominam a vinha, o pomar e o olival. Na charneca, há o montado de sobro e outras componentes da floresta de produção: pinheiro e eucalipto.

Podemos concluir que o Tejo é, sem dúvida, um dos marcos mais importantes da região contribuindo em grande escala para a sua caracterização.

Detentora da maior reserva de água da Península Ibérica, o rio Tejo influencia de sobremaneira não só clima e solos, mas também a economia regional. Com solos férteis e culturas especializadas, estas acabam por influenciar outros sectores de actividade e condicionar o perfil económico da região.

Os solos da Região da Andaluzia baseiam-se em factores ambientais que regem a sua formação em resposta a quatro Regiões: Maciço Ibérico, Serra Norte, a depressão do Vale do Guadalquivir e a Cordilheiras Béticas.

A grande diversidade de solos e de condições climáticas permitem numerosas culturas. O Maciço Ibérico é constituído, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares, e são habitualmente designadas pelos hidrogeólogos, pobres em recursos hídricos subterrâneos.

A Serra do Norte é caracterizada pela grande extensão que ocupam as rochas gratinoides, seguidas pelos xistos afectados por graus de metamorfismo variável.

A depressão do vale de Guadalquivir, aberto às influências oceânicas, é alcançada pelas rajadas atlânticas na primavera e no outono, e tem verões extremamente secos. Os vales situados ao sul do sistema Bético apresentam clima subtropical, com invernos moderados, que permitem o cultivo de espécies desconhecidas no resto da Europa, como a cana-de-açúcar.

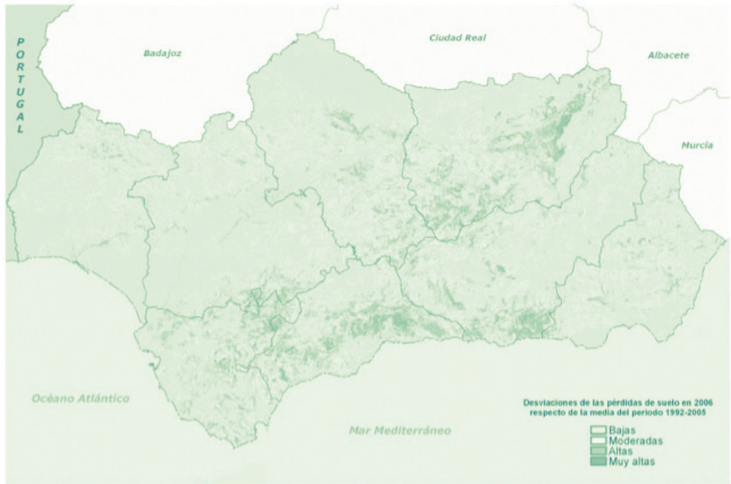


Figura 28 - Solos abandonados na Andaluzia, Consejería de Medio Ambiente, 2008

A Andaluzia detém uma vasta área passível de ser cultivada, no entanto a produtividade apresentada dos solos fica aquém do que seria expectável. Dadas as características morfológicas, a produtividade obtida é inferior à desejada, o que limita a produção obtida. No Ribatejo, apesar de a área ser bastante inferior, a qualidade dos solos permite uma produção em quantidade não descurando a qualidade apresentada. Por esse motivo, os produtos originários do Ribatejo apresentam uma maior qualidade que os oferecidos pelo mercado andaluz.

PRODUTIVIDADE DAS PRINCIPAIS CULTURAS E OUTPUT INDUSTRIAIS

A fim de perceber a importância económica do sector agrícola na região, passaremos de seguida a um breve resumo com a identificação das principais características das explorações agrícolas nacionais (face aos dados do Recenseamento Agrícola Nacional 2009) com especial destaque para a região do Ribatejo e Oeste (RO).

Com o objectivo de permitir a caracterização e a comparação das diversas estruturas e sistemas de produção agrícolas na UE e dos seus resultados económicos, foi definida no Regulamento (CE) nº 1242/2008 da Comissão

uma tipologia comunitária que classifica as explorações agrícolas em grupos homogéneos segundo a Orientação Técnico-Económica (OTE) e a Dimensão Económica (DE). Esta tipologia baseia-se no Valor da Produção Padrão (VPP), isto é, no valor monetário da produção agrícola de cada actividade, que serve de cálculo ao Valor da Produção Padrão Total (VPPT) e para a determinação da respectiva DE da exploração.

A OTE de uma exploração é determinada através do contributo que as diferentes produções agrícolas têm na formação do respectivo VPPT.

A criação de grupos homogéneos de explorações baseadas na OTE e na DE é assim muito fácil, pois para além de permitir a comparabilidade entre as várias agriculturas comunitárias, possibilita a sistematização das principais características da agricultura nacional, composta por realidades muito distintas que a tornam complexa e de difícil caracterização.

FIGURA 29 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES POR CLASSES DE (2009)

Número de explorações, segundo as classes de DE, por região (2009)

VPPT: 1000 euros

Regiões	Total				Muito Pequenas (< 8 000 euros)			
	N.º	VPPT	(%)	DE/Expl	N.º	(%)	VPPT	(%)
Portugal	305 266	4 639 739	100	15,2	239 639	79	599 440	13
Continente	278 11 4	4 208 311	91	15,1	220 136	79	546 916	13
EDM	49 037	549 382	12	11,2	40 276	82	116 257	21
TM	61 804	378 302	8	6,1	51 955	84	125 812	33
BL	49 424	569 047	12	11,5	42 300	86	110 769	19
BI	33 763	287 544	6	8,5	27 849	82	59 587	21
RO	39 875	1 262 575	27	31,7	27 452	69	63 945	5
ALE	31 828	1 039 842	22	32,7	20 625	65	46 845	5
ALG	12 383	121 618	3	9,8	9 679	78	23 700	19
Açores	13 541	350 933	8	25,9	7 911	58	19 258	5
Madeira	13 611	80 495	2	5,9	11 592	85	33 266	41

Regiões	Pequenas (8 000 a < 25 000 euros)				Médias (25 000 a < 100 000 euros)				Grandes (> 100 000 euros)			
	N.º	(%)	VPPT	(%)	N.º	(%)	VPPT	(%)	N.º	(%)	VPPT	(%)
Portugal	37 732	12	516 846	11	19 494	6	969 822	21	8 401	3	2 553 631	55
Continente	33 721	12	462 829	11	16 801	6	826 555	20	7 456	3	2 332 012	56
EDM	5 311	11	70 603	13	2 244	5	116 530	21	1 206	2	245 982	45
TM	7 591	12	102 096	27	1 974	3	85 410	23	284	0	64 984	17
BI	4 277	9	56 043	10	1 910	4	94 829	17	937	2	307 405	54
BL	3 705	11	51 833	18	1 769	5	81 528	28	440	1	94 596	33
RO	6 244	16	88 973	7	4 067	10	202 529	16	2 112	5	907 129	72
ALE	4 755	15	68 121	7	4 135	13	211 393	20	2 313	7	712 494	69
ALG	1 838	15	25 160	21	702	6	33 327	27	146	1	39 432	32
Açores	2 254	17	32 228	9	2 483	18	133 805	38	893	7	165 642	47
Madeira	1 757	13	21 790	27	210	2	9 462	12	52	0	15 978	20

Fonte: RA 2009

O VPPT agrícola nacional em 2009 ultrapassava os 4,6 mil milhões de euros por ano, contribuindo o Ribatejo e Oeste e o Alentejo com metade deste valor. De acordo com os valores acima indicados, a região do Ribatejo e

Oeste é a região que maior contribuição tem na formação do VPPT nacional, representando 27% do total nacional.

As explorações agrícolas apresentam em média 15,2 mil euros de VPPT, evidenciando uma grande heterogeneidade nacional. Também a este nível se destaca a região do Ribatejo e Oeste com uma contribuição de 31,7 mil euros (2º maior a nível nacional).

A análise das explorações segundo a DE revela que as unidades produtivas de grande dimensão (mais de 100.000 euros de VPPT), embora representem apenas 3% do universo das explorações agrícolas, originam anualmente mais de metade do VPPT agrícola nacional. O contributo destas explorações para a formação do VPPT regional assume maior importância no Alentejo e no Ribatejo e Oeste, onde contribuem com mais de 2/3.

FIGURA 30 – NÚMERO DE EXPLORAÇÕES POR OTE (2009)

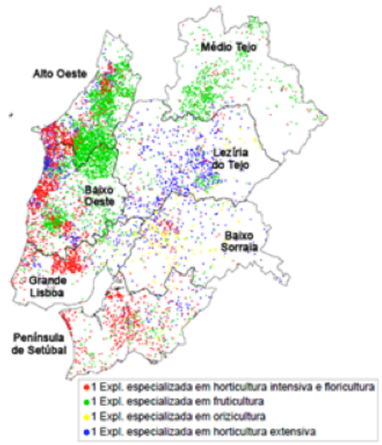
Número de explorações, segundo a OTE, por região (2009)

OTE	Portugal		EDM		TM		BL		BI	
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
TOTAL	305 266	100	49 037	100	61 804	100	49 424	100	33 763	100
Explorações especializadas	203 440	67	23 361	48	46 021	74	24 201	49	22 725	67
Culturas arvenses	28 261	9	3 988	8	4 460	7	5 29§	11	1 495	4
das quais: Horticultura extensiva	2 238	1	73	0	54	0	126	0	78	0
Horticultura intensiva e floricultura	8 789	3	1502	3	238	0	914	2	84	0
das quais: Em estufa/abrigo alto	1 541	1	603	1	94	0	192	0	5	0
Culturas Permanentes	111 535	37	6 372	13	35 239	57	8 243	17	14 945	44
das quais: Vinha	36 474	12	5 127	10	14 804	24	3 520	7	2 857	8
Frutos secos, casca rija e citrinos	26 844	9	681	1	5 105	8	1 218	2	2 319	7
Olival	25 957	9	14	0	5 535	9	1 288	3	5 758	17
Herbivoros	47 740	16	10 791	22	5 607	9	6 525	13	5 712	17
dos quais: Bovinos de leite	8 123	3	2 465	5	642	1	1 479	3	358	1
Bovinos de carne	16 135	5	5 303	11	2 022	3	1 145	2	735	2
Bovinos de leite e carne	999	0	107	0	115	0	220	0	110	0
Ovinos, caprinos e diversos herbívoros	22 483	7	2 916	6	2 828	5	3 681	7	4 509	13
Granivoros	7 115	2	706	1	477	1	3 228	7	489	1
dos quais: Suínos	2 119	1	73	0	45	0	1 089	2	44	0
Aves	1 689	1	90	0	61	0	759	2	54	0
Explorações mistas ou combinadas	99 117	32	25 584	52	15 709	25	25 130	51	10 966	32
Policultura	31 577	10	6 608	13	6 791	11	5 950	12	2 708	8
Plipecuária	16 262	5	5 354	11	1 339	2	5 507	11	1 745	5
Mstas de culturas e criação de gado	51 278	17	13 622	28	7 579	12	13 673	28	6 513	19
Exploraçõesnão classificadas	2 709	1	92	0	74	0	93	0	72	0

OTE	RO		ALE		ALG		Açores		Madeira	
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
TOTAL	39 875	100	31 828	100	12 383	100	13 541	100	13 611	100
Explorações especializadas	31 077	78	25 250	79	10 583	86	11 328	84	8 889	65
Culturas arvenses	5 205	13	4 026	13	375	3	1 513	11	1 908	14
das quais: Horticultura extensiva	1 368	3	324	1	87	1	35	0	93	1
Horticultura intensiva e floricultura	2 198	6	849	3	466	4	286	2	2 252	17
das quais: Em estufa/abrigo alto	321	1	23	0	195	2	31	0	77	1
Culturas Permanentes	18 696	47	12 604	40	8 934	72	1 988	15	4 514	33
das quais: Vinha	6 275	16	1 446	5	170	1	481	4	1 794	13
Frutos secos, casca rija e citrinos	5 320	13	987	3	7 775	63	1 225	9	2 214	16
Olival	4 145	10	9 096	29	121	1	0	0	0	0
Herbivoros	3 830	10	7 299	23	640	5	7 225	53	111	1
dos quais: Bovinos de leite	199	0	130	0	11	0	2 816	21	23	0
Bovinos de carne	786	2	2 403	8	136	1	3 539	26	66	0
Bovinos de leite e carne	28	0	18	0	3	0	396	3	1	0
Ovinos, caprinos e diversos herbívoros	2816	7	4 748	15	490	4	474	4	21	0
Granivoros	1 148	3	472	1	173	1	316	2	104	1
dos quais: Suínos	453	1	226	1	72	1	96	1	21	0
Aves	385	1	122	0	43	0	123	1	52	0
Explorações mistas ou combinadas	7 606	19	5 769	18	1 753	14	1 896	14	4 704	53
Policultura	2 883	7	1 414	4	592	5	733	5	3 898	29
Plipecuária	891	2	858	3	144	1	369	3	55	0
Mstas de culturas e criação de gado	3 832	10	3 497	11	1 017	8	794	6	751	6
Exploraçõesnão classificadas	1 192	3	809	3	42	0	317	2	18	0

Fonte: RA 2009

A diversidade da agricultura do Ribatejo e Oeste, composta por diferentes realidades edafo-climáticas, socio-económicas e fundiárias é corroborada pela dispersão das explorações nas várias OTE, destacando-se a horticultura, a fruticultura e a viticultura na região do Oeste e as culturas arvenses, designadamente o milho, o arroz e a horticultura extensiva na Lezíria do Tejo, região onde a viticultura e a olivicultura ainda continuam a assumir grande importância.



Fonte: RA 2009

Figura 31 – OTE RIBATEJO E OESTE (2009)

As explorações agrícolas, com uma superfície total de 4,7 milhões de hectares, ocupavam em 2009 cerca de 51% da superfície territorial do país. A SAU representa a maior fatia dessa superfície, correspondendo a 78% da superfície

total das explorações, seguida pela superfície florestal sem aproveitamento agrícola simultâneo (mas incluída na exploração agrícola) com cerca de 18%.

A Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) das explorações entendida como a área com potencial agrícola mas sem utilização, representa apenas 3% e as outras superfícies (edifícios, logradouros, caminhos, albufeiras, etc…) cerca de 1%.

FIGURA 32 – SUPERFÍCIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES (2009)

Número da superfície total das explorações, por região (2009)

Unidade: (ha)

Regiões	SAU	Matas e florestas sem culturas e sob-coberto	SANU	Outras superfícies	Superfície Total
Portugal	3 668 145	842 208	127 691	71 087	4 709 131
Continente	3 542 305	837 431	125 283	66 512	4 571 531
EDM	2 11 154	91 139	3 543	6 920	312 758
TM	432 873	141 138	40 223	4 937	619 172
BL	125 436	87 108	5 822	3 770	222 136
BI	337 031	133 621	24 674	7 800	503 126
RO	391 006	133 716	8 331	10 169	543 222
ALE	1 956 508	204 104	14 593	30 724	2 205 930
ALG	88 297	46 605	28 096	2 191	165 189
Açores	120 412	4 015	1 794	4 242	130 463
Madeira	5 428	762	615	333	7 138

Fonte: RA 2009

Para a região do Ribatejo e Oeste, a superfície total de exploração corresponde a 543.222 hectares, sendo que 71% destes correspondem a superfície agrícola utilizada.

Apesar de não ser a região com maior área de superfície total, o Ribatejo e Oeste é, sem dúvida uma das regiões com maior superfície agrícola utilizada face à superfície total.

Das 1.06.906 empresas existentes em Portugal, 10.461 pertencem ao sector agro-industrial. Destas, cerca de 700 estão localizadas no Ribatejo.

FIGURA 33 - EMPRESAS (N.º) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2002) E ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE REV. 3); ANUAL

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 3); Anual		
	Período de referência dos dados		
	2009		
	Actividade económica (CAE Rev. 3)		
	Total	Indústrias alimentares	Indústria das bebidas
	N.º	N.º	N.º
Portugal	1.060.906	9.426	1.035
Mação	634	22	1
Médio Tejo	20.372	261	21
Lezíria do Tejo	21.389	303	38

Fonte: INE - Dados Estatísticos Empresa

Trata-se de um sector com um relativo peso na economia do Ribatejo e daí a importância de perceber a sua dinâmica e melhorar a sua performance.

Para a melhor caracterização do sector começaremos por avaliar a produtividade das principais culturas e outputs industriais.

A produtividade é geralmente medida como o VAB por trabalhador e é interpretada como um resultado do processo produtivo, afectando a competitividade na sua acepção global.

FIGURA 34 - PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO (€) DAS EMPRESAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2002) E ACTIVIDADE ECONÓMICA; ANUAL (1)

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Produtividade aparente do trabalho (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica; Anual (1)
	Período de referência dos dados
	2007
	Actividade económica
	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
	€ (milhares)
Portugal	7,65
Continente	3,26
Médio Tejo	7,60
Lezíria do Tejo	8,87

Fonte: INE - Dados Estatísticos Empresa

No Ribatejo, de acordo com os dados fornecidos pelo INE, para o período de 2007, a produtividade do trabalho por empresa no sector agro-industrial no Ribatejo aproxima-se da média nacional. Para o efeito foi retirado o concelho de Mação por não ter uma pertinência significativa no sector agro-industrial.

De acordo com os últimos dados do Directório Central de Empresas do INE, a 1 de Janeiro de 2009, verificou-se uma diminuição do número de empresas no sector empresarial em toda a Espanha. A última década, marcada pelo início da crise económica, debilitou o tecido empresarial e retraiu todos os sectores de actividade. Em 2009, verificava-se uma redução em cerca de 2% em toda a Espanha e 2,4% na Andaluzia.

Este decréscimo estendeu-se a todo o tipo de empresas, no entanto, terão sido as microempresas (com menos de 10 trabalhadores) que terão sofrido a maior quebra, fruto da O sector agro-industrial não se mostrou alheio a essa conjuntura, no entanto, a sua trajectória é menos desfavorável do que a verificada para o conjunto da economia. Assim, segundo os dados disponíveis, em Janeiro de 2009 existiam na Andaluzia 5.564 empresas (contra as 6.358 empresas existentes em 1999) o que representa cerca de 18% da Indústria Alimentar de toda a Espanha.

No que respeita ao número de trabalhadores, 98% das empresas do sector agro-industrial na Andaluzia são pequenas empresas, sendo estas que têm demonstrado um grande retrocesso nos últimos anos, representando 88% da redução verificada para o sector agro-alimentar.

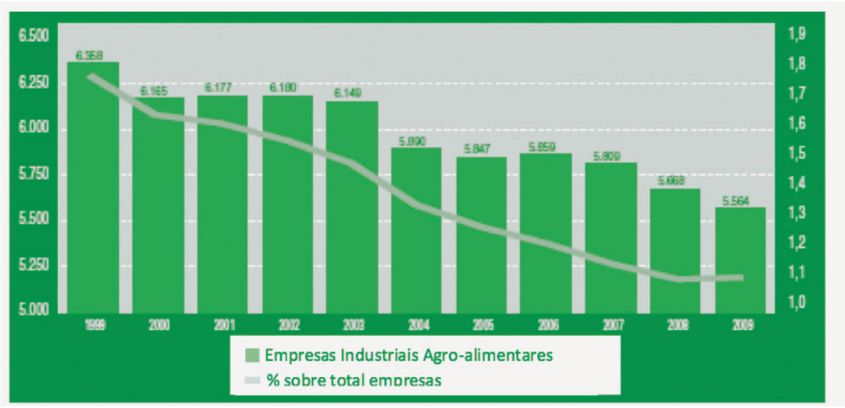


Figura 35 - Empresas agro-alimentares da Andaluzia (empresas e percentagens)

No que respeita à produtividade obtida pelo sector agro-industrial, e se nos centrarmos nos valores obtidos para 2008, verificamos que houve uma ligeira diminuição. No entanto, o sector continua a ser eficiente representando uma produtividade em 2008 de 49,43 milhares de euros.

FIGURA 36 - PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA - INDÚSTRIA AGROALIMENTAR - ANDALUZIA

Milhares €

	2007	2008
Vendas/Gastos com pessoal	10,62	10,37
Vendas/Trabalhador	267,32	274,94
VAB/Trabalhador	49,46	49,43

Assim, comparando a produtividade obtida nas duas regiões em análise, verifica-se que os valores esperados para o Ribatejo estão francamente abaixo dos conseguidos no sector agro-industrial na Andaluzia.

A produtividade definida como a relação entre a produção e os factores produtivos utilizados, associando rendimento e eficiência, demonstra claramente que a Andaluzia é mais eficiente na utilização dos recursos disponíveis ao serviço da produção.

Os níveis de produtividade obtida para ambas as regiões exaltam a força apresentada pela Andaluzia e que motiva o crescimento económico verificado ao longo dos últimos anos no sector agro-industrial.

O Ribatejo terá ainda um longo percurso no sentido de se aproximar dos valores obtidos pelo sector agro-industrial na Andaluzia.

Após a análise de clima, solos e produtividade passaremos à comparação dos produtos produzidos nas regiões em destaque.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Face aos dados apresentados podemos apresentar uma estratégia de futuro para o Ribatejo com base nos recursos naturais disponíveis.

Em primeiro lugar, reconhecendo a importância dos solos e a sua utilização no processo produtivo, a estratégia de crescimento do Ribatejo passa por estreitar a ligação ao Alentejo através da utilização da água, substituindo culturas de sequeiro por culturas de regadio. Sendo detentor da maior reserva de água da Península Ibérica, o Ribatejo deverá reverter em seu favor, a utilização que é feita deste recurso natural tão poderoso.

Assim, dotado de solos férteis que fornecem às plantas todos os nutrientes que elas necessitam para a sua alimentação, o Ribatejo é caracterizado por solos ricos em matéria orgânica e sais minerais que revelam uma grande aptidão para o uso agrícola.

No entanto, e verificados os dados relativos à superfície agrícola utilizada no Ribatejo, podemos confirmar que existe ainda uma grande quantidade de solos disponíveis, pelo que, outras das estratégias agora apresentadas para o sucesso do sector agro-industrial passa por dar dimensão às explorações de forma a obter economias de escala e com isso conseguir suprir os modernos mercados de alimentos.

OFERTAS DAS REGIÕES

Após a breve caracterização dos solos e dos recursos hídricos que caracterizam o Ribatejo proceder-se-á, de seguida à apresentação das ofertas da região.

Tradicionalmente, o Ribatejo é caracterizado pela produção de produtos hortícolas e frutícolas. Tal como foi referenciado nos quadros anteriores, é visível a especialização agrícola da região para este tipo de produtos.

A partir da década de 80, a horticultura tem sido considerada como um sector de grande potencial no contexto da agricultura nacional. Este facto assenta nas condições edafo-climáticas favoráveis que algumas regiões registam.

Desta forma, todo o Ribatejo é caracterizado por terrenos planos com poucas elevações, e de altitudes baixas, com um clima ameno, de amplitudes térmicas pouco acentuadas e precipitação média, cria condições fortemente favoráveis ao desenvolvimento das espécies hortícolas.

Acresce ainda o facto de a região ser sulcada por alguns cursos de água que estão na origem de áreas de elevado potencial para o sector hortícola, quer para fresco quer para a indústria.

As condições geográficas, edafo-climáticas e orográficas são assim uma mais-valia importantíssima na produção de hortícolas, face aos restantes países europeus, que o sector parece ter vindo a aproveitar nos últimos anos.

De facto, a vantagem de se conseguir produzir em épocas em que os outros países apresentam défices de produção, tem atraído para o sector muito investimento, quer nacional, desviando-se de outras orientações técnicas agrícolas para a horticultura, quer estrangeiro, na maioria das vezes acompanhado de know-how e tecnologias de ponta que rapidamente são divulgados e integrados por outros actores do sector.

Como se constata com os dados do Recenseamento Agrícola 2009 (RA09), apesar da diminuição de 6% da superfície agrícola utilizada face a 1999, a área de hortícolas praticamente não sofreu qualquer alteração, tendo-se inclusivamente observado um aumento de mais de 2,5 mil hectares destas culturas no Ribatejo e Oeste. O reconhecimento e desenvolvimento dos factores de competitividade desta e de outras regiões têm sido sustentados pelas sinergias criadas entre as diversas entidades do sector, nomeadamente através da criação de organizações de produtores que procuram alcançar a dimensão suficiente, quer para garantir um papel mais interventivo na comercialização, quer para estabelecer relações de parceria com empresas e instituições de carácter científico e tecnológico que apoiem a produção.

O sector hortícola na Região do Ribatejo tem um peso significativo. De acordo com os últimos dados da Estatísticas da Horticultura (1995-2001), existiam em Portugal 25.165 explorações com culturas hortícolas, que abrangem uma área de 31.763 hectares.

Comparativamente com outras regiões do país, o Ribatejo apresenta a maior área com culturas hortícolas, com 20.672 ha e 7.812 explorações que a coloca em 1º lugar relativamente ao total de explorações com horticultura.

Para a análise dos valores de produção hortícola inclui-se a produção de alface, couve-flor, couve brócolo, couve repolho, couve lombardo, couve tronchuda, grelos, melão, melancia, morango, pimento, tomate fresco, fava, feijão-verde, cebola e cenoura.

De acordo com o relatório elaborado pelo GPP em 2007, o volume de produção de culturas hortícolas em Portugal alcançou em 2003, 2.221.934 toneladas, sendo o Ribatejo a principal região de produção, com um peso de 60% no volume total do continente.

FIGURA 37 – EVOLUÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO DE HORTÍCOLAS, POR REGIÃO AGRÁRIA

Região		1997	% C	1998	% C	1999	% C	2000	% C	2001	% C	2002	% C	Média 1998/02	% C
E. Douro e Minho	Área	2 288	10	2 400	10	2 494	10	2 689	10	2 739	9	3 178	10	2 700	10
	Rend.	18 562		19 450		19 848		19 889		19 783		22 915		20 494	
	Prod.	42 469	9	46 679	9	49 500	9	53 481	9	54 185	9	72 819	10	55 333	9
Trás-os-Montes	Área	458	2	480	2	499	2	536	2	564	2	670	2	550	2
	Rend.	18 164		19 144		19 431		19 472		19 775		21 453		19 935	
	Prod.	8 319	2	9 144	2	9 696	2	10 476	2	11 153	2	14 364	2	10 967	2
Beira Litoral	Área	2 192	9	2 298	9	2 388	9	2 575	9	2 300	8	2 722	9	2 457	9
	Rend.	17 652		18 498		18 877		18 914		19 653		19 859		19 177	
	Prod.	38 675	8	42 509	8	45 078	8	48 703	8	45 203	7	54 062	7	47 111	8
Beira Interior	Área	175	1	184	1	191	1	206	1	217	1	241	1	208	1
	Rend.	15 486		16 190		16 539		16 568		16 724		17 860		16 828	
	Prod.	2 710	1	2 979	1	3 159	1	3 413	1	3 629	1	4 309	1	3 498	1
Ribatejo e Oeste	Área	14 389	60	15 093	60	15 682	60	16 909	60	17 044	59	17 760	56	16 498	59
	Rend.	21 472		22 500		22 964		23 010		22 533		24 616		23 155	
	Prod.	308 963	62	339 593	62	360 116	62	389 076	62	384 046	60	437 167	59	382 000	61
Alentejo	Área	2 590	11	2 716	11	2 822	11	3 043	11	3 846	13	4 802	15	3 446	12
	Rend.	17 222		18 051		18 423		18 459		18 897		19 826		18 868	
	Prod.	44 605	9	49 027	9	51 990	9	56 171	9	72 677	11	95 210	13	65 015	10
Algarve	Área	1 896	8	1 989	8	2 066	8	2 228	8	2 318	8	2 303	7	2 181	8
	Rend.	26 504		27 769		28 350		28 403		27 875		27 522		27 979	
	Prod.	50 251	10	55 233	10	58 571	10	63 281	10	64 614	10	63 380	9	61 016	10
Continente	Área	23 987	100	25 160	100	26 142	100	28 188	100	29 028	100	31 676	100	28 039	100
	Rend.	20 678		21 668		22 114		22 158		21 893		23 403		22 288	
	Prod.	495 992	100	545 164	100	578 110	100	624 601	100	635 507	100	741 312	100	624 939	100

Area - ha; Rend. - Kg/ha; Prod. - t

Fonte: INE

A comercialização da produção hortícola é efectuada de diversas formas. Ou seja, a colocação dos produtos no mercado pelo produtor agrícola é feita de forma diversificada, acabando mesmo por se diferenciar de acordo com a dimensão das explorações agrícolas.

Assim, e de acordo com os dados do Relatório de Horticultura de 2007, é de destacar o peso dos intermediários, nomeadamente os grossistas, camionistas e os ajuntadores, nas regiões agrárias do Algarve, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Trás-os-Montes, com 37%, 28%, 22% e 19%, no escoamento da produção hortícola da região.

A venda directa ao consumidor é uma importante forma de escoamento destes produtos em praticamente todas as regiões agrárias. As centrais de comercialização têm muita importância em Entre Douro e Minho, que comercializaram 33% da produção hortícola da região. Também é de destacar, a comercialização via agrupamentos de agricultores, que apesar de ter pouco peso no Continente (4%), atinge os 10% nesta região.

É no Ribatejo e Oeste onde a indústria tem algum peso (12%), como forma de escoamento da produção.

FIGURA 38 – FORMAS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO HORTÍCOLA

unidade: %

Regiões	Directa-mente ao mercado externo	Directa-mente ao consumidor	Retalhistas	Agrupa-mentos de agricultores	Central de comerciali-zação	Sector da Distribuição	Outros Intermediários	Indústria
Continente	2,5	**15,8**	**18,3**	**3,9**	**19,3**	**6,6**	**24,6**	**8,9**
E. Douro e Minho	1,5	26,2	23,3	10,2	32,8	3,6	1,6	0,7
Trás-os-Montes		30,9	19,2		4,1	24,5	19,4	1,9
Beira Litoral	0,9	29,8	33,9	0,8	11,1	3,9	11,8	7,9
Beira Interior	0,3	65,7	14,2	9,1		1,7	8,7	0,4
Ribatejo e Oeste	2,3	10,5	15,5	3,5	21,1	7,0	28,3	11,9
Alentejo	6,9	24,7	10,2	1,5	21,4	6,1	21,9	7,3
Algarve	1,5	15,7	27,0	7,4	4,2	7,7	36,5	0,1

Fonte: Inquérito à Horticultura 2000

Face aos valores apresentados no quadro anterior facilmente verificamos a importância do subsector horto-industrial na região do Ribatejo. As agro-indústrias asseguram o escoamento 12% do que é produzido, o que revela, por si só, a importância significativa na estrutura económica da região.

Actualmente, a produção de ervilha, fava, feijão-verde e tomate faz-se quase na totalidade no Ribatejo.

Apesar de não serem exclusivas da região, as agro-indústrias tenderam a deslocar os seus centros de produção, ao longo dos últimos anos, para áreas de maior aptidão, nomeadamente o Ribatejo.

Podemos concluir que as boas condições climáticas, associadas à disponibilidade de terra e água, oferecem excelentes oportunidades de investimento no sector hortícola em Portugal, em especial no Ribatejo, uma região comtemplada com um clima ameno e sem grandes amplitudes térmicas, com solos ricos e dotada da maior reserva de água da península ibérica, o Ribatejo oferece, assim, um grande potencial de crescimento.

No entanto, as boas condições naturais para a horticultura só serão bem aproveitadas quando existir uma capacidade efectiva de as associar a sistemas de comercialização eficazes.

Existem razões históricas que explicam a dificuldade da organização comercial do sector hortícola em Portugal, um sector que trabalhou muito tempo para o mercado interno.

Os produtores habituaram-se a vender os seus produtos para um pequeno mercado nacional, com grandes oscilações de preços, obtendo lucros consideráveis em períodos de pouca oferta. O negócio de oportunidade foi durante muito tempo mais importante que uma oferta planeada. A ausência de uma organização da produção colocou entraves a uma eficaz concentração da oferta com vista à venda para os mercados externos.

A concentração do lado da procura com o sucesso das grandes superfícies observado na década de 90, juntamente com a criação de um mercado único europeu de pessoas e mercadorias, condicionou fortemente a acção dos produtores portugueses. Em resultado da avalanche de produtos importados, não se pensou em exportar mas sim manter intacto o mercado interno nacional.

As razões históricas agora apresentadas acabaram por traçar o longo caminho que os produtores portugueses travaram. Ultrapassadas a barreira psicológica que ditou o afastamento do mercado europeu e mundial, o caminho para o sucesso dos produtos hortícolas portugueses passa pela inovação e internacionalização.

Passada a apresentação dos produtos hortícolas, faremos uma breve apresentação da oferta frutícola da região.

Na vizinha Andaluzia, de acordo com os dados estatísticos da Junta de Andalucia, a produção hortícola ultrapassa as 4.000.000 toneladas, para uma área cultivada de 96.000 hectares.

A Andaluzia possui uma variada produção hortícola, sendo a par com o sector frutícola, o mais importante na área agro-alimentar.

No sector hortícola destacam-se a produção de tomates, pimentos e pepinos, acabando por converter a Andaluzia no principal exportador nacional ao nível destes produtos.

De acordo com as estatísticas da Junta de Andalucia, em 2010 a produção de tomate atingiu os 1.490.250 toneladas, seguido da produção de pepino no montante de 605.863 toneladas e do pimento, com uma produção total de 548.381 toneladas.

O actual conhecimento da importância da fruta e legumes na nossa alimentação, fornece um forte argumento para os grandes investimentos feitos neste sector, com as produções obtidas a transformarem-se numa fonte de riqueza na Andaluzia rural.

A diversidade de legumes produzidos multiplica as possibilidades de consumo, tanto interno, como de exportação.

Mostramos resumidamente as produções calculadas para os principais produtos hortícolas, na Andaluzia, em 2010:

FIGURA 39 – PRODUÇÃO E ÁREAS NA ANDALUZIA

Culturas Área (Ha) Produção (Ton)	Valor	%
Repolho	1.582	37.468
Bróculos	2.532	65.621
Espargos	7.655	39.696
Alface	10.785	279.187
Abóbrinha	6.095	315.333
Pepino	7.182	605.863
Tomate	19.926	1.490.250
Pimento	10.848	548.381
Alcachofra	2.509	30.290
Couve-Flor	1.287	36.482
Alho	4.305	43.252
Cebola	3.968	165.153
Cenoura	4.254	220.944
Feijão Verde	8.380	98.970

Fonte: Junta de Andalucia 2010

ALGUMAS CONCLUSÕES

Face aos valores apresentados podemos concluir que em ambas as situações, o sector hortícola representa um importante motor de crescimento e desenvolvimento das regiões em análise.

Uma análise comparativa de produções e áreas entre as duas regiões demonstra a superioridade da Andaluzia em ambas as situações. A Andaluzia, com uma superfície cultivada 25 vezes maior que a área utlizada na produção hortícola no Ribatejo obtém 43 vezes superior.

Horticolas	Ribatejo e Oeste	Andaluzia
Área (Ha)	17.760	96.455
Produção (Ton)	437.167	4.191.770

Fonte: Instituto Nacional de Estatística P ortugal e Junta de Andalucia

Passada a apresentação dos produtos hortícolas, faremos uma breve apresentação da oferta frutícola da região.

O **pêssego** é um dos produtos mais apetecíveis da região. De acordo com o relatório elaborado pelo Gabinete de Planeamento e Políticas em 2007, para a sub-fileira pêssego, das 17.976 explorações agrícolas existentes no continente, 5.376 estavam localizadas no Ribatejo e Oeste ao qual estava afecta uma área de 3.085 hectares. Face aos valores apresentados, verifica-se que o Ribatejo é o maior produtor nacional em área e em número de explorações.

FIGURA 40– EVOLUÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO DE PÊSSEGO

Região		1999	% C	2000	% C	2001	% C	2002	% C	2003	% C	2004	% C	2005	% C	Média 01/05	% C
E. Douro e Minho	Área	241	3	241	3	241	3	241	4	241	4	238	4	238	4	240	4
	Rend.	7 928		7 138		2 801		7 705		4 701		5 122		6 324		5 329	
	Prod.	1 911	3	1 720	3	675	3	1 857	3	1 133	2	1 219	2	1 505	3	1 278	3
Trás-os-Montes	Área	587	8	589	8	596	9	583	9	597	9	600	9	594	10	594	9
	Rend.	7 558		5 378		5 040		8 520		7 799		6 428		4 705		6 492	
	Prod.	4 440	6	3 167	5	2 997	11	4 967	8	4 656	8	3 857	7	2 795	6	3 854	8
Beira Litoral	Área	306	4	305	4	305	4	305	5	305	5	305	5	305	5	305	5
	Rend.	9 173		9 173		6 403		7 266		7 033		6 597		7 374		6 932	
	Prod.	2 795	4	2 795	4	1 953	7	2 213	4	2 145	4	2 012	4	2 249	5	2 114	4
Beira Interior	Área	1 501	21	1 501	21	1 552	22	1 552	23	1 552	24	1 552	25	1 550	25	1 552	24
	Rend.	12 249		10 362		2 501		7 755		9 854		8 052		7 729		7 178	
	Prod.	18 383	26	15 551	25	3 881	15	12 036	20	15 294	27	12 497	24	11 980	24	11 138	23
Ribatejo e Oeste	Área	3 492	48	3 307	46	3 105	44	2 812	42	2 606	40	2 562	41	2 562	41	2 729	42
	Rend.	9581		9 033		3 924		10 144		9 130		9 172		8 804		8 101	
	Prod.	33 384	47	29 973	47	12 183	46	28 526	48	23 792	42	23 499	45	22 555	46	22 111	45
Alentejo	Área	561	8	647	9	636	9	612	9	579	9	544	9	544	9	583	9
	Rend.	6 982		6 021		3 267		5 739		5 938		5 340		5662		5 150	
	Prod.	3 917	6	3 892	6	2 078	8	3 501	6	3 438	6	2 905	6	3 080	6	3 000	6
Algarve	Área	529	7	538	8	551	8	572	9	578	9	515	8	443	7	532	8
	Rend.	12 000		12 000		5 174		11 998		10 751		11 276		11 456		10 083	
	Prod.	6 348	9	6 456	10	2 851	11	6 863	11	6 241	11	5 807	11	5 075	10	5 362	11
Continente	Área	**7 216**	**100**	**7 127**	**100**	**6 985**	**100**	**6 675**	**100**	**6 458**	**100**	**6 316**	**100**	**6 236**	**100**	**6 534**	**100**
	Rend.	**9 864**		**8 904**		**3 811**		**8 983**		**8 775**		**8 201**		**7 896**		**7 478**	
	Prod.	**71 178**	**100**	**63 455**	**100**	**26 618**	**100**	**59 963**	**100**	**56 672**	**100**	**51 796**	**100**	**49 239**	**100**	**48 858**	**100**

Area - ha; Rend. - Kg/ha; Prod. - t

Fonte: INE

No entanto, e apesar de se verificar que o Ribatejo e Oeste é a região com maior produção a nível nacional, os últimos anos têm sido marcados por uma ligeira tendência de redução da área de pessegueiros, tendo passado de 3.492 hectares em 1999 para 2.562 hectares em 2005. Em 2005, esta região tinha uma representatividade de 42% e 45%, respectivamente na área e na produção total do continente.

Na Andaluzia, segundo dados estatísticos da Consejeria de Agricultura, Pescas y Medio Ambiente da Junta de Andalucia, a produção de pêssegos e nectarinas atinge em 2010 as 147.000 toneladas. Tradicionalmente, e apesar de a produção ser significativa, as regiões autónomas espanholas com maiores valores para a produção de pêssegos e nectarinas são as comunidades de Múrcia e de Aragão.

Se olharmos para os dados da FAO relativos ao ano de 2010, facilmente verificamos que as cerca de 49 mil toneladas de pêssegos e nectarinas produzidas em Portugal são parcas face aos valores apresentados pela China, o maior produtor de pêssegos e nectarinas do mundo, com uma produção que ascende 10.000.000 toneladas em 2010.

Apesar do destaque que a China oferece a nível mundial, outros são os países que produzem anualmente toneladas de pêssegos e nectarinas, como por exemplo Itália e Espanha que ocupam, respectivamente o 2º e 3º lugar no ranking mundial. Ainda de acordo com os dados estatísticos fornecidos pela FAO, em 2010 a Itália produziu 1.590.660 toneladas de pêssegos e nectarinas, enquanto que, em Espanha a produção atingiu as 1.134.750 toneladas.

FIGURA 41 – RANKING DOS 20 MAIORES PRODUTORES DE PÊSSEGOS E NECTARINAS (2010)

Ranking	País	Produção (Ton)
1	China	10 718 048
2	Itália	1 590 660
3	Espanha	1 134 750
4	EUA	1 044 440
5	Grécia	639 400
6	Turquia	534 903
7	Irão	500 000
8	Chile	357 000
9	França	324 401
10	Argentina	318 000
11	India	286 500
12	Egipto	273 256
13	México	227 421
14	Brasil	220 739
15	Argélia	174 200
16	África do Sul	152 240
17	Coreia do Sul	138 580
18	Japão	136 700
19	Tunísia	121 100
20	Coreia do Norte	116 000

Fonte:FAO

ALGUMAS CONCLUSÕES

Da análise dos valores de produção de cada uma das regiões verificamos que a produção de pêssegos e nectarinas no Ribatejo fica abaixo dos valores obtidos na região andaluza e, francamente inferior aos da produção mundial.

Pêssego	Ribatejo e Oeste	Andaluzia
Área (Ha)	2.562	10.000
Produção (Ton)	22.555	147.490

Fonte: Instituto Nacional de Estatística P ortugal e Junta de Andalucia

Outra das produções com grande destaque no Ribatejo é a produção de **morangos**. O morango, fruto do morangueiro, uma planta de renovação anual, pertencente à família das Rosáceas.

Apesar de encontrarmos morangos no mercado ao longo de todo o ano, devido à utilização de variedades com produções escalonadas, o pico da produção ocorre durante o mês de Abril. Contudo, muitos produtores estão a apostar numa produção mais intensa no período entre o Natal e o Carnaval, altura em que os preços são mais elevados e depois a partir de meados de Maio até ao final do Verão, altura em que, devido às elevadas temperaturas, os espanhóis não conseguem produzir.

A maioria dos produtores cultiva as suas áreas após contratualização da produção com as grandes superfícies. No mercado interno, o morango é comercializado através das grandes superfícies de venda, dos mercados abastecedores dos grandes centros urbanos e dos mercados regionais. Os frutos que não possuem qualidade ou calibre para a comercialização em fresco são canalizados para a indústria de transformação.

A balança comercial é deficitária – as vendas ao exterior são modestas, comparativamente às aquisições. Contudo, as expedições de morango nacional têm aumentado nas últimas campanhas. O Reino Unido, a França, a Holanda e alguns países do norte da Europa são mercados onde o morango português tem boa aceitação.

A cultura em hidroponia, que permite boas produtividades e uniformidade dos frutos, a par da redução do consumo de água e nutrientes, tem vido a aumentar. Alguns dos maiores produtores têm vindo a proceder à substituição dos estufins por túneis altos, nos quais podem trabalhar máquinas, contando assim reduzir custos, para além dos tratamentos fitossanitários poderem ser efectuados com maior facilidade e segurança.

A tendência aponta para um incremento do sistema de produção em substrato e para se estender o calendário de produção e comercialização, de modo a que haja oferta durante todo o ano e menor concentração nos habituais picos de oferta.

Em Portugal, esta cultura ocupa uma área de 550 hectares, que dá origem a uma produção anual superior a 12.000 toneladas e as regiões com mais peso na produção são o Algarve, o Ribatejo e Oeste e o Alentejo.

Na Andaluzia, a produção de morango em 2010 atingiu as 268.000 toneladas para uma superfície de cerca de 6.600 hectares, segundo dados da Consejeria de Agricultura, Pescas y Medio Ambiente da Junta de Andalucia.

A Andaluzia é assim a região autónoma com maior valor de produção a nível nacional, com o destaque para a região de Huelva.

Para perceber a importância deste fruto à escala mundial, segundo as estatísticas da FAO para os 20 maiores países produtores de morango, apresentamos as produções verificadas em 2010.

Os EUA aparecem em grande destaque com uma produção que ultrapassa um milhão de toneladas em 2010. Outro dos países com destaque a nível mundial é a Espanha que ocupa o terceiro lugar no ranking com uma produção de 275 mil toneladas.

Em Portugal, tal como fora referida anteriormente, a produção anual atinge as 12 mil toneladas. Trata-se, efectivamente, de um valor aquém dos valores referidos no ranking mundial elaborado pela FAO.

Trata-se, no entanto, de um valor que facilmente poderá ser ultrapassado visto que Portugal, e em especial algumas regiões, como o Ribatejo, dadas as condições edafo-climáticas e os solos ricos que as caracterizam, apresentam grande potencial de crescimento.

FIGURA 42– RANKING DOS 20 MAIORES PRODUTORES DE MORANGO (2010)

Ranking	País	Produção (Ton)
1	EUA	1 292 780
2	Turquia	299 940
3	Espanha	275 300
4	Egipto	238 432
5	Coreia do Sul	231 803
6	México	226 657
7	Japão	177 500
8	Polónia	176 748
9	Rússia	165 000
10	Alemanha	156 911
11	Itália	153 875
12	Marrocos	140 600
13	Reino Unido	102 900
14	Ucrânia	57 200
15	Bielorrúsia	55 000

16	Colômbia	47 317
17	França	46 557
18	Chile	44 300
19	Holanda	43 000
20	Sérvia	32 973

Fonte: FAO

FIGURA 43– RANKING DOS 20 MAIORES PRODUTORES DE MIRTILO (2010)

Ranking	País	Produção (Ton)
1	EUA	188 150
2	Canadá	83 507
3	Polónia	9 946
4	Alemanha	8 305
5	Holanda	4 700
6	Suécia	2 800
7	Nova Zelândia	2 600
8	Roménia	2 200
9	Rússia	1 900
10	Lituânia	1 800
11	Itália	1 400
12	Espanha	1 000
13	Ucrânia	1 000
14	Uzbequistão	800
15	Letónia	770
16	França	670
17	Portugal	290
18	México	106
19	Marrocos	70
20	Noruega	33

Fonte:FAO

No que concerne à produção de framboesas, Rússia, Polónia e Sérvia preenchem os lugares cimeiros a nível mundial. O principal produtor de framboesa, a Rússia, alcançou em 2010 uma produção de 125 mil toneladas.

FIGURA 44 – RANKING DOS 20 MAIORES PRODUTORES DE FRAMBOESA (2010)

Ranking	País	Produção (Ton)
1	Rússia	125 000
2	Polónia	87 556
3	Sérvia	83 870
4	EUA	31 207
5	Ucrânia	25 700
6	Reino Unido	17 000
7	México	14 343
8	Canadá	11 864
9	Azerbaijão	10 100
10	Espanha	10 000
11	Bósnia	7 937
12	França	6 406
13	Bulgária	6 109
14	Alemanha	5 212
15	Hungria	3 184
16	Quirguistão	2 300
17	Itália	1 990
18	Noruega	1 954
19	Suiça	1 500
20	Lituânia	1 499

Fonte:FAO

Na Andaluzia a produção de framboesa ultrapassou as 8.000 toneladas em 2010. Segundo dados da Consejeria de Agricultura, Pescas y Medio Ambiente da Junta de Andalucia, a produção de framboesa foi de 8.263 toneladas para uma superfície cultivada de 910 hectares.

A produção espanhola de framboesa localiza-se principalmente na Andaluzia, na Província de Huelva, e representa a zona produtora mais importante da Europa para o mercado fresco.

Em Portugal, segundo o Instituto Nacional de Recursos Biológicos/ Estação Agronómica Nacional, a produção de framboesas foi de aproximadamente 500 toneladas para uma área cultivada de 50 hectares.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Com as produções apresentadas para cada uma das regiões facilmente se conclui que a Andaluzia supera largamente os valores apresentados pelo Ribatejo.

Com uma área cultivada de cerca de 16 hectares, o Ribatejo obtém uma produção de 160 toneladas, em contraposição com os valores andaluzes, cuja produção em 2010 foi de 8.263 toneladas para uma área cultivada de 910 hectares.

Framboesa	Ribatejo e Oeste	Andaluzia
Área (Ha)	10	910
Produção (Ton)	160	8 263

Fonte: Instituto Nacional de Recursos Biológicos/ Estação Agronómica Nacional e Junta de Andaluzia

O Melão é uma fruta provavelmente nativa do Médio Oriente. Entre os maiores produtores de melão, encontram-se países tão díspares e distantes entre si, como a China e os Estados Unidos ou a Turquia e a Espanha, a qual ocupa o 4º lugar no ranking de maiores produtores mundiais de melão.

Cerca de 70% da produção mundial de melão concentra-se na Ásia, sendo a China o maior produtor com um peso próximo dos 50%. Seguem-se-lhe, por ordem de importância a Turquia, o Irão, a Espanha e os Estados Unidos da América, que, em conjunto, têm um contributo de cerca de 20% na produção mundial. O México, o Egipto, Marrocos, a Roménia e a Itália são também importantes produtores, embora com produções inferiores.

Em Portugal, a área de cultura é de 3.865 ha, atingindo-se uma produção anual de 92 mil toneladas, que tem vindo a crescer nos últimos anos. As áreas de mercado mais representativas são: Vila Franca de Xira, Almeirim, Alpiarça, Beja, Moura e Algarve.

A balança comercial é deficitária. O principal fornecedor do mercado nacional é a Espanha, com uma quota de 85%, e em período de contra-estação, a Costa Rica e o Brasil que, em conjunto representam 10%. As vendas ao exterior são modestas, comparativamente às aquisições, mas têm vindo a aumentar, nomeadamente as vendas para Itália e Espanha.

Relativamente ao melão, a Andaluzia, produziu em 2010, e segundo dados da Consejeria de Agricultura, Pescas y Medio Ambiente da Junta de Andalucia, 227.000 toneladas, para uma área cultivo de 7.700 hectares.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Face aos valores apresentados, verifica-se que os valores apresentados para a Andaluzia são significativos, representando o melão uma das ofertas da região.

No Ribatejo, obteve-se uma produção de cerca de 46.000 toneladas, para uma área cultivada de 1.900 hectares.

Melão	Ribatejo e Oeste	Andaluzia
Área (Ha)	1 933	7 790
Produção (Ton)	46 000	227 026

Fonte: OMAAIAA e Junta de Andaluzia

A melancia é originária das regiões secas da África tropical, tendo um centro de diversificação secundário no Sul da Ásia.

A melancia é a cultura cucurbitácea com maior produção a nível mundial. De acordo com os dados da FAO para 2010, a Ásia produz cerca de 81,54% da produção mundial de melancia, seguido da América com 6,79%, a Europa com 6,26%, África com 5,26% e Oceânia com 0,15%.

Ainda de acordo com os dados da FAO, em 2010, a China é o principal produtor mundial com 56 milhões de toneladas de melancia. E a nível europeu, destaca-se a Espanha com uma produção de 782 mil toneladas em 2010.

FIGURA 45– RANKING DOS 20 MAIORES PRODUTORES DE MELANCIA (2010)

Ranking	País	Produção (Ton)
1	China	56 649 725
2	Irão	3 466 880
3	Turquia	3 683 100
4	Brasil	1 870 400
5	EUA	1 866 660
6	Egipto	1 637 090
7	México	1 036 800
8	Argélia	946 200
9	Espanha	782 400
10	Cazaquistão	753 590
11	Coreia do Sul	678 810
12	Rússia	1 151 580
13	Tailândia	527 836
14	Síria	538 700
15	Grécia	492 700
16	Uzbequistão	1 182 400
17	Marrocos	452 935
18	Ucrânia	626 500
19	Mali	430 995
20	Vietnam	416 400

Fonte:FAO

Na Andaluzia, de acordo com os dados fornecidos pela departamento de estatística da Consejeria de Agricultura, Pescas y Medio Ambiente da Junta de Andalucia, a produção de melancia em 2010 ultrapassou as 450.000 toneladas.

De acordo com os dados fornecidos pela FAO (para 2010), verificou-se que, ocupando a Espanha o 9º lugar no ranking mundial da produção de melancia com 782.400 toneladas, mais de metade da produção nacional tem origem na Andaluzia. Face à representatividade que a Andaluzia ocupa na produção nacional espanhola poder-se-á afirmar que o fruto aqui apresentado constitui uma das ofertas frutícolas relevantes da região.

FIGURA 46– EVOLUÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO DE LARANJA, POR REGIÃO, EM PORTUGAL CONTINENTAL

Região		1999	% C	2000	% C	2001	% C	2002	% C	2003	% C	2004	% C	2005	% C	Média 01/05	% C
E. Douro e Minho	Área	510	3	510	2	510	2	510	2	510	2	510	2	510	2	510	2
	Rend.	10 000		9 968		9 739		10 502		10 371		10 112		9 167		9 978	
	Prod.	5 100	3	5 084	2	4 967	2	5 356	2	5 289	2	5 157	2	4 675	2	5 089	2
Trás-os-Montes	Área	543	3	542	3	543	3	550	3	543	3	544	3	538	3	544	3
	Rend.	11 178		10 951		9 094		6 375		7 455		7 551		6 768		7 447	
	Prod.	6 071	3	5 939	2	4 936	2	3 506	1	4 048	2	4 108	2	3 641	2	4 048	2
Beira Litoral	Área	1 066	5	1 056	5	1 056	5	1 056	5	1 056	5	1 066	5	1 066	5	1 066	5
	Rend.	11 972		11 972		10 268		10 826		9 199		9 199		6 859		9 270	
	Prod.	12 640	6	12 640	5	10 843	6	11 432	4	9 714	4	9 714	4	7 243	3	9 789	4
Beira Interior	Área	357	2	357	2	356	2	356	2	356	2	356	2	353	2	355	2
	Rend.	11 416		11 416		10 876		10 876		10 876		10 236		7 739		10 125	
	Prod.	4 071	2	4 071	2	3 872	2	3 872	1	3 872	1	3 644	2	2 732	1	3 598	1
Ribatejo e Oeste	Área	2 840	14	2 827	14	2 825	14	2 732	13	2 741	13	2741	13	2 997	15	2 807	14
	Rend.	11 987		11 754		10 228		10 749		10 286		9 978		6 970		9 596	
	Prod.	34 038	17	33 228	13	28 894	13	29 365	11	28 194	11	27 349	11	20 890	10	26 938	11
Alentejo	Área	2 088	10	2 088	10	2 053	10	1 989	10	1 967	9	1 967	10	1 979	10	1 991	10
	Rend.	9 853		9 471		9 187		9 221		8 238		8 157		4 396		7 850	
	Prod.	20 573	10	19 775	8	18 861	9	18 340	7	16 204	6	16 045	7	8 700	4	15 630	7
Algarve	Área	13 000	64	13 127	64	13 371	65	13 596	65	13 672	66	13 458	65	13 126	64	13 445	65
	Rend.	9 323		12 732		10 620		14 544		14 610		12 962		12 271		13 016	
	Prod.	121 201	60	167 131	67	142 000	66	197 743	73	199 743	75	174 446	73	161 065	77	174 999	73
Continente	Área	**20 393**	**100**	**20 507**	**100**	**20 714**	**100**	**20 789**	**100**	**20 845**	**100**	**20 632**	**100**	**20 559**	**100**	**20 706**	**100**
	Rend.	**9 988**		**12 087**		**10 349**		**12 969**		**12 812**		**11 655**		**10 163**		**11 594**	
	Prod.	**203 694**	**100**	**247 867**	**100**	**214 373**	**100**	**269 614**	**100**	**267 064**	**100**	**204 463**	**100**	**208 946**	**100**	**240 092**	**100**

Area - ha; Rend. - Kg/ha; Prod. - t

Fonte: INE

A laranja é a segunda espécie, a seguir à maçã, com maior volume de produção de frutos frescos a nível do Continente. O mercado dispõe de diversas variedades de laranjas com particularidades no seu sabor, suculência, dimensão, condições de cultura e de produtividade diferentes. Isto permite que se possa escolher o tipo mais adequado para cada emprego concreto, quer seja para o seu consumo como fruta de mesa, sumos ou para o fabrico de diferentes derivados.

Normalmente a comercialização da laranja é efectuada após a colheita, pois as estruturas de frio são escassas, recorrendo-se a estas apenas no caso de excesso de oferta e apenas para conservação, uma vez que a laranja não amadurece após a colheita.

Em, Portugal, a comercialização ocorre durante todo o ano, graças à utilização de variedades de meia estação e tardias.

No circuito de comercialização destacam-se, como principais intervenientes, os armazenistas, os produtores individuais com alguma dimensão e as Organizações de Produtores Reconhecidas, neste caso, apenas no Algarve. No mercado interno, os frutos destinam-se, na maioria, às grandes superfícies de venda, aos mercados abastecedores dos grandes centros urbanos e aos mercados regionais, sendo uma pequena parte canalizada para a indústria de transformação.

No Ribatejo e Oeste esta cultura tem vindo a perder importância e, como não tem havido investimento no sector, muita da produção é canalizada para a indústria, por falta de qualidade para a comercialização em fresco. No Algarve, a entrada em funcionamento do perímetro de rega do Sotavento Algarvio, assim como o recente alargamento da UE aos novos estados membros, poderão ser factores estimulantes a investimentos em novas plantações.

A balança comercial é deficitária. O principal fornecedor do mercado nacional é a Espanha, com uma quota de 62% e, em período de contra estação, a Argentina, o Brasil, o Uruguai e a África do Sul, que em conjunto, representam 2,6%. As vendas ao exterior destinam-se na quase totalidade à União europeia, com destaque para Espanha.

Na região andaluza, face aos valores apresentados pelo departamento de estatística da Consejeria de Agricultura, Pescas y Medio Ambiente da Junta de Andalucia, a produção de laranjas em 2010 ultrapassou a barreira de 1.000.000 toneladas.

Poder-se-á afirmar que a laranja é produto frutícola mais importante para a região, representando 38% da produção nacional espanhola.

De acordo com os dados da FAO, para 2010, o Brasil é o principal produtor de laranja a nível mundial, com uma produção superior a 18.000 toneladas. Dos países europeus, a Espanha destaca-se com uma produção em 2010 de 3.120 toneladas.

FIGURA 47– RANKING DOS 20 MAIORES PRODUTORES DE LARANJA (2010)

Ranking	País	Produção (Ton)
1	Brasil	18 101 700
2	EUA	7 477 920
3	India	5 966 400
4	China	5 003 289
5	México	4 051 630
6	Espanha	3 120 000
7	Egipto	2 401 020
8	Itália	2 393 660
9	Indonésia	2 028 900
10	Turquia	1 710 500
11	Paquistão	1 505 000
12	Irão	1 502 820
13	África do Sul	1 414 590
14	Marrocos	849 197
15	Argentina	833 486
16	Grécia	770 000
17	Argélia	740 000
18	Vietnam	729 400
19	Síria	668 900
20	Gana	556 100

Fonte:FAO

ALGUMAS CONCLUSÕES

Com as produções apresentadas para cada uma das regiões facilmente se conclui que a Andaluzia supera largamente os valores apresentados pelo Ribatejo.

Com uma área cultivada de 2.997 hectares, o Ribatejo obtém uma produção de 20.890 toneladas, em contraposição com os valores andaluzes, cuja produção em 2010 foi de 1.198.735 toneladas para uma área cultivada de 56.808 hectares.

Laranja	Ribatejo e Oeste	Andaluzia
Área (Ha)	2 997	56 808
Produção (Ton)	20 890	1 198 735

Fonte: Instituto Nacional de Estatística Portugal e Junta de Andaluzia

As diferenças são assim significativas, com os valores de produção por hectare significativamente diferentes. Assim, podemos verificar que no Ribatejo, a produção por hectare foi de 7 toneladas, na Andaluzia, os valores obtidos são superiores, com produções de 21 toneladas por hectare.

Também a **tangerina** é uma das ofertas com significado na região do Ribatejo. Este pequeno citrino, é uma espécie pertencente à família das Rutáceas, com características similares às da laranja.

Em Portugal, Os pomares de citrinos de pequeno fruto, onde se incluem as tangerinas, clementinas, satsumas e tângeras, estão concentrados na região do Algarve, que tem uma representatividade de 90% na área e 57% no número de explorações, face ao total do Continente, como se pode constatar no quadro abaixo indicado:

FIGURA 48– REPARTIÇÃO REGIONAL DA ÁREA E DAS EXPLORAÇÕES COM TANGERINEIRAS E TANGEREIRAS POR CLASSE DE ÁREA

	Classes de área (ha)										
	< 2		2 a <5		5 a < 10		>= 10		Total		
Região Agrária	Área (ha)	N.º Expl.	Área (ha)	N.º Expl.	Área (ha)	N.º Expl.	Área (ha)	N.º Expl.	Área (ha)	N.º Expl.	Área/ exploração (ha)
E. Douro e Minho	88	1291			11	...			99	1 291	0,1
Trás-os-Montes	28	178	6	...	6	...		...	39	178	0,2
Beira Litoral	26	460	2	...					28	460	0,1
Beira Interior	28	499							28	499	0,1
Ribatejo e Oeste	145	1 188	51	21					196	1 209	0,2
Alentejo	61	639	15	6					76	645	0,1
Algarve	1 776	5 104	1 002	340	695	101	539	38	4 012	5 583	0,7
Continente	**2 151**	**9 359**	**1 075**	**367**	**712**	**101**	**539**	**38**	**4 478**	**9 865**	**0,5**

Fonte: Inquérito à Horticultura 2000

O Algarve é, por excelência, a região de produção e expedição de citrinos de pequeno fruto, com uma representatividade de cerca de 90% na área e na produção total do Continente, no que concerne ao grupo das tangerinas e clementinas, sendo o Ribatejo e Oeste a segunda região maior produtora.

FIGURA 49– EVOLUÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO DE TANGERINA, POR REGIÃO, EM PORTUGAL CONTINENTAL

Região		1999	% C	2000	% C	2001	% C	2002	% C	2003	% C	2004	% C	2005	% C	Média 01/06	% C
E. Douro e Minho	Área	99	2	99	2	100	2	100	2	100	2	100	2	100	2	100	2
	Rend.	10 000		10 000		9 090		9 580		9 400		9 037		8 190		9 059	
	Prod.	985	2	985	2	909	2	958	2	940	2	907	2	819	2	907	2
Trás-os-Montes	Área	39	1	39	1	39	1	39	1	38	1	38	1	38	1	38	1
	Rend.	9 867		9 791		9 852		6 410		7 842		8 539		6 983		7 930	
	Prod.	387	1	383	1	386	1	250	0	298	1	320	1	262	0	303	1
Beira Litoral	Área	27	1	27	1	27	1	27	1	27	1	27	1	27	1	27	1
	Rend.	13 232		13 370		13 185		13 333		12 148		12 148		9 704		12 104	
	Prod.	360	1	361	1	356	1	360	1	328	1	328	1	262	0	327	1
Beira Interior	Área	22	0	23	1	23	1	23	1	23	0	24	1	24	1	23	1
	Rend.	8 450		8 217		8 043		8 043		8 043		6 417		5 042		7 094	
	Prod.	189	0	189	0	185	0	185	0	185	0	154	0	121	0	166	0
Ribatejo e Oeste	Área	178	4	179	4	172	4	172	4	171	4	171	4	172	4	172	4
	Rend.	11 068		11 877		11 215		11 215		11 865		10 602		7 413		10 575	
	Prod.	1 973	4	2 126	5	1 929	4	2 027	4	2 029	3	1 813	3	1 275	2	1 815	3
Alentejo	Área	116	3	116	3	117	3	120	3	145	3	145	3	144	3	134	3
	Rend.	10 010		9 622		8 701		18 583		10 441		11 317		6 458		10 928	
	Prod.	1 161	3	1 116	3	1 018	2	2 230	4	1 514	3	1 641	3	930	2	1 467	3
Algarve	Área	4 072	89	4 085	89	4 097	90	4 107	90	4 118	89	3 975	89	3 973	89	4 054	89
	Rend.	10 000		8 900		10 000		12 000		13 061		13 518		13 413		12 386	
	Prod.	40 720	89	36 367	88	40 970	90	49 284	89	53 787	91	53 734	91	53 288	94	50 213	91
Continente	Área	**4 554**	**100**	**4 569**	**100**	**4 575**	**100**	**4 588**	**100**	**4 622**	**100**	**4 480**	**100**	**4 478**	**100**	**4 549**	**100**
	Rend.	**10 053**		**9 090**		**10 000**		**12 052**		**12 783**		**13 147**		**12 721**		**12 135**	
	Prod.	**45 776**	**100**	**41 528**	**100**	**45 753**	**100**	**55 294**	**100**	**59 081**	**100**	**58 897**	**100**	**56 967**	**100**	**55 196**	**100**

Area - ha; Rend. - Kg/ha; Prod. - t

Fonte: INE

Na Andaluzia, os valores apresentados pela Consejeria de Agricultura, Pescas y Medio Ambiente da Junta de Andalucia, indicam que a produção de tangerina em 2010 foi de 287.000 toneladas.

Tangerina	Ribatejo e Oeste	Andaluzia
Área (Ha)	172	14 948
Produção (Ton)	1 275	287 366

Fonte: Instituto Nacional de Estatística Portugal e Junta de Andaluzia

ALGUMAS CONCLUSÕES

Se analisarmos as produções de ambas as regiões percebemos que a diferença de valores é significativa.

Da região cultivada do Ribatejo, apenas 172 hectares estão afectos ao cultivo de tangerinas, obtendo uma produção de 1.275 toneladas.

Em oposição, na Andaluzia, a área dedicada à produção de tangerinas é de 14.948 hectares, obtendo uma produção de 287.366 toneladas em 2010.

Outro dos frutos de grande importância para a economia nacional, e de particular relevância para a região do Ribatejo e Oeste, é a uva de mesa.

A vinha foi uma das primeiras plantas cultivadas pelo homem, motivo pelo qual desempenhou um papel muito significativo na economia das antigas civilizações. Após a mistificação do vinho pelo cristianismo, a cultura da vinha provou um grande desenvolvimento, que subsistiu até aos nossos dias.

As suas inúmeras variedades apresentam características distintas na forma, tamanho, tonalidade, qualidade, produtividade, etc.

Hoje em dia, cultiva-se nas regiões temperadas de todo o mundo, sendo que a China lidera a produção mundial. Na Europa destaca-se a Itália, a Espanha e a França como os maiores produtores mundiais. O Continente Americano contribui em grande parte para a produção mundial, sendo os Estados Unidos da América, o Chile e a Argentina os maiores produtores.

FIGURA 52– RANKING DOS 20 MAIORES PRODUTORES DE CITRINOS DE PEQUENOS FRUTOS (2010)

Ranking	País	Produção (Ton)
1	China	8 651 831
2	Itália	7 787 800
3	EUA	6 777 730
4	Espanha	6 107 200
5	França	5 848 960
6	Turquia	4 255 000
7	Chile	2 755 700
8	Argentina	2 616 610
9	Irão	2 255 670
10	Austrália	1 684 350
11	Egipto	1 360 250
12	Brasil	1 351 160
13	África do Sul	1 261 310
14	Alemanha	1 007 900
15	Grécia	1 002 900
16	Uzbequistão	987 300
17	Portugal	945 400
18	Índia	880 700
19	Roménia	740 118
20	Afeganistão	611 320

Fonte:FAO

Em Portugal, a cultura de uva de mesa ocupa uma área de cerca de 6.000 hectares, obtendo-se uma produção anual superior a 50.000 toneladas.

As áreas de mercado mais representativas são: Algarve, Alenquer, Ribatejo, Palmela e Ferreira do Alentejo. As

regiões do Algarve e do Ribatejo concentram, em conjunto, cerca de 85% da área e 90 % da produção total de uva de mesa do Continente. A produção de uva sem grainha, ainda em reduzida escala, destina-se maioritariamente ao mercado inglês, grande apreciador deste tipo de uva.

Relativamente à balança comercial esta apresenta-se, no entanto, muito deficitária. As vendas ao exterior são muito modestas, comparativamente às aquisições. A uva portuguesa tem grande aceitação em mercados como Espanha, Itália, França, Bélgica, Alemanha e Federação Russa. O principal fornecedor do mercado nacional é a Espanha e, em período de contra estação, a África do Sul e o Chile.

FIGURA 53– ENTRADA E SAÍDA DE UVA (2010)

Produto	Entrada		Saída	
	Toneladas	1000 euros	Toneladas	1000 euros
Uvas frescas	30 743	39 166	6 416	8 409

Fonte: Estatísticas Agrícolas 2011

Na Andaluzia, a produção de uva de mesa atingiu as 37.110 toneladas para uma área de exploração de 3.293 hectares.

A nível mundial, segundo a FAO para o ano de 2010, o maior produtor mundial de uva é China, com uma produção de 8.651.831 toneladas. Espanha ocupa o 4º lugar na tabela, e Portugal encontra-se no 17º lugar com uma produção total de 945.400 toneladas em 2010.

FIGURA 54 – RANKING DOS 20 MAIORES PRODUTORES DE UVA (2010)

Ranking	País	Produção (Ton)
1	China	8 651 831
2	Itália	7 787 800
3	EUA	6 777 730
4	Espanha	6 107 200
5	França	5 848 960
6	Turquia	4 255 000
7	Chile	2 755 700
8	Argentina	2 616 610
9	Irão	2 255 670
10	Austrália	1 684 350
11	Egipto	1 360 250
12	Brasil	1 351 160
13	África do Sul	1 261 310
14	Alemanha	1 007 900
15	Grécia	1 002 900
16	Uzbequistão	987 300
17	Portugal	945 400
18	Índia	880 700
19	Roménia	740 118
20	Afeganistão	611 320

Fonte:FAO

ALGUMAS CONCLUSÕES

Da região cultivada do Ribatejo, cerca de 3.400 hectares estão afectos ao cultivo de uva de mesa, obtendo uma produção de 29.000 toneladas.

Em oposição, na Andaluzia, a área dedicada à produção de tangerinas é de 3.436 hectares, obtendo uma produção de 34.903 toneladas.

Uva de Mesa	Ribatejo e Oeste	Andaluzia
Área (Ha)	3 480	3 436
Produção (Ton)	29 000	34 903

Fonte: OMAIAA e Junta de Andaluzia

PRODUTOS LÍDER

Em termos de localização geográfica, as Indústrias Alimentares apresentavam, em 2009, uma elevada concentração junto do litoral, nomeadamente nos Distritos de Lisboa e Porto. No entanto, quando se avalia a localização geográfica por volume de negócios, constata-se uma maior relevância do distrito de Santarém, bem como de alguns distritos do interior do país.

Trata-se efectivamente de uma realidade aparentemente paradoxal que se justifica pela qualidade dos recursos disponíveis na região. Com uma percentagem elevada de superfície agrícola utilizada e com condições edafo-climáticas que propiciam o cultivo de muitos dos produtos utilizados como input do sector agro-industrial, a produção apresentada no distrito de Santarém é, comparativamente a outras regiões, de maior e melhor qualidade.

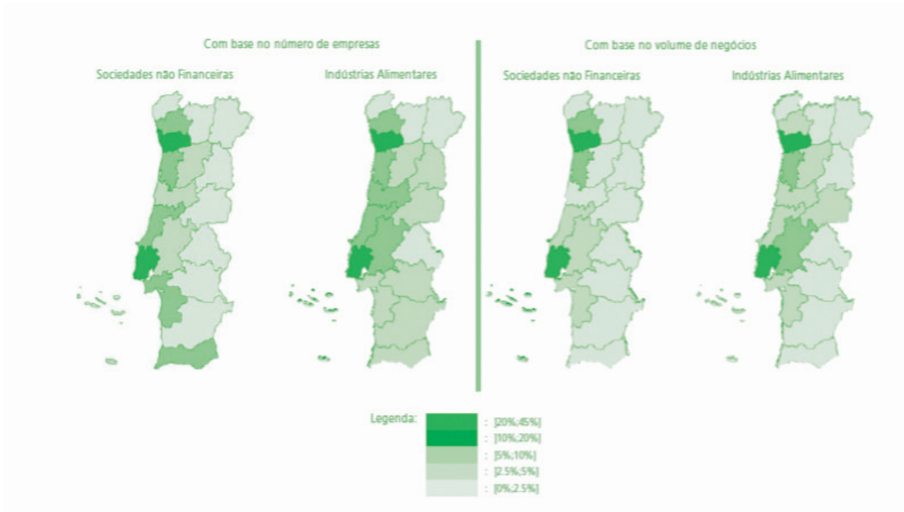


Figura 55 – Produção do sector agro-industrial

No que respeita às localizações em 2009 de cada grupo da CAE que integra as Indústrias Agro-Alimentares, destacam-se os distritos de Lisboa e Porto que surgem sistematicamente como as localizações mais relevantes.

FIGURA 56– SECTOR AGRO-INDUSTRIAL POR CAE

Produto		N.º de Empresas		Volume de Negócios		Pessoas ao Serviço	
		Distrito (TOP 3)	% do total	Distrito (TOP 3)	% do total	Distrito (TOP 3)	% do total
CAE 101	Abate de animais, Preparação e Conservação de carne e de produtos à base de carne	Lisboa	13,3 %	Lisboa	30,7 %	Lisboa	27,9 %
		Porto	9,4 %	Santarém	13,7 %	Braga	11,1 %
		Braga	8,7 %	Coimbra	11,2 %	Coimbra	9,5 %
CAE 102	Preparação e conservação de peixes, crustáceos e molucos	Aveiro	17,5 %	Lisboa	19,3 %	Aveiro	16,5 %
		Porto	14,4 %	Aveiro	17,0 %	Porto	14,2 %
		Leiria	11,3%	Viseu	12,9 %	Ponta Delgada	11,5 %
CAE 103	Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	Lisboa	15,6 %	Santarém	30,7 %	Santarém	21,5 %
		Santarém	9,2 %	Lisboa	19,8 %	Lisboa	21,3 %
		Setúbal	8,1 %	Coimbra	8,7 %	Coimbra	12,8 %
CAE 104	Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	Castelo Branco	22,9 %	Lisboa	61,6 %	Lisboa	36,1 %
		Santarém	11,9 %	Setúbal	11,1 %	Beja	12,8 %
		Bragança	9,9 %	Viseu	8,1 %	Aveiro	12,5 %
CAE 105	Indústria de Lacticínios	Lisboa	10,7 %	Porto	45,3 %	Porto	27,8 %
		Évora	10,0 %	Ponta Delgada	14,1 %	Ponta Delgada	15,9 %
		Guarda	9,7 %	Castelo Branco	11,9 %	Lisboa	13,8 %
CAE 106	Transformação de cereais e Leguminosas; Fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins	Porto	18,5 %	Porto	30,4 %	Porto	26,8 %
		Lisboa	14,5 %	Lisboa	20,8 %	Lisboa	18,5 %
		Santarém	12,1 %	Aveiro	16,5 %	Braga	12,7 %
CAE 107	Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	Porto	20,8 %	Lisboa	26,3 %	Lisboa	20,2 %
		Lisboa	12,6 %	Porto	19,4 %	Porto	18,5 %
		Aveiro	12,1 %	Aveiro	8,6 %	Santarém	9,2 %
CAE 108	Fabricação de outros produtos alimentares	Lisboa	27,2 %	Lisboa	64,6 %	Lisboa	48,6 %
		Porto	20,1 %	Porto	14,0 %	Porto	17,8 %
		Braga	8,0 %	Santarém	8,3 %	Santarém	6,5 %
CAE 109	Fabricação de alimentos para animais	Lisboa	29,0 %	Lisboa	31,1 %	Lisboa	23,6 %
		Leiria	16,8 %	Leiria	18,4 %	Leiria	14,9 %
		Santarém	13,0 %	Santarém	13,3 %	Santarém	12,0 %

De acordo com o mapa acima indicado, a região de Santarém aparece várias vezes referenciada nos principais indicadores.

Dos subsectores com maior relevância e que se destacam, tanto do ponto de vista do número de empresas com sede efectiva na região, como pelo volume de negócios que apresentam ou ainda pelo emprego que geram, podemos enumerar aqueles que, pela importância que demonstram face aos indicadores acima indicados, se mostram como os sectores em que a região deterá vantagens face às restantes actividades e que, por esse motivo merecerá uma especial atenção por parte do tecido empresarial.

Assim, face ao exposto, indicam-se agora os sectores nos quais a economia ribatejana deverá incidir todos os seus esforços dado serem estes os sectores que representam maior relevância no contexto nacional:

- CAE 101 – Abate de Animais, Preparação e Conservação de Carne e de Produtos à base de carne;
- CAE 103 – Preparação e Conservação de Frutos e Produtos Hortícolas;
- CAE 104 – Produção de Óleos e Gorduras Animais e Vegetais;
- CAE 106 – Transformação de Cereais e Leguminosas, Fabricação de Amidos, de Féculas e de Produtos Afins;
- CAE 108 – Indústria de Outros Produtos Alimentares (Compreende, nomeadamente, as seguintes actividades: preparação de caldos e sopas; preparados em pó para bolos, pudins e outras sobremesas; fabricação de leveduras e adjuvantes para panificação, cerveja e pastelaria; fabricação de produtos alimentares enriquecidos (adição de vitaminas e proteínas, etc.); tratamento industrial de ovos e de outros produtos não incluídos nas actividades das indústrias da alimentação atrás individualizadas);
- CAE 109 – Fabricação de Alimentos para Animais.

Na Andaluzia existe igualmente uma especialização em determinados sub-sectores.

FIGURA 57 – INDICADORES POR SUBSECTOR

Subsectores	ANDALUZIA				ESPANHA			
	Trabalhadores	% Agro- Indústria	Volume deNegócios	% Agro-Indústria	Trabalhadores	% Agro- Indústria	Volume deNegócios	% Agro-Indústria
Indústria cárnea	7.865	15,0	1.494	10,4	86.980	22,6	19.857	19,6
Preparação e conservação de frutas e hortícolas	5.306	10,1	1.181,26	8,2	33.423	8,7	7.173,35	7,1
Azeites e Gorduras	7.129	13,6	4.828,91	33,5	11.575	3,0	9.921,77	9,8
Produtos Lácteos	2.583	4,9	997,95	6,9	26.761	6,9	10.633,83	10,5
Moagem, Amidos e Féculas	1.061	2,0	652,45	4,5	6.583	1,7	3.513,04	3,5
Alimentação para animais	1.241	2,4	952,36	6,6	14.212	3,7	10.202,32	10,1
Panificação e Massas	13.519	25,7	976,83	6,8	84.960	22,0	7.806,76	7,7
Açucar, Café, Chá e Infusões e Produtos Amiláceos	2.792	5,3	388,54	2,7	23.049	6,0	5.000,23	4,9
Outros Produtos Alimentares	4.006	7,6	1.077,14	7,5	36.028	9,3	11.619,34	11,5
Produção de água engarrafada e bebidas aromatizados ou açucaradas	2.078	4,0	982,24	6,8	14.865	3,9	5.731,88	5,7

Fonte: Analista Económicos de Andalucia e Encuesta Anual de Empresas 2008, IEA e INE

De acordo com o mapa acima indicado, os subsectores com maior peso na estrutura agro-industrial na Andaluzia, tendo em consideração o volume de negócios que apresentam, são, de acordo com a ordem de importância, o de Azeites e Gorduras, o de Preparação e Conservação de Frutas e Hortícolas e o de Outros Produtos Alimentares.

Assim, podemos dizer que existe uma especialização produtiva na Andaluzia que assenta no subsector dos Azeites e Gorduras, enquanto que, no Ribatejo a sua especialização produtiva se baseia na Preparação e Conservação de Produtos Hortícolas.

Face às especializações produtivas apresentadas, passaremos à análise dos produtos líder em cada região.

De acordo com um estudo efectuado para o Distrito de Santarém, foi elaborada uma listagem com as 100 maiores empresas da região tendo em consideração o volume de negócios apresentado para 2009.

Das 50 empresas melhores posicionadas, 10 são do sector Agro-industrial, revelando, assim, a grande participação que o sector tem na economia regional.

FIGURA 58 – 10 MAIORES EMPRESAS AGRO-ALIMENTARES SEGUNDO VOLUME DE NEGÓCIOS (2009)

Nº Ranking	Nome da empresa	Concelho	Código Sector	VN 2009
3	Carnes do Continente	Santarém	10110	135 489
5	Sugalidal - Indústrias de Alimentação	Benavente	10395	105 482
10	DAI - Soc. de Desenvolvimento Agro-Industrial	Coruche	10810	67 172
19	Carnes Valinho	Santarém	10110	33 520
20	SCAGEL - Soc. de Alimentos Congelados	Santarém	10202	32 108
21	Bonduelle - Agro-Indústria	Santarém	10391	29 830
29	Arrozeiras Mundiarroz	Coruche	10612	25 551
36	Monliz - Produtos Alimentares Mondego Liz	Alpiarça	10391	22 118
43	Enoport - Produção de Bebidas	Rio Maior	11021	16 850
45	Ventalco - Fabrico e Comércio de Rações	Benavente	10912	15 411

Fonte:Estudo da IF4 - Procesamento de Informações, Lda

O volume de negócios é muita das vezes fruto de uma boa estratégia de marketing e da criação de necessidades de consumo.

Ora é neste contexto que interessaria perceber se existem na região produtos líder capazes de alavancar o sector e toda a região.

Quando podem, os consumidores optam pelos produtos líderes, que são líderes precisamente por serem considerados melhores, e satisfazer bem a equação Custo X Benefício. Essa equação envolve tanto aspectos emocionais quanto económicos. Enquanto isso os produtos secundários são adquiridos somente pelos que não podem comprar os produtos líderes e sofrem mais com as variações de preços ou problemas conjunturais da economia.

Assim, serão considerados produtos líderes os produtos oferecidos pelas empresas atrás indicadas. O arroz, o vinho, o tomate, as carnes e os produtos hortícolas congelados são assim o que melhor é produzido no Ribatejo.

Na Andaluzia, e de acordo com a Central de Balances de Andalucia, (Quadro seguinte) existe um grande número de empresas que se destacam das restantes pela posição cimeira que ocupam no mercado. São descritas como empresas líder e contam com a participação dos sectores mais dinâmicos do mercado.

Olhando para o ranking apresentado no quadro seguinte verificamos que existem várias empresas pertencentes ao sector agro-industrial revelando, assim, mais uma vez, a importância que este sector tem na economia regional andaluza.

Assim, pela análise do quadro, as empresas com classificação líder na região, e dentro do sector agro-industrial, destacam-se os produtos relacionados com o sector das bebidas, a fabricação de produtos lácteos, a preparação e conservação de frutas e hortícolas e a Indústria Cárnea.

Poder-se-á afirmar que estes serão ou são produtos líder da região andaluza e que por esse motivo merecerão atenção por parte de todos os intervenientes no mercado.

FIGURA 59 – EMPRESAS LÍDER DA AGRO-INDÚSTRIA NA ANDALUZIA

Nº Ranking	Nome da empresa	Região	Actividade
5	REFRESCOS ENVASADOS DEL SUR SA	LA RINCONADA	Fabricação de Bebidas
20	PULEVA FOOD SL	GRANADA	Fabricação de Produtos Lácteos
37	PERNOD RICARD ESPAÑA SA	MALAGA	Fabricação de Bebidas
61	CITRICOS DEL ANDEVALO SA	VILLANUEVA DE LOS CAS-TILLEJOS	Preparação e Conservação de Frutas e Hortícolas
64	ACEITES DEL SUR-COOSUR SOCIEDAD ANONIMA	DOS HERMANAS	Azeite e Gorduras
97	MIGUEL GALLEGO SA	DOS HERMANAS	Azeite e Gorduras
101	GONZALEZ BYASS SA	JEREZ DE LA FRONTERA	Fabricação de Bebidas
118	BODEGAS OSBORNE SA	EL PUERTO DE SANTA MARIA	Fabricação de Bebidas
119	PROCAVI SL	MARCHENA	Indústria Cárnea

Fonte: Central de Balances de Andalucia

CUSTOS: ÁGUA, ENERGIA E TRANSPORTE

Para além dos factores anteriormente explicitados na análise SWOT efectuada para o sector em ambas as regiões, convém referenciar alguns dos pontos fracos que mais contribuem para que o sector agro-industrial no Ribatejo não obtenha os resultados esperados para o sector.

Dadas as características dos solos já amplamente debatidas neste estudo e, tendo em consideração, as produções obtidas, podemos verificar que o sector carece de algumas mudanças a nível da organização da sua produção.

ÁGUA

Um dos pontos fracos de maior impacto na actividade económica está ligada à questão da água, em especial, os custos relacionados com a questão dos transvases.

Quando falamos de transvases entre bacias hidrográficas, falamos do desvio de água de um rio para outro rio. Solução encontrada para tentar suprir as necessidades de água nalgumas regiões onde ela é escassa, para a agricultura, pecuária, indústria, consumo urbano ou produção de energia.

O problema dos transvases não é alarmante quando a precipitação é elevada. Mas nos anos de seca, como o presente ano, a situação é muito preocupante.

Actualmente, Espanha está a viver a maior seca desde 1912, o que levou o Governo a decretar o estado de emergência para poder reduzir o caudal do rio Tejo que chega a Portugal.

Segundo o diário El País, o Governo espanhol deve aprovar em breve um novo transvase do Tejo para o rio Segura para os próximos três meses – até agora, os transvases eram semestrais –, o que deve reduzir ainda mais a quantidade de água que chega a Portugal.

A implementação dos novos transvases, terá como consequência uma redução significativa do caudal do Tejo português, o que seria desastroso se considerarmos o quase inexistente caudal que hoje apresenta.

Para além do problema apresentado, os transvases espanhóis estão a salgar a água do Tejo até Vila Franca e põem em risco as produções agro-industriais no Ribatejo.

Para além das condições climatéricas, que ninguém controla e com as quais os agricultores estão habituados a lidar, existe o problema da política de gestão de recursos hídricos, que Espanha tem e está a aplicar, e cuja evolução os agricultores portugueses não podem controlar.

Trata-se de uma política insustentável que cria ainda mais discrepâncias e diferenças de desenvolvimento entre regiões distintas, porque se estão a retirar recursos de regiões pobres para regiões mais ricas, estando-se a criar um desenvolvimento artificial onde não existem recursos. Essa acumulação de riqueza vai criar mais riqueza, criar mais postos de trabalho, atrair mais pessoas e necessitar de mais de água. Será preciso levar água onde ela não existe. Em vez de se desenvolver regiões onde já existe água, ou seja, onde a natureza oferece recursos que permitem a fixação das populações, estamos a transferir esses recursos.

Com forte ligação ao Alentejo, o Ribatejo conhece actualmente uma mudança a operar ao nível do sector agrícola. As culturas de sequeiro habitualmente existentes estão a dar lugar às culturas de regadia em que o uso da água é um recurso essencial para o seu crescimento.

De acordo com o estudo " O uso da água na agricultura 2011" realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, e de acordo com o IE 2007, estimou-se que o consumo médio de água se situou em 6.733 m3 por hectare de culturas regadas, sendo a vinha e o olival regados as que receberam menores dotações unitárias.

FIGURA 60 – VOLUME MÉDIO DE ÁGUA DE REGA UTILIZADOS POR CULTURA

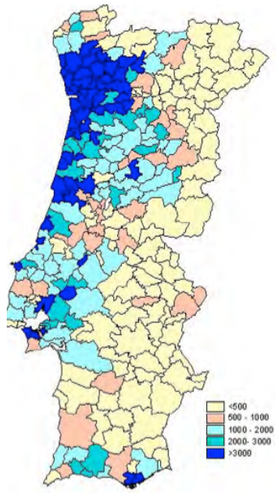
Cultura	m3/ ha
Milho	6 177
Arroz	16 069
Outros Cereiais para grão	5 961
Leguminosas secas para grão	3 504
Prados temp. e culturas Forrageiras	8 823
Batata	7 385
Beterraba Sacarina	8 410
Girassol	5 360
Outras culturas industriais	5 578
Culturas hortícolas Ar Livre / Abrigo baixo	5 574
Flores e Plantas ornamentais Ar Livre/ Abrigo baixo	3 384
Culturas hortícolas estufa	11 014
Flores e plantas ornamentais estufa	5 818
Áreas de propagação	2 886
Outras culturas temporárias	6 402
Macieiras	5 318
Pereiras	5 326
Pessegueiros	6 367
Cerejeiras	6 481
Outrso Frutos Frescos	6 927
Citrinos	7 802
Kiwis	7 575
Outros frutos subtropicais	8 656
Frutos Secos	2 501
Olival	2 259
Vinha	2 302
Outras culturas permanentes	2 642
Total	**6 733**

Fonte: O uso da água na agricultura 2011

De uma análise a nível regional, e tendo em consideração os volumes médios de água de rega utilizados por hectare de SAU, verifica-se que o consumo de água foi mais elevado nas regiões da Beira Litoral e Entre-Douro e Minho e mais reduzido no Alentejo e Trás-os-Montes.

Estimou-se que, por cada hectare de Superfície Agrícola Utilizada Total (regada e não regada), se tenham utilizado em média 814 m^3 de água de rega.

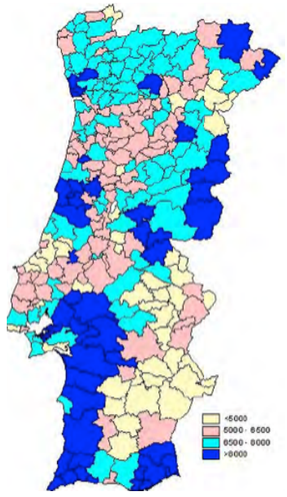
FIGURA 61 –VOLUMES MÉDIOS DE ÁGUA DE REGA UTILIZADOS POR HECTARE DE SAU



Região	Volume de água m^3/ ha de SAU
Entre Douro e Minho	2 641
Trás-os-Montes	440
Beira Litoral	3 244
Beira Interior	586
Ribatejo e Oeste	1 669
Alentejo	312
Algarve	1 287
Continente	814

Fonte: O uso da água na agricultura 2011

FIGURA 62 –VOLUMES MÉDIOS DE ÁGUA DE REGA UTILIZADOS POR HECTARE DE SUPERFÍCIE REGADA



Região	Volume de água m^3/ ha de Superfície Regada
Entre Douro e Minho	7 216
Trás-os-Montes	6 281
Beira Litoral	8 407
Beira Interior	7 771
Ribatejo e Oeste	6 622
Alentejo	5 240
Algarve	7 977
Continente	6 733

Fonte: O uso da água na agricultura 2011

Como se pode verificar pelo mapa acima apresentado, a região do Ribatejo não está presente nas regiões com maiores consumos médios, fruto do trabalho desenvolvido relativamente às questões relacionadas com o uso eficiente da água nos processos agrícolas.

Para a determinação do volume total de água consumido numa exploração agrícola tem de se conjugar a informação sobre as culturas presentes na exploração, a sua área e o sistema de rega utilizado. A este último terá que se

associar, à sua eficiência potencial de funcionamento, um factor de correcção com base em indicadores inerentes ao agricultor e à exploração.

Tendo em conta os distintos sistemas de rega e de que a sua eficiência varia dentro de determinadas gamas, dependendo da qualidade do equipamento, das condições locais e da respectiva gestão, podemos no entanto afirmar que, em termos potenciais, o sistema de rega gota-a-gota é o mais eficiente.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados relativos à distribuição percentual do número de explorações inquiridas pelos 3 níveis de eficiência da rega (sendo o nível 1 o menos eficiente e o nível 3 o mais eficiente). Destacam-se as explorações das regiões do Ribatejo e Oeste e do Alentejo com níveis de eficiência atribuídos claramente superiores aos das restantes regiões.

FIGURA 63 – NÍVEIS DE EFICIÊNCIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR REGIÃO AGRÁRIA

Região	Nível 1	Nível 2	Nível 3
		% de explorações	
Entre Douro e Minho	60	36	4
Trás-os-Montes	64	31	4
Beira Litoral	75	21	4
Beira Interior	73	23	4
Ribatejo e Oeste	40	50	10
Alentejo	38	39	23
Algarve	64	31	5
Total	61	33	6

Fonte: O uso da água na agricultura 2011

Face ao exposto, podemos facilmente concluir que a questão da água é de extrema importância para o sector agro-industrial no Ribatejo. Mais importante face ao custo que representa na produção dos produtos da região.

Apesar dos elevados níveis de eficiência apresentados pelas explorações agrícolas da região, os custos associados e que encarecem o preço final do produto, são extremamente elevados.

Em tempos de seca, e com as políticas de transvases a decorrer no Rio Tejo ainda na parte espanhola, a água enquanto recurso económico escasso está sujeita a uma análise do seu valor económico.

No custo da água deverão incluir-se os custos dos serviços com a água, os custos de oportunidade e os custos ambientais. Os custos dos serviços com a água, frequentemente designados por custos financeiros, são os custos directos que compreendem os encargos de capital, operação e manutenção das infra-estruturas hidráulicas, assim como de todos os serviços que lhe estão associados. Os custos de oportunidade estão intimamente relacionados com os custos de escassez e reflectem a externalização do custo dos recursos. Por último, temos os custos ambientais, que podem estar ou não directamente relacionados com o uso da água. Os custos de oportunidade e os custos ambientais são fundamentalmente custos indirectos, por recaírem noutros sectores económicos.

Face aos custos atrás apresentados, e como é de esperar, rendimento dos agricultores varia de forma inversamente proporcional ao preço da água. Em geral, acréscimos iniciais no preço da água conduzem a quebras de rendimento bastante significativas e os seguintes, de menor repercussão, contribuem para acentuar a tendência de abandono das culturas mais consumidoras de água.

O aumento do preço da água é desigualmente reflectido, em termos absolutos, na atractividade das diferentes culturas e, por norma, são os cultivos mais consumidores de água, que sofrem as maiores consequências com as subidas dos preços, encarecendo os custos finais de produção, e em consequência o aumento do preço de venda ou, caso o produtor queira absorver internamente o impacto da variação do custo de produção, numa diminuição das margens já por si muito reduzidas.

Enquanto no Ribatejo o custo médio de água para regadio com origem pública apresenta-se nos 0,05€/m^3, na Andaluzia, dados da Consejeria de Agricultura, Pesca y Medio Ambiente apontam como preço médio o valor de 0,03€/m^3.

Assim e face ao exposto, podemos afirmar que o custo da água como factor produtivo é, no Ribatejo, um ponto fraco na análise do sector agro-industrial. Na Andaluzia, e com os sucessivos transvases que ocorreram ao longo dos últimos anos, os custos da água para o sector agrícola são mais reduzidos, contribuindo assim para que os valores de mercado praticados sejam na sua grande maioria mais competitivos que os praticados para os mesmos produtos no Ribatejo.

COMPARAÇÃO

Água	Ribatejo	Andaluzia
Custo médio €/m^3	0,05 €	0,03 €

ENERGIA

Outro dos pontos fracos que a Agro-indústria enfrenta está relacionado com o custo de energia associado à exploração agrícola e industrial.

O custo com a energia eléctrica constitui um factor importantíssimo na competitividade das actividades económicas e consequentemente de cada país. É um factor primordial para qualquer empresa, mas como todos os outros recursos tem um preço.

Tem-se vindo a verificar um aumento global do consumo de energia, acompanhado do aumento dos custos da mesma, sendo previsível o agravamento desta tendência.

Num mercado global cada vez mais competitivo, o controlo de custos é essencial para a rentabilidade e mesmo a sobrevivência das actividades económicas.

Segundo dados do Eurostat, para o triénio 2009-2011, verifica-se uma tendência de crescimento do preço custo da electricidade (kWh) para a generalidade dos países da União Europeia, sendo este crescimento mais evidente no consumo dos particulares do que nas indústrias.

Como já foi referido acima, os custos energéticos constituem um factor de competitividade nas indústrias e restringindo ao objecto do nosso estudo podermos aferir pelo quadro abaixo que o Portugal possui um custo por kWh inferior ao de Espanha, demonstrando aqui que o Ribatejo poderá ser uma alternativa à Andaluzia no que respeita ao custo de produção agora em análise.

FIGURA 64 – CUSTO DE ENERGIA

	Preços Electricidade					
	Particulares (1)			Industria (2)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
EU - 27	0,163	0,167	0,178	0,107	0,105	0,110
Euro area (3)	0,171	0,176	0,187	0,111	0,109	0,116
Bélgica	0,192	0,196	0,214	0,111	0,106	0,110
Bulgária	0,082	0,081	0,083	0,065	0,065	0,065
República Checa	0,132	0,135	0,150	0,107	0,103	0,111
Dinamarca	0,270	0,267	0,291	0,086	0,094	0,099
Alemanha	0,228	0,238	0,253	0,113	0,112	0,125
Estónia	0,092	0,097	0,097	0,064	0,069	0,072
Irlanda	0,203	0,180	0,190	0,121	0,112	0,116
Grécia	0,115	0,118	0,125	0,095	0,095	0,101
Espanha	0,158	0,173	0,195	0,115	0,117	0,114

França	0,121	0,128	0,138	0,073	0,085	0,085
Itália	0,210	0,197	0,201	0,153	0,139	0,153
Chipre	0,156	0,186	0,205	0,119	0,151	0,167
Letónia	0,105	0,105	0,117	0,090	0,089	0,098
Lituânia	0,095	0,116	0,121	0,092	0,100	0,105
Luxemburgo	0,188	0,173	0,168	0,116	0,102	0,100
Hungria	0,148	0,170	0,168	0,124	0,106	0,095
Malta	0,171	0,170	0,170	0,151	0,180	0,180
Holanda	0,190	0,170	0,174	0,113	0,104	0,103
Áustria	0,191	0,197	0,199			
Polónia	0,113	0,134	0,147	0,090	0,098	0,101
Portugal	0,151	0,158	0,165	0,094	0,094	0,099
Roménia	0,098	0,103	0,108	0,081	0,085	0,080
Eslovénia	0,135	0,140	0,144	0,103	0,099	0,099
Eslováquia	0,154	0,152	0,168	0,142	0,117	0,128
Finlândia	0,130	0,133	0,154	0,069	0,069	0,076
Suécia	0,160	0,184	0,209	0,067	0,081	0,089
Reino Unido	0,147	0,139	0,143	0,112	0,099	0,098
Noruega	0,157	0,203	0,213	0,079	0,103	0,111
Croácia	0,115	0,115	0,114	0,087	0,084	0,091
Macedónia						
Turquia	0,114	0,134	0,122	0,078	0,089	0,079
Bósnia		0,074	0,075		0,062	0,061

Fonte: Eurostat

(1) Consumo Anual: 2500KWh < consumo 5000 KWh

(2) Consumo Anual: 500MWh < consumo < 2000 MWh; excluindo IVA

(3) 2009 e 2010

CUSTOS DE TRANSPORTE

Para além dos custos associados ao consumo de água e de energia, outros dos pontos fracos do Ribatejo para o sector da agro-indústria está relacionado com o custo de transporte.

Na comercialização dos produtos agrícolas e agro-industriais, um dos principais componentes do custo é o transporte.

Como custos de transporte entendem-se todas as despesas realizadas na movimentação de determinado produto desde a origem até ao destino final. Estes custos são considerados uns dos maiores custos logísticos tendo grande relevância no preço final do produto.

Vários são os factores que influenciam os custos de transporte, podendo estar relacionados com o produto, por exemplo a densidade do produto e a facilidade do seu manuseamento, ou estar relacionados com o mercado, como por exemplo a localização do mercado de destino do produto.

Estão entre os principais custos de transporte os preços dos combustíveis as taxas de aeroporto, as taxas portuárias as portagens, e ainda todas as despesas relacionadas com o veículo onde se efectua o transporte, seja o seguro a manutenção os impostos entre outros.

Para calcular o impacto dos custos de transporte no preço final do produto, centraremos a análise na questão da distância para os mercados de destino.

O sector agro-industrial tem como principais mercados de destino os países do centro e norte da Europa, sendo o principal meio de transporte o rodoviário.

Uma análise comparativa a nível de custos de transporte entre as regiões do Ribatejo e da Andaluzia terá que avaliar as distâncias percorridas entre cada uma das regiões e um ponto de chegada assumido. Assumindo um ponto no centro da Europa como destino para as mercadorias comercializadas, estabelecemos para a análise que o destino seria Paris.

Para o Ribatejo, foi definido o percurso modelo Santarém – Paris com uma distância percorrida de aproximadamente 1.673 Km.

Tendo em consideração o custo médio de transporte praticado em Portugal, o transporte de mercadorias acarretaria, para o seu emissor, o valor de 1€ por Km. Para o total do frete, o custo total seria de 1.673€. De observar que o custo médio considerado teve em consideração os valores médios praticados após consulta de mercado.

Para uma análise comparativa entre as regiões em apreço teremos que calcular a distância percorrida entre, por exemplo, Múrcia e Paris. Assim, obtemos uma distância aproximada de 1.679 Km.

De acordo com o Observatorio de Costes del Transporte de Mercancías por Carretera, a 31 de Julho de 2012, o custo médio de transporte de um veículo articulado carregado seria de 1,301 € por Km percorrido. Assim, para um frete realizado de Múrcia a Paris, o custo total médio de transporte de mercadorias (ida e volta) ascende a 2.184€.

COMPARAÇÃO

Transporte	Ribatejo	Andaluzia
Custo médio €/Km	1,00 €	1,30 €

Face aos valores apresentados conseguimos aferir que, em termos médios, os custos de transporte associados ao transporte de mercadorias é significativamente inferior quando transportamos mercadorias do Ribatejo para o mercado externo.

Assim, face às características assinaladas podemos concluir que existem, nos custos de transporte, uma vantagem comparativa na oferta do Ribatejo face aos mesmos produtos oferecidos pela Andaluzia.

OS PRODUTOS BIOLÓGICOS

Um produto biológico provém de Modo de Produção Biológico e o modo de produção biológico é um sistema de produção de base ecológica, que recorre ao uso de boas práticas agrícolas com vista à manutenção e melhoria da fertilidade do solo, ao equilíbrio e à diversidade do ecossistema agrícola, promovendo a qualidade ambiental, o bem-estar animal e a saúde humana. Para o efeito, utiliza métodos culturais, biológicos e mecânicos, sempre que possível, em detrimento de materiais sintéticos, e não emprega adubos nem pesticidas químicos de síntese. Com uma procura que excede a oferta, reflectindo as preocupações crescentes dos consumidores com a qualidade dos alimentos e com a preservação ambiental, este sector tem vindo a crescer, em Portugal.

Dado que em Agricultura Biológica não são autorizados os adubos químicos de síntese, os produtos "biológicos" têm naturalmente um teor mais baixo de nitratos e promovem a qualidade ambiental.

Assim, podemos concluir que o modo de produção biológico é modo de produção agrícola, sustentável, baseado na actividade biológica do solo, alimentada pela incorporação de matéria orgânica, que constitui a base da fertilização, evitando o recurso a produtos químicos de síntese e adubos facilmente solúveis, respeitando o bem-estar animal e os encabeçamentos adequados, privilegiando estratégias preventivas na sanidade vegetal e animal. Procura-se, desta forma, a obtenção de alimentos de qualidade, a sustentabilidade do ambiente, a valorização dos recursos locais e a dignificação da actividade agrícola.

De acordo com as Estatísticas Agrícolas 2010 do INE, a agricultura biológica em Portugal em 2010 ocupava um total de 157.168 hectares, contemplando 1.637 produtores para o mesmo período.

Ainda de acordo com as Estatísticas Agrícolas 2010, e para o período de referência, o Ribatejo e Oeste ocupava o

3º lugar a nível nacional em termos de área de produção ligada à produção biológica, sendo as plantas aromáticas o tipo de cultura as mais significativas.

FIGURA 65 –AGRICULTURA EM MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO, POR REGIÕES AGRÁRIAS

Continente **2009**

Culruras	Total		Culturas arvenses		Foresta		Pastagens		Plantas forrageiras		Olival	
	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores
Região Agrária	(ha)	n.º	(ha)	n.º	(ha)	n.º	(ha)	n.º	(ha)	n.º	(ha)	n.º
Continente	157 168	1 637	5 353	243	5 718	140	108 046	719	10 198	148	14 057	828
E. Douro e Minho	2 948	142	18	21	338	21	1 802	48	140	11	158	18
Trás-os-Montes	11 104	398	142	19	2 532	9	2 090	88	162	24	3 532	293
Beira Litoral	588	67	58	6	3	4	87	11	16	6	110	17
Beira Interior	40 118	417	2 752	111	1 706	58	25 933	250	3 684	50	3 456	232
Ribatejo e Oeste	21 332	176	285	12	211	6	16 569	36	1 145	17	946	46
Alentejo	80 455	392	2 039	67	916	40	61 462	279	5 049	39	5 853	218
Algarve	622	45	60	7	12	2	102	7	2	1	4	4

Culruras	Fruticultura		Frutos secos		Horticultura		Vinha		Plantas aromáticas		Pousio	
	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores	Área	Produtores
Região Agrária	(ha)	n.º	(ha)	n.º	(ha)	n.º	(ha)	n.º	(ha)	n.º	(ha)	n.º
Continente	1 074	321	6 219	368	707	308	1 804	326	1 625	70	2 367	190
E. Douro e Minho	96	43	60	26	34	59	264	48	25	24	13	10
Trás-os-Montes	134	92	1 895	237	36	45	537	104	3	5	43	11
Beira Litoral	21	19	9	6	68	32	171	19	16	8	29	13
Beira Interior	443	49	242	64	117	41	575	102	1	2	1 212	77
Ribatejo e Oeste	147	57	28	9	210	70	123	30	1 517	13	151	33
Alentejo	120	30	3 821	13	173	40	102	17	35	11	885	40
Algarve	113	18	165	13	70	21	32	6	29	7	33	6

Fonte: Gabinete de Planeamento e Políticas - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Tal como acontece com a agricultura convencional, é nas questões comerciais que reside o cerne de toda a problemática que define o sucesso, ou não de uma exploração agrícola.

De facto este revela-se o principal entrave à expansão do número de explorações em agricultura biológica na região, uma vez que, não havendo organização da produção, e considerando a reduzida dimensão das propriedades, a oferta é escassa, dispersa e sem condições de garantir regularidade no abastecimento.

Este problema é especialmente grave nos produtos perecíveis, como é o caso das hortícolas, de que o mercado é muito carente. A inexistência de um entreposto e canais de escoamento, especialmente vocacionados para produtos bio, aliado à distância das explorações dos principais centros consumidores, têm desmotivado muitos produtores que, não conseguindo vender os produtos com a mais-valia que lhe é associada pelo modo de produção específico,

optam por vender, sem a marca de certificação, nos mercados locais. O que se verifica é que, neste caso, embora não seja feita referência ao modo de produção específico, a aceitação dos produtos por parte dos consumidores é grande, na medida em que o produto se impõe e distingue dos outros pela sua qualidade, não havendo problemas de escoamento.

Este mercado é ainda um mercado muito frágil, em que os preços elevados, muitas vezes especulativos, praticados pelos comerciantes, aliado à recessão económica, têm impedido o crescimento do consumo destes produtos. No entanto, os preços praticados ao consumidor não reflectem, de forma nenhuma, uma valorização dos preços pagos ao produtor, sendo antes o reflexo de uma produção mal organizada e uma tentativa de explorar uma certa obsessão pela "alimentação saudável" que tem tornado estes produtos privilégio de uma minoria e tem impedido o alargamento do seu consumo a grande parte da população.

Os casos de sucesso que são possíveis destacarem, quer na região, quer no país, são casos que, de alguma forma, conseguiram quebrar este ciclo em que se enreda a produção agrícola, e estabeleceram canais de distribuição próprios, muitas vezes escoando, para além da produção própria, a produção de outras explorações próximas.

Neste momento, para além dos produtos biológicos transformados, onde dominam os produtos importados, também já nos frescos se verifica uma grande concorrência estrangeira, especialmente espanhola, que, devido à proximidade, à maior dimensão da propriedade agrícola e consequentemente da oferta, aliada a uma melhor organização da produção, já constituem uma ameaça séria para os nossos produtores biológicos.

Na Andaluzia, e segundo dados da Consejería de Agricultura, Pescas y Medio Ambiente da Junta de Andalucia, o número de unidades agro-industriais no sector Andaluz de Produção Biológica conheceu um crescimento de 172% desde 2006 até 2011, passando de 355 para 967.

Este sector tem contado com o apoio de um plano de acção estratégico que a Consejería de Agricultura, Pesca y Medio Ambiente tem vindo a desenvolver há vários anos de forma a promover o seu crescimento.

O apoio do governo da Andaluzia para a produção orgânica definiu-se em linhas de apoio, e campanhas de promoção do comércio justo. Simultaneamente prestou apoio às associações e promoveu iniciativas como o Programa de Alimentação Orgânica para consumo social ou a implementação do Sistema de Informação da Produção Orgânica na Andaluzia (Sipea).

Isso proporcionou ao sector Andaluz mais conhecimento, informação e certeza, funcionando assim como uma chave para ganhar a confiança do consumidor e incentivar o crescimento contínuo do sector da agro-indústria na Andaluzia.

No que respeita à comercialização, a Andaluzia é a segunda comunidade autónoma a seguir à Catalunha com uma maior implantação de canais especializados na venda de produtos biológicos.

De acordo com um estudo publicado em 2012 pelo Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (Magrama), o desenvolvimento do mercado de produtos biológicos passa por uma profunda transformação das políticas de preços e margens incorporando melhorias estruturais, gestão de logística e sistemas de comercialização e distribuição final dos referidos produtos.

Com base nos dados estatísticos da Consejería de Agricultura y Pescas, em 2010, o número de produtores dedicados à produção biológica ultrapassou os 8.000 produtores, para uma área total de 879.000 hectares, sendo a província de Almería a que se destaca no contexto regional, com 1.649 produtores dedicados à produção biológica.

Províncias	Nº de Produtores
Almeria	1 649
Cádiz	672
Córdoba	1 272
Granada	1 452
Huelva	900
Jaén	478
Málaga	757
Sevilha	868
Total Andaluzia	8 048

Fonte: Consejería de Agricultura y Pescas

Tipo de cultivo	Área (Ha)
Cereais e leguminosas	44 101
Hortícolas	6 331
Citrinos	3 626
Frutas	1 302
Olival	46 902
Videira	610
Frutos Secos	33 536
Plantas aromáticas	257
Frutos Silvestres	181 349
Pastagens e Plantas Forrageiras	553 800
Pousio	386
Outros	7 658
Total	879 859

Fonte: Consejería de Agricultura y Pescas

COMPARAÇÃO

Produção Biológica	Ribatejo	Andaluzia
Nº de Produtores	176	8 048
Área (Ha)	21 332	879 859

Da análise do quadro acima indicado conseguimos perceber que o Ribatejo encontra na produção biológica uma alternativa de crescimento.

Em Portugal o desenvolvimento e institucionalização do movimento da agricultura biológica tem sido notório, e o Ribatejo não tem sido excepção. Está, no entanto, ainda subaproveitado, com um potencial de crescimento capaz de constituir uma opção no desenvolvimento económica da região.

No que diz respeito ao mercado de produtos de agricultura biológica, este tem aumentado visivelmente com a abertura de mais postos e lojas de venda de produtos "bio" nos últimos anos. Apesar da existência de dificuldades em fazer chegar a produção aos canais de distribuição e consumo, e de um manifesto desequilíbrio entre uma maior procura e incipiente oferta de determinados produtos (especialmente frutos e vegetais), o mercado encontra-se em franco crescimento.

O aparecimento de produtos biológicos no mercado tem entusiasmado uma procura cada vez mais crescente deste género de produtos alimentares, especialmente nos grandes centros urbanos. O significativo aumento de um particular grupo de consumidores com determinadas características socioeconómicas e de estilo de vida entusiasmados por este tipo de produtos alimentares tem sido visível nos grandes centros urbanos.

Face a um segmento de mercado que tem conhecido um significativo crescimento ao longo dos últimos anos, e olhando para os números revelados pela região andaluza, tendo em consideração que as produções são similares, podemos afirmar que o Ribatejo encerra em si um forte potencial de crescimento neste sector, contribuindo per si, para o crescimento económico e sustentável da região.

ESTRUTURAS DE APOIO À PROMOÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Efectuada a análise dos produtos e empresas líder em cada região, nas próximas páginas faz-se a comparação da envolvente empresarial.

A região da Andaluzia começou a criar infra-estruturas de transferência de tecnologia em 1999, com o programa Empreende que impulsionou a criação de centros tecnológicos, parques tecnológicos, Redes tecnológicas e mais tarde a criação de grupos de I&D e redes de centros de empreendedorismo.

Densificar a cooperação entre os actores do Sistema Regional de Inovação, alargando a base de incidência territorial dessa cooperação, e adequar aos contextos sociais e institucionais era o mote para a expansão cada vez maior durante a primeira década do segundo milénio.

Promover a cultura de empreendedorismo, com foco na juventude, em sectores de indústria criativa e criar e consolidar as empresas, e os seus recursos humanos, ao nível do aconselhamento e suporte de base na incubadora de empresas foi o caminho encontrado para o sucesso na região andaluza.

A grande mais-valia que existiu, e existe, na Andaluzia é o reconhecimento da importância do empreendedorismo e das start-ups, que aconteceu, e acontece, em paralelo com o investimento em I&D que tem o objectivo de implementar nas empresas o resultado desse investimento. Assim, a investigação e a tecnologia andam a par com o mercado produtivo e transformador na Andaluzia, o que significa que chegam a realidades conjunturais de sucesso devido a todo o seu enquadramento e sincronia, enquanto actores de diferentes segmentos de mercado.

No Ribatejo, em 2008, começaram-se a dar os passos conducentes à criação de estruturas de apoio à inovação e investigação e desenvolvimento, com a criação do Centro de Transferência de Tecnologia Alimentar. Assumindo-se como uma oficina tecnológica, tem por objectivo tornar-se o principal pólo de suporte de desenvolvimento na indústria Agro-Alimentar de Portugal, focalizando as indústrias que utilizem métodos produtivos e matérias-primas específicas portuguesas, e, neste sentido, pretende responder às necessidades tecnológicas do País e da Região. Existe ainda o Inov.Linea, que se divide em duas grandes áreas de actuação: nos processos industriais correntes e na inovação do produto e processo. Ao nível da intervenção nos processos industriais correntes, o centro pretende reunir um conhecimento profundo dos processos de produção adoptados pela indústria, dando particular atenção aos produtos específicos do mercado e tradição nacionais e regionais e contribuindo para a formação dos quadros e operadores. Relativamente às actividades no domínio da inovação do produto, o centro pretende acompanhar as tendências de mercado e apoiar a criação de produtos totalmente inovadores e o desenvolvimento de novas embalagens.

A diferenciação entre as estruturas de apoio à tecnologia e inovação e sua transferência para o sector agro-industrial das duas regiões persiste na simultaneidade de actuação de todos os actores. Os centros de investigação e Inovação têm, obrigatoriamente, de trabalhar em parceria estreita, com base nas necessidades reais e imputáveis à indústria produtora e transformadora dos alimentos, para que a taxa de sucesso exista no mais curto espaço de tempo.

MERCADOS E CUSTOS DE ACESSO

Achamos, também, importante conhecer a estrutura de mercado para o sector agro-industrial nas duas regiões.

Portugal, na sua tradição, por si só não é um país exportador. Em Novembro de 2011, (dados INE) Portugal exportava para o mundo cerca de 36.762.238 milhões de Euros, tendo como principais países clientes a Espanha, a França, a Alemanha e o Reino Unido. No que diz respeito às exportações, Portugal exporta maioritariamente para a Europa, estando o primeiro país fora da Europa em quinto lugar – Angola. À semelhança de Portugal, as suas regiões não fogem à regra, e o Ribatejo segue a mesma linha de exportações que Portugal, tendo como o seu maior mercado Espanha.

FIGURA 66– Principais Mercados de exportação de Portugal – Novembro 2011

M €

	País	Valor
	MUNDO	36 762 238
1	França	31 890 065

2	Alemanha	17 934 051
3	USA	17 625 904
4	Itália	14 276 525
5	Portugal	14 227 843
6	Reino Unido	11 451 655
7	Marrocos	3 453 618
8	China	2 780 459
9	Argélia	1 966 482
10	Japão	1 551 699

Fonte: INE

No que diz respeito a Espanha, que exporta cerca de 177.615.995 milhões de Euros, tem uma tendência de menos dependência dos países vizinhos, sendo os seus principais clientes França, Alemanha, e em terceiro lugar Estados Unidos. A Andaluzia, ao contrário da normal persecução da tendência do país, tem como principais clientes os países europeus, estando Portugal em terceiro lugar e os Estados Unidos em sexto lugar.

FIGURA 67 - Principais mercados de exportação de Espanha – Outubro 2011

M €

	País	Valor
	MUNDO	36 762 238
1	Espanha	9 760 709
2	Alemanha	4 785 453
3	França	4 338 416
4	Reino Unido	2 014 032
5	Angola	1 914 833
6	Países Baixos	1 403 773
7	Itália	1 393 949
8	Estados Unidos	1 326 946
9	Bélgica	1 055 761
10	Brasil	440 171

Fonte: INE

A capacidade de abastecer alguns mercados externos é a grande mais-valia que a Andaluzia tem em relação ao Ribatejo. A sua maior produção, a capacidade de transportar os produtos de uma forma mais rápida e mais barata são uma vantagem competitiva que o Ribatejo ainda não conseguiu alcançar.

A capacidade de produção em grandes quantidades foi conquistada na Andaluzia através da produção de qualidade, da união dos pequenos e micro empresários e da utilização da tecnologia de ponta na maior parte das empresas do sector agro-industrial.

O Ribatejo, mesmo com a sua infra-estrutura rodoviária evoluída em termos de qualidade, tem custos extra associados que a Região da Andaluzia não tem. Estes custos passam desde logo pela imputação do valor de portagens, combustíveis com preços mais elevados, a distância de entrega dos produtos (devido ao posicionamento geográfico de Portugal) e, ainda, falta de condições para utilizar o mesmo transporte de forma a levar produtos a exportar e trazer matérias-primas ou mesmo produtos de fornecimento interno.

Para o factor anteriormente mencionado contribuem em grande escala as infra-estruturas existentes de apoio à actividade económica. A Andaluzia, para além das linhas ferroviárias bastante desenvolvidas e com ligações aos maiores pontos de comércio a nível europeu, tem, ainda, uma importante rede portuária na qual se destaca o porto de Cadiz, que representa a porta de saída da Europa.

INCENTIVOS AO INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Após a análise dos factores endógenos ao próprio sector, nos próximos parágrafos evidenciamos as diferenças no que respeita às iniciativas de apoio aos empresários em cada uma das regiões.

A Andaluzia tem, como já mencionámos, a classificação de Região Objectivo 1 dentro da União Europeia, o que lhe permite dispor de um quadro próprio de incentivos ao investimento, para além dos incentivos que se aplicam a todo o território espanhol, sendo ambos compatíveis e complementares. Além dos apoios públicos prestados para incentivar a criação de empresas, emprego e inovação no sector, existe uma grande facilidade ao nível do acesso ao crédito para o sector agro-industrial.

A área territorial do Ribatejo está integrado na NUTS II – Centro e na NUTS II - Alentejo, sendo por isso abrangido, no âmbito QCAIII, pelos Programas Operacionais da Região Centro e Alentejo. Nem todos os concelhos da região do Ribatejo estão integrados na região de objectivo 1 do QCAIII.

Faremos de seguida um breve resumo relativo aos apoios ao investimento em Portugal, nas suas diversas formas.

Tabela 24 – Financiamento Público – Apoio Indirecto - Portugal

FINANCIAMENTO PÚBLICO	APOIO INDIRECTO	Programa FINICIA
		Sistema Nacional de Garantia Mútua
		Programa PME Investe
		Linha de Seguros de Crédito

Figura 68 – Financiamento Público – Apoio Directo - Portugal

FINANCIAMENTO PÚBLICO	APOIO DIRECTO	Apoios a Iniciativas Locais de Emprego
		Apoios e Iniciativas às empresas como estímulo à oferta de emprego
		Linha de Crédito ao Investimento no Turismo
		Linha II - Apoio a Eventos para Projecção do Destino Portugal
		Gabinete de Apoio ao Empresário do Turismo
		Benefícios fiscais para operações de fusão e procedimentos relacionados
		Benefícios fiscais para a internacionalização AICEP
		Fundo para a internacionalização das empresas portuguesas
		Programa Qualificação PME - Sistema de Incentivos à qualificação e internacionalização de PME no âmbito do QREN
		Iniciativa NEOTEC da Agência de Inovação
		Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (FINOVA)
		Sistema de Incentivos à Inovação (SIFIDE)
		Programas de Bolsas e Financiamento de Projectos de Investigação
		Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização Empresarial (SIRME)

Tabela 26 – Financiamento Público – Acesso a Financiamento U.E. - Portugal

FINANCIAMENTO PÚBLICO	ACESSO A FINACIAMENTO UE	Programa Operacional Factores de Competitividade (Gestão Nacional) Programa Operacional Regional do Norte Programa Operacional Regional do Centro Programa Operacional Regional de Lisboa Programa Operacional Regional do Alentejo Programa Operacional Regional do Algarve SI I&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas SI Inovação - Sistema de Incentivos à Inovação SI Qualificação PME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME Estratégias de Eficiência Colectiva de base territorial ou sectorial e Acções Colectivas

Figura 69 – Financiamento Privado - Portugal

FINANCIAMENTO PRIVADO	Entidades participadas pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) na área financeira Entidades participadas pelo Turismo de Portugal, I.P. na área do capital de risco e do investimento imobiliário Alteração do regime jurídico das sociedades de capital de risco e de fomento empresarial, e do regime jurídico dos fundos de capital de risco

Figura 70 – Apoio às empresas - Portugal

APOIO ÀS EMPRESAS	Associação Empresarial para a Inovação - COTEC Associação Comercial de Lisboa Invest Lisboa Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) Agência de Inovação (Adi) AICEP - Programa Clientes Estrangeiros Turismo de Portugal Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial (AGIIRE) NERSANT – Associação Empresarial da Região Santarém

Figura 71 – PRODER – Medida 1 – Inovação de Desenvolvimento Empresarial - Portugal

PRODER	Medida 1 - Inovação de Desenvolvimento Empresarial	1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial 1.2 - Redimensionamento e Cooperação Empresarial 1.3 - Promoção da Competitividade Florestal 1.4 - Valorização da Produção de Qualidade 1.5 - Instrumentos Financeiros e de Gestão de Risco e Crises 1.6 - Regadios e Outras Infra-estruturas Colectivas 1.7 - Cumprimento de Novas Normas Obrigatórias

Figura 72 – PRODER – Medida 2 – Sustentabilidade do Espaço Rural - Portugal

PRODER	Medida 2 - Sustentabilidade do Espaço Rural	2.1 - Manutenção da Actividade Agrícola em Znas Desfavorecidas 2.2 - Valorização de Modos de Produção 2.3 - Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal 2.4 - Intervenções Territoriais Integradas

Figura 73 – PRODER – Medida 3 – Dinamização das Zonas Rurais - Portugal

PRODER	Medida 3 - Dinamização das Zonas Rurais	3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida 3.3 - Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento 3.4 - Cooperação LEADER para o Desenvolvimento 3.5 - Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação 3.6 - Implementação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais 3.7 - Centros Educativos Rurais no Algarve

FIGURA 74 – PRODER – MEDIDA 4 – CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS - PORTUGAL

PRODER	Medida 4 - Conhecimento e Competências	4.1 - Cooperação para a Inovação 4.2 - Informação e Formação Especializada 4.3 - Serviços de Apoio ao Desenvolvimento

Na Andaluzia, a Agência IDEA, entidade coordenadora dos incentivos à Inovação e ao Desenvolvimento, promovida pela Consejería de Economía, Innovación y Ciencia, actua como gestor único para facilitar e agilizar todos os processos.

No sentido de impulsionar a inovação, considerado factor estratégico no desenvolvimento da Andaluzia, foi desenvolvido o Programa de Incentivos para el Fomento de la Innovación y el Desarrollo Empresarial que desde 2005 tem desempenhado um papel dinamizador na economia regional.

A Andaluzia dispõe de vários mecanismos de apoio à sua actividade empresarial. Tratam-se de vários mecanismos ao serviço das empresas e dos seus empresários e que agilizam toda a actividade produtiva contribuindo para o desenvolvimento da Andaluzia.

Figura 75 – Instrumentos de Apoio na região da Andaluzia

Programa de Incentivos à Inovação e ao Desenvolvimento Empresaria	Impulsionar a produtividade mediante a criação e modernização empresarial Apoiar a actividade dos clusters e sectores de actividade estratégicos Reforçar a coesão social mediante a criação de mecanismos de emprego, fomemto da igualdade de género e a incorporação de jovens no tecido produtivo Favorecer a coesão regional mediante o apoio e protecção de áreas desfavorecidas Fomentar a investigação, o desenvolvimento e inovação Impulsionar o uso generalizado das TIC nas empresas andaluzas Incentivar a cooperação entre os diversos agentes: Ciência-Tecnologia-Empresa e incrementar a cooperação empresarial Incentivar os espaços produtivos para a inovação
Financiamento Reembolsável	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial Fundo de Economia Sustentável Fundo para a promoção das energias renováveis e eficiência energética Fundo para Criacção de Espaços Produtivos Fundo para Empreendedores a nível Tecnológico Fundo de Apoio para as Indústrias ligadas à Cultura Fundo JEREMIE
Empréstimos Banco Europeu de Investimento	Linha de Empréstimos com canalização de Fundos do Banco Europeu de Investimento
Cooperação entre a Junta da Andaluzia e Entidades Financeiras	Facilitar o acesso ao crédito como forma de financiamento da actividade
Programa de Incentivo à Criação de Novas Empresas	Promover espaços de excelência empresarial na Andaluzia Oferecer locais competitivos às PME na Andaluzia de forma rápida Apoiar a viabilidade financeira das operações Agrupar sectores de interesse estratégico para a comunidade andaluza Reforçar as estruturas empresariais do tecido empresarial Melhorar as condições ambientais nos municípios andaluzes Potenciar a competitividade empresarial Gerar emprego e estabilidade social
Cheque Inovação	Cheque máximo de 9.000€ destinada a melhorar a qualificação dos activos e a modernização do tecido empresarial
Electromobility En+	Apoio a projectos de I&D na área da mobilidade com base em energias alternativas (electricidade)
Acordo ENISA-IDEA	Financiamento de PME inovadoras
Programa de Apoio a Empresas com Dificuldades Conjunturais	Apoio à reestruturação de empresas que se encontrem com dificuldades mas que demonstrem ter viabilidade
Outros Incentivos	Incentivos Regionais - Universidad Digital-Cooperación Incentivos Nacionais (Ajudas CDTI, Programa PROFIT, Programa Torres Quevedo) Incentivos Europeus (Programa Marco de la I+D+I en Europa, Programa EUREKA, Programa IBEROEKA, Programa INTERREG)

Após análise de ambas as realidades verificam-se algumas divergências entre os apoios à actividade económica na Andaluzia e no Ribatejo.

Tais diferenças verificam-se logo ao nível dos apoios realizados. Enquanto que para o Ribatejo os apoios cedidos encontram-se ao nível europeu com base no FSE e do FEADER, com a participação nacional ao nível dos diferentes sistemas de incentivos, na Andaluzia, os incentivos à actividade económica ultrapassam a escala europeia e nacional e chegam ao nível regional. A divisão administrativa de Espanha por regiões gera a existência de estruturas organizativas com poderes de decisão a nível regional. Trata-se de um importante instrumento que o Ribatejo (região híbrida abrangida por várias NUTS e mesmo distritos) não dispõe. Esta mais-valia traz vantagens não só a nível institucional como também serve de importante instrumento ao serviço do crescimento regional.

Para além desta importante diferença convém realçar a existência de muitos outros inovadores instrumentos de apoio como o cheque inovação ou ainda as parcerias estabelecidas com instituições de crédito no sentido de dotar as empresas de meios para o seu crescimento e o desenvolvimento da região como um todo.

A Andaluzia aposta grandemente no seu sector empresarial, fomentando sempre a inovação como motor de crescimento e oferecendo as condições necessárias para que novas e mais inovadoras empresas se instalem no

seu território e aí desenvolvam a sua actividade.

Apoiar para crescer tem sido o objectivo das medidas adoptadas pela Andaluzia tornando-se este um dos grandes factores diferenciadores do seu crescimento face ao Ribatejo.

QUALIFICAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS E DA MÃO-DE-OBRA

A disponibilidade de mão-de-obra qualificada é uma constante na Andaluzia, região que se destaca pela importância da juventude na estrutura da sua população e a existência de uma infra-estrutura formativa correspondente. A sua rede de universidades públicas e privadas, de escolas de negócios e mais de 300 centros de formação técnica não universitária, conjuntamente com um índice de população activa importante constituem o suporte de um mercado laboral completo e diversificado, no qual as empresas podem satisfazer as suas necessidades de recursos humanos a custos muito competitivos quando comparados com outras regiões espanholas e europeias. O sector agro-industrial beneficia da mão-de-obra qualificada que o mercado oferece colocando ao serviço das empresas os conhecimentos técnicos adquiridos por via académica.

Assim, o empresário tipo do sector agro-industrial andaluz caracteriza-se pela sua juventude, qualificação técnica e conhecimentos práticos adquiridos. Contrariamente, no Ribatejo, os empresários do sector são maioritariamente de uma estrutura etária mais envelhecida e com uma sustentação ao nível de conhecimentos teóricos mais deficitária, visto que o seu nível de habilitações literárias é inferior.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO E CONSULTORIA

A nível da formação dos seus recursos, a realidade é igualmente díspar.

Em Portugal, com uma dotação global aproximada de 8,8 mil milhões de euros, dos quais 6,1 mil milhões de comparticipação do Fundo Social Europeu, o POPH, com o 3º quadro comunitário, que termina em 2013, visa estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa, tendo como prioridades superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação para todos. Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo, alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português assente no reforço das actividades de maior valor acrescentado é um outro objectivo. Estimular a criação e a qualidade do emprego, destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida activa completa as metas propostas.

Com o objectivo de cumprir o proposto no quadro comunitário e apesar de já se ter investido muito na área da formação e consultoria, os resultados no sector agro-industrial estão aquém do necessário. De forma a termos um tecido empresarial empreendedor e autónomo quer no que diz respeito às decisões estruturais e planificadas, quer à expansão para o exterior, situação que é premente para o desenvolvimento dos produtos da região, é necessário investir na formação estrutural para dar bases de apoio à decisão.

É necessário aumentar os níveis de qualificação de uma percentagem significativa dos empresários que gerem as micro e PME que constituem fortes condicionantes do aumento da produtividade e da competitividade das mesmas e, por conseguinte, do desenvolvimento da economia nacional.

Reveste-se, assim, de particular valor estratégico, a par da qualificação dos trabalhadores, a criação de medidas que promovam a melhoria, o desenvolvimento e a aquisição de competências por parte dos empresários de micro e PME, no sector agro-industrial que contribuam para a alteração do modelo de decisão que vigora em muitas destas empresas e para o aumento da produtividade e da competitividade nacional.

Assim, e de acordo com o que foi estabelecido no Acordo Para O Crescimento Para A Produtividade, Competitividade e Emprego assinado já em Janeiro de 2012, é necessário dotar os empresários do sector agro-industrial de formação e consultoria especializada fornecendo-lhes ferramentas credíveis que levem ao investimento, expansão e consequentemente maior sucesso.

Desta forma é urgente maximizar, no actual quadro de restrições orçamentais, a utilização dos fundos europeus disponíveis até 2013 de forma a que chegue a informação e formação aos empresários e seus colaboradores a fim de ser conseguida uma maior produtividade, uma melhor comunicação com os clientes nacionais e, eventualmente, estrangeiros, e a criação de uma melhor imagem junto dos consumidores.

É essencial que a assimetria entre as grandes empresas e as micro e PME diminuam no que diz respeito às técnicas utilizadas, mas também no que diz respeito ao meio de comunicação, divulgação e comercialização dos produtos.

É, ainda, imperativa a adopção de medidas tendentes a reforçar a capacidade negocial do sector de forma a serem mais competitivos e que se tomem decisões menos individualizadas.

A Andaluzia aposta na formação e consultoria permanente tendo inovado no que diz respeito a estas matérias já há algum tempo. Com a aposta nos cheque de formação, com uma actualização constante do uso das tecnologias e com um tecido empresarial mais jovem e aberto à mudança e à aprendizagem, a Andaluzia tem uma estratégia já fundada e com sucesso reconhecido.

A grande aposta da região Andaluza, passa agora por especializar mais os recursos humanos das empresas em geral obtendo assim uma maior harmonização de conhecimentos e consequentemente na produção dentro das empresas.

Um outro factor de diferenciação que mostrou a região Andaluz foi a aliança da tecnologia, da agro-indústria e da inovação que impulsionaram por toda a região um conjunto de centros de apoio, centros tecnológicos e institutos de investigação. O sector agro-industrial beneficia de todas estas infra-estruturas.

INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

O comportamento inovador de uma empresa tem por base diversos factores, desde as suas competências internas (modelo de gestão, conhecimento, recursos humanos, capacidade financeira, I&D, tecnologias e equipamentos), às formas como se relaciona com o exterior (relacionamento com clientes, fornecedores, banca, sistema científico e tecnológico) e ao enquadramento sectorial/ territorial específico (serviços de apoio, concorrência, Estado, enquadramento macroeconómico).

Nas trajectórias de inovação das empresas, muito em particular das PME, assume particular relevância o relacionamento externo no que diz respeito ao acesso à informação, nomeadamente de natureza tecnológica, e à forma como é endogeneizada internamente, à cooperação e à articulação com entidades dos sistemas regionais/ nacionais de inovação, com clientes, com concorrentes, com fornecedores e com outras entidades relevantes (serviços financeiros, política industrial e de I&DT, incentivos, etc.).

Em Portugal, e de acordo com alguns estudos recentes, podem identificar-se como principais variáveis estratégicas no processo de inovação, a I&D, os acordos de cooperação, o investimento directo estrangeiro e a aquisição de equipamento.

O desenvolvimento de actividades de investigação e desenvolvimento experimental (I&D), assumindo diferentes configurações consoante o sector e o posicionamento da instituição em termos de concorrência internacional, pode representar um simples posicionamento de vigilância (duplo papel da I&D enquanto elemento potenciador de desenvolvimento de novos produtos e processos, e enquanto aumento da capacidade das empresas em anteciparem e seguirem a evolução do meio em que operam), ao estímulo das capacidades de adaptação e de criatividade, a uma atitude agressiva traduzida no desenvolvimento efectivo de núcleos de investigação/ desenvolvimento e de criação de novos produtos/ serviços.

Em Portugal, os valores afectos a I&D têm assumido valores significativos em toda a actividade económica, e o sector das indústrias alimentares e de bebidas não foi excepção:

Unidade: '000 EUR

Despesas em I&D	2008	2009	2010
Produtos das indústrias alimentares e Indústria das bebidas	54.151	46.384	-

Fonte: INE

Neste contexto, o Ribatejo, e o sector agro-alimentar em particular, conta com a ajuda do Agrocluster Ribatejo. O seu objectivo estratégico passa por promover a colaboração e cooperação entre as empresas, encorajando a competitividade e contribuindo para o desenvolvimento de um dos sectores mais importantes da região do Ribatejo, que tem condições naturais únicas e um forte potencial de crescimento e inovação.

Tem como principais objectivos a introdução de novas tecnologias no processo produtivo para a conservação de alimentos, o estabelecimento da relação entre o território e a especificidade das matérias-primas e produtos acabados, a valorização e integração dos resíduos e subprodutos da fileira com resíduos e subprodutos de outras actividades produtivas, o aumento da qualificação das empresas do sector na sequência das sinergias resultantes da sua integração em rede e a renovação e qualificação da base empresarial do sector.

A sua acção visa colmatar a falta de cooperação entre os actores do sector e fomentar a Inovação e a I&D de produtos inovadores. Pretende aproximar as empresas das instituições de ensino e I&D, apoiá-las nos seus processos de internacionalização e aumento do conhecimento (nomeadamente tecnológico) e da sua qualificação.

As linhas estratégicas para o futuro passam pelo incremento da aposta na Inovação e I&D (criação de um observatório tecnológico e da inserção em redes internacionais), pela internacionalização (concertação de uma estratégia de acção comum com e para o sector, de apoio directo às pequenas e médias empresas numa relação de proximidade que permita o apoio à exportação) que permita chegar aos mercados-alvo (Norte da Europa, PALOP, Japão, Rússia, países árabes) com os produtos mais revelantes (tomate, pimento, vinagre e molhos, azeite, enchidos), assim como na disseminação e reforço da cultura de cooperação.

O objectivo definido pelo Cluster para este sector, acaba por definir o caminho a seguir pelas empresas e empresários de forma a promover o desenvolvimento do sector e um crescimento efectivo e sustentado.

Tal como em Portugal, também na Andaluzia, a aposta tem sido clara na inovação como motor de diferenciação ao nível do sector da Indústria Alimentar, bebidas e tabaco:

Unidade: '000 EUR

Despesas em I&D	2008	2009	2010
Indústria alimentar, bebidas e tabaco	8.334	11.777	12.480

Fonte: Instituto de Estadística y Cartografia de Andalucía

Face aos dados obtidos pelo Instituto de Estadística y Cartografia de Andalucía, os valores em despesas de investigação e desenvolvimento têm mesmo sofrido um aumento significativo ao longo dos últimos anos.

Como foi referido anteriormente a aposta está na inovação como forma de diferenciação para que se possa atingir novos mercados. A internacionalização será, assim, a estratégia definida para o sector agro-industrial.

A Internacionalização apresenta-se como a estratégia possível – e eficaz – para que Portugal e as empresas portuguesas ultrapassem a crise actual. Mas porque internacionalizar nem sempre se afigura como um passo fácil de dar, interessa saber quais os apoios de que dispõem as empresas portuguesas para se posicionarem nos mercados estrangeiros.

O aumento das exportações e a internacionalização são a melhor forma de Portugal sair da crise, aumentando o produto interno bruto, diminuindo o défice comercial e criando emprego. E são muitos os apoios à internacionalização à disposição das empresas portuguesas, desde os sistemas de incentivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) aos protocolos entre o Estado e várias instituições bancárias, passando pelas faladas linhas de crédito PME Investe, as linhas de apoio à internacionalização de patentes, a garantia mútua e os seguros de créditos, entre muitos outros.

Os resultados obtidos face às políticas de apoio existentes em Portugal são disso exemplo como podemos verificar pelo aumento das exportações no sector das indústrias alimentares verificado nos últimos anos:

Unidade: '000 EUR

Exportações	2009	2010	2011	1. º Sem. 2012
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados	2.274.599.883	2.322.141.184	2.568.455.679	1.280.413.555

Fonte:INE

Na Andaluzia, as preocupações com a inovação e internacionalização estão presentes nas acções definidas pelo governo regional pelas empresas e empresários.

O sector empresarial Andaluz ao longo dos últimos anos tem realizado um esforço no processo de internacionalização que conduziu a comunidade a ocupar uma posição cada vez mais importante no mercado internacional. A Agencia Andaluza de Promoción Exterior (Extenda), é, assim, o instrumento do governo regional para promover a abertura internacional da economia regional e empresas de forma a apoiar as empresas no seu processo de internacionalização.

A Extenda oferece ao empresário andaluz um serviço personalizado de assessoria e apoio à internacionalização que se apoia em 5 grandes áreas: informação, consultoria, promoção, formação e financiamento. O objectivo estratégico da Junta de Andalucía baseia-se na consolidação das actividades exportadoras de forma a posicionar os bens e serviços andaluzes no mercado internacional através da aposta na inovação e competitividade das empresas.

Segundo dados da Agencia Andaluza de Promoción Exterior, as exportações relativas à Industria alimentaria, bebidas y tabacos, tem conhecido ao longo dos últimos anos um crescimento fruto da política de apoio à internacionalização atrás mencionada.

Analisando os valores dos últimos anos podemos afirmar que a aposta na internacionalização da economia andaluza deu resultados, sendo o crescimento das exportações do sector um sinal do sucesso alcançado:

Unidade: '000 EUR

Exportações	2009	2010	2011	1. º Semestre 2012
Indústria alimentar, bebidas e tabacos	972.651	1.065.241	1.094.770	653.896

Fonte:INE

VALORIZAÇÃO DOS SUBPRODUTOS

A valorização dos subprodutos tem sido uma questão presente nas orientações seguidas por empresas e empresários de todos os sectores da actividade económica, sendo o sector agro-industrial um dos mais preocupados com a sua análise.

Questões ambientais têm alavancado o interesse por fontes renováveis e os resíduos agro-industriais tornaram-se uma importante fonte de recursos para a produção de novos materiais, de produtos químicos e de energia.

O desenvolvimento e implementação de processos sustentáveis capazes de converter biomassa em vários produtos com valor agregado é uma necessidade absoluta para aproveitar resíduos agro-industriais e gerar menor impacto ambiental.

De uma forma geral os resíduos da agro-indústria associados ao processamento de produtos de origem vegetal e animal apresentam nas suas composições diferentes constituintes que podem ser transformados por processos termoquímicos em biogás e/ou bio óleos . Podem também ser processados da mesma forma resíduos industriais como óleos de lubrificação ou materiais poliméricos. Os bio óleos produzidos são misturas análogas ao crude fóssil e podem, tal como este, ser sujeitos a refinação e desta forma fraccionados em bio gasolina e "green" diesel.

As indústrias de transformação de produtos cárneos, produção de alimentos fritos, ou produção de óleos vegetais dão origem a resíduos com elevado teor de lípidos, mas baixa qualidade alimentar.

Algumas indústrias transformadoras produzem resíduos como plásticos, borrachas ou óleos minerais com elevado teor de carbono mas com um grau de contaminação que impede a sua reciclagem.

Todos estes resíduos podem ser submetidos a processos de pirólise/hidrogenação para dar origem a bio líquidos que podem ser refinados para produção de biocombustíveis líquidos.

Este processo reduz substancialmente as emissões destas empresas e pode assegurar total ou parcialmente as necessidades de combustível das mesmas.

O Agrocluster do Ribatejo tem no seu âmbito de actuação a preocupação com a valorização e integração dos resíduos e subprodutos da fileira com resíduos e subprodutos de outras actividades produtivas, aumentando a

qualificação das empresas do sector na sequência das sinergias resultantes da sua integração em rede e a renovação e qualificação da base empresarial do sector.

Na Andaluzia, por sua vez, também existe uma preocupação na questão da identificação e valorização dos subprodutos resultantes da actividade industrial. Nesse sentido foi criada a *Bolsa de Subproductos Industriales de Andalucía (BSPIA)* cujo principal objectivo é contribuir para a diminuição dos resíduos industriais, contribuindo para a melhoria do meio ambiente pois visa incentivar a recuperação, reciclagem e reutilização dos "desperdícios" das empresas.

A *Bolsa de Subproductos Industriales de Andalucía* apresenta-se como um veículo eficaz para o melhor uso dos recursos e, por conseguinte, para uma redução dos resíduos actualmente gerados, sendo que em muitos dos casos poderão ser utilizados como recursos para outros processos produtivos.

A *Bolsa de Subproductos Industriales de Andalucía* foi concebida de forma a facilitar o intercâmbio de produtos entre empresas industriais e comerciais, onde de um lado existem empresas que oferecem resíduos e do outro se encontram empresas interessadas em adquirir esses resíduos como input para um novo processo produtivo.

Assim, ao insistir no benefício económico da transformação de um resíduo em matéria-prima, para além de reduzir o desperdício e o custo do tratamento ambiental, está a gerar lucro para a actividade económica e para as empresas aderentes em particular.

Parte III

Propostas de acções prioritárias para o sector Agro-Industrial no Ribatejo

Após observadas as semelhanças e diferenças entre as regiões em análise, será importante salientar os pontos que as unem e as que, pelo contrário, as distanciam.

Apesar da proximidade geográfica, as regiões apresentam características únicas que pauteiam os seus trajectos e os caminhos de sucesso alcançados.

Desta forma é de destacar que o Ribatejo tem uma dimensão inferior ao território andaluz com uma população residente 17 vezes superior à residente no Ribatejo; a parte da população em idade activa na Andaluzia é de 4.737.130 habitantes enquanto no Ribatejo apenas existem 265.453 habitantes.

No Ribatejo apenas uma parte do seu território está abrangido como região Objectivo 1 a nível de apoio comunitário, a Andaluzia tem todo o seu território abrangido pelo QCA III como objectivo 1.

Em termos de mercado a Andaluzia tem um mercado privilegiado, desfrutando de um mercado interno que, por si só, tem grande dimensão.

Na região Andaluza existe, ainda, uma grande aposta na internacionalização dos produtos por parte de todos os agentes económicos, usufruindo de facilidades em termos administrativos na condução de todo o processo, enquanto em Portugal e, consequentemente na região do Ribatejo, existem uma série de burocracias e entraves (sendo exemplo disso a carga fiscal exigida às empresas) que conduz a que a internacionalização de empresas, marcas e produtos não se faça de forma fácil, ágil e eficaz.

A região Andaluza tem, também, um grande desenvolvimento no que diz respeito à inovação suportado por uma vasta rede de infra-estruturas em termos de investigação, apoio à implementação e desenvolvimento de novos conceitos que alia permanentemente aos conhecimentos teóricos e aplicações práticas dos empresários do sector agro-industrial. Ainda nesta região, o associativismo e a partilha de experiências, a tecnologia de ponta e o desenvolvimento de novos conceitos começam a ser uma constante, tentando cada vez mais suprimir um ponto fraco existente que é a falta de unificação em termos tecnológicos, no que diz respeito à produção e transformação dos produtos do sector. Na região do Ribatejo a inovação ainda não está tão presente: o individualismo e a inexistência de parcerias eficazes que tragam mais-valias aos produtores ainda é uma constante.

No que diz respeito à promoção das marcas de produtos da Andaluzia esta é feita de uma forma permanente quer a nível nacional quer a nível internacional, tendo por base as alterações constantes de mercado e gostos dos consumidores. O facto dos empresários da Região do Ribatejo serem em menor número e de não terem traçado um plano de comunicação comercial comum tem repercussões na medida em que não existe uma promoção coerente e colectiva mas sim individualizada e com pouca força de intervenção no mercado.

ACÇÕES PRIORITÁRIAS

No decorrer deste estudo e na comparação entre as regiões muitas diferenças surgiram, algumas das quais interessa reforçar, visto serem acções que a região do Ribatejo deverá adoptar como boas práticas no sector agro-industrial.

Este sector em Portugal e, em particular no Ribatejo, enfrenta grandes desafios de forma a poder tornar-se bastante competitivo e interventivo no panorama nacional e internacional.

Assim as propostas vêm no sentido de:

Capacitação e disponibilização de assistência técnica, tendo como base a partilha de tecnologia e conhecimento;

Cultura de gestão e organização comercial, comunicando mais uniformemente e com um objectivo comum tirando dividendos individualizados;

Associativismo comercial, criação de agrupamentos ou federações de agrupamentos de forma a que o conhecimento e partilha de legislação, meios de acção e comunicação cheguem a todos os empresários, os de grande e pequena dimensão. Desta forma a especialização, o modus operandi serão muito mais uniformes e consequentemente com muito maior sucesso;

Organização de todos os intervenientes na fileira (produção, transformação e comercialização) porque com um mercado bem estruturado será mais fácil planear acções concertadas com vista a dinamizar todo o sector. A aposta na inovação desde a origem do produto até à sua disponibilização junto do consumidor final deverá ser um dos pontos de partida;

Incentivar a instalação de grupos económicos na área da agro-indústria através da desburocratização dos processos associados à própria criação das unidades industriais. A par com esta simplificação, dever-se-á alertar para a necessidade de canalizar os apoios existentes para a agro-indústria dado ser um dos sectores com grande potencialidade de crescimento;

Incentivar a competitividade em mercados internacionais (relações económicas transfronteiriças) que promovam os produtos nacionais, de qualidade, antecipando os gostos dos consumidores com produtos inovadores e cada vez mais atractivos;

Diminuir a carga e demora administrativa e burocrática facilitando a implementação de mais empresas e dinamizando um sector com grandes potencialidades;

Priorizar e direccionar as acções de I&D para problemas concretos do Ribatejo de forma a tornar as empresas modernas capazes de responder às solicitações do mercado;

Promover a gestão de verbas de programas regionais de investimento estruturais públicos em parcerias público-privadas de forma a que a dinâmica regional estimule a iniciativa privada gerando um tecido empresarial moderno e activo.

Referências Bibliográficas

Atlas Climatológico de Portugal Continental — 1971-2000: Temperatura do ar e Precipitação. Versão Digital, Instituto de Meteorologia, I. P., 2009.

Atlas Nacional de España, Sección II, Grupo 9: Climatología (2004). Segunda edición. Instituto Geográfico Nacional de España.

BESCÓS TORRE, M. et al (1.987): Establecimiento de la empresa en el exterior. Estrategias y medios. Banco Exterior de España. Servicio de Estudios Económicos, Madrid.

BUENO CAMPOS, E. (1.987): Dirección estratégica de la empresa. Metodología, técnica y casos. Ed. Pirámide, Madrid.

España. Secretaría General de Alimentación.

INSTITUTO DE FOMENTO DE ANDALUCIA (1.990): Estudios y Planes. 1. Jugos y conservas (resumen). I.F.A., Sevilla.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA - O Clima de Portugal, Normais Climatológicas da Região de Ribatejo e Oeste, correspondentes a 1951-1980. Centro de Documentação, Lisboa, 1991.

KÜHL, R.W. (1.991): "La plena realización del mercado interior europeo y las estrategias de las empresas agroindustriales". Revista de Estudios Agrosociales, núm. 157, Julio-Septiembre.

LASO SANZ, C. (1.991): "Política de calidad alimentaria: protección de los consumidores y expectativas de los productores". Revista de Estudios Agrosociales, núm. 157, Julio-Septiembre.

M.A.P.A. (1.993): Estudio sobre la posición competitiva del sector de alimentación y bebidas en España. Secretaría General de Alimentación.

M.A.P.A. (1.993): Estudio sobre la posición competitiva del sector de alimentación y bebidas en

MALASSIS, L. (1.973): Economie Agroalimentaire I. Economie de la consommation et la production agroalimentaire. Ed. Cujas, París.

MALASSIS, L. (1.982): Politiques et strategies alimentaires. Ed. Cujas, París.

MENGUZZATO, M. y RENAU, J. J. (1.992): La dirección estratégica en la empresa. Ed. Ariel, Barcelona.

PORTER, M.E. (1.982): Estrategia competitiva. Técnicas para el análisis de los sectores industriales y de la competencia. Ed. C.E.C.S.A., México.

REIS, Raul M. da Mata; GONÇALVES, M. Zorro – O Clima de Portugal, Caracterização Climática da Região agrícola do Ribatejo e Oeste. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa, 1981.

RODRIGUEZ ZUÑIGA, M. y SORIA, R. (1.991b): "La publicidad en el sector alimentario". Revista de Estudios Agrosociales, núm. 157, Julio-Septiembre.

Rein Duffau, L., 1894. Incidência de la sequía em los regadíos de la cuenca Del Guadalquivir (1979-1983). Servicio de Asesoramiento de Riegos. Conferación Hidrográfica Del Guadalquivir.Sevilla.

http://ec.europa.eu/youreurope/business/finance-support/access-to-finance/portugal/index_pt.htm

http://sifide.adi.pt/

http://www.adi.pt/

http://www.agenciaidea.es/

http://www.centraldebalancesdeandalucia.es/

http://www.garval.pt/

http://www.iapmei.pt/

http://www.iefp.pt/

http://www.planotecnologico.pt/

http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compete/incentivos-as-empresas

http://www.portaldaempresa.pt/

http://www.portugalglobal.pt/

http://www.juntadeandalucia.es/agriculturaypesca/portal/servicios/estadisticas/estadisticas/agrarias/superficies-y-producciones.html

http://www.juntadeandalucia.es/agriculturaypesca/portal/servicios/noticias/_detalles.html?uid=95c82092-ec43-11e1-b41f-1a4a0f000f45

Equipa técnica:

Nuno Mendonça
Isabel Cunha
Vânia Roberto
Susana Felgar
Mónica Ferreira
Filipa Trindade

NÚCLEO INICIAL
formação e consultoria lda.

agrocluster
RIBATEJO PORTUGAL

COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

QREN
QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Apoio:

NERSANT
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL